

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Autos nº 0800472-89.2025.8.10.0081

Juízo: Vara Única da Comarca de Itinga-MA

GRUPO ARCO-ÍRIS

ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA- CNPJ nº 07.181.330/0001-70;

GERSON DE SOUSA KYT- CPF nº 396.689.679-68;

GILSON DE SOUSA KYT- CPF nº 552.565.629-91;

IULHA GARCIA KYT- CPF nº 278.883.631 72;

KMX AGRONEGÓCIO LTDA- CNPJ nº 19.368.049/0001-20;

EDUARDO MACAGNAN- CPF nº 007.828.720-00;

LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN- CPF nº 303.761.248-73;

ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA- CNPJ nº 10.567.502/0001-52.



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

RMA

Agosto de 2025

Administrador Judicial

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com
 **(098) 2222-0080**
 **(098) 98229-9590**
www.ejadvconsujus.com.br

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	pag.05
2. DO PROCESSAMENTO RECUPERACIONAL.....	pag.08
2.1 Da tutela de urgência e essencialidade (liminar).....	pag.11
2.2 Da constatação prévia.....	pag.22
2.3. Dos Oposições de Embargos de Declaração e Agravos de Instrumento ao TJMA.....	pag.46
2.3.1. Dos Embargos de declaração.....	pag.46
2.3.2 Dos Recursos de Agravos de Instrumento ao TJMA informados nos autos.....	pag.46
2.3.3 Dos Recursos de Agravos de Instrumento ao TJMA não informados nos autos.....	pag.49
3. DA TRAMITAÇÃO DE OUTRAS AÇÕES NAS QUAIS O GRUPO CONFIGURA COMO AUTOR OU RÉU.....	pag.49
4. CONSTATAÇÕES INICIAIS DO GRUPO ARCO-ÍRIS.....	pag.54
4.1 Da Estrutura do Grupo Arco-Íris.....	pag.54
4.2 Composição e atividades econômicas	pag.54
4.3 Respostas ao 1º Termo de Diligência (Documentação).....	pag.59
4.3.1 Cópia integral dos livros contábeis e outros.....	pag.60
4.3.2 Lista dos Credores.....	pag.60
4.3.3 Balanços, Balancetes Mensais e DRE.....	pag.60
4.3.4 Informações sobre a forma de escrituração contábil.....	pag.61
4.3.5 Comunicado aos Juízos.....	pag.61
4.3.6 Dados e Indicadores.....	pag.62
4.3.7 RH e Prestadores de Serviços.....	pag.64
4.3.8 Dívidas Tributária.....	pag.65
4.3.9 Dívidas Trabalhista.....	pag.66
4.3.10 Passivos Extraconcursal e Fiscal.....	pag.66
5. EDITAL COM 1ª RELAÇÃO DE CREDORES, QUADRO GERAL DE CREDORES E CORRESPONDÊNCIAS.....	pag.67
6. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS 2022/ 2023 e 2024.....	pag.69

6.1. ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA (CNPJ: 07.181.330/0001-70 (DRE e BALANÇO PATRIMONIAL)- EXERCÍCIO 2022.....	pag.69
6.1.1 ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA (CNPJ: 07.181.330/0001-70 (DRE e BALANÇO PATRIMONIAL) EXERCÍCIO 2023.....	pag.74
6.1.2 ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA (CNPJ: 07.181.330/0001-70 (DRE e BALANÇO PATRIMONIAL) E EXERCÍCIO 2024.....	pag.78
6.1.3 Quadro comparativo anos/2022/ 2023 e 2024.....	pag.83
6.1.3.1 Detalhamento- quadro comparativo.....	pag.83
6.2 KMX AGRONEGÓCIO LTDA (CNPJ: 19.368.049/0001-20 (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL) EXERCÍCIO 2022	pag.85
6.2.1 KMX AGRONEGÓCIO LTDA (CNPJ: 19.368.049/0001-20 (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL) EXERCÍCIO 2023.....	pag.88
6.2.2 KMX AGRONEGÓCIO LTDA (CNPJ: 19.368.049/0001-20 (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL) EXERCÍCIO 2024.....	pag.92
6.2.3 Quadro comparativo anos/2022/ 2023 e 2024.....	pag.95
6.2.3.1 Detalhamento- quadro comparativo.....	pag.95
6.3 ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA (CNPJ: 10.567.502/0001-52) (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2022.....	pag.96
6.3.1 ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA (CNPJ: 10.567.502/0001-52) (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2023.....	pag.103
6.3.2 ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA (CNPJ: 10.567.502/0001-52) (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2024.....	pag.107
6.3.3 Quadro comparativo anos/2022/ 2023 e 2024.....	pag.111
6.3.3.1 Detalhamento- quadro comparativo.....	pag.111
7.ANÁLISE CONSOLIDADA DO GRUPO ARCO- IRÍS.....	pag.112
7.1 Receita Líquida.....	pag.112
7.2 Custos.....	pag.114
7.3 Lucro Bruto.....	pag.115
7.4 Despesa operacional.....	pag. 115
7.5 Despesas não operacionais (financeiras + tributárias).....	pag.116
7.6 EBITDA	pag.117

7.7 Caixa e equivalentes.....	pag.117
7.8. Imobilizado Líquido.....	pag.118
7.9 Patrimônio Líquido.....	pag.119
7.10 Lucratividade.....	pag.119
7.11. Solvência geral.....	pag.120
7.12. Endividamento geral.....	pag.121
7.13 Liquidez Geral.....	pag.122
7.14 Liquidez Seca.....	pag.122
7.15 Indicadores De Produção/ Pecuária 2023 e 2024.....	pag.123
7.16 Indicadores de Produção Agrícola.....	pag.124
7.17 Receita x Custo.....	pag.125
7.18 Receita x Resultado.....	pag.126
8.FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL PARA 2025/ 2026- PREVISÃO DOS DEVEDORES	pag.127
8.1 Representação gráfica da projeção.....	pag.128
9. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DOS DEVEDORES E DE SEUS ADMINISTRADORES.....	pag.129
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pag.136

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Relatório Mensal de Atividades (RMA), previsto no artigo 22, inciso II, alínea “c”, da Lei n.º 11.101/2005 (LRJF), constitui uma das atribuições do Administrador Judicial. Seu objetivo é apresentar ao Magistrado, ao Ministério Público, aos credores e aos demais interessados, um panorama completo das atividades desenvolvidas pelos devedores em recuperação judicial, reunindo informações gerenciais, contábeis, financeiras e processuais relevantes.

Em sua maioria, contempla dados fornecidos diretamente pelos devedores, com destaque para as atividades realizadas no mês de referência, além de eventuais ocorrências que representem anormalidades na condução da recuperação.

O Administrador Judicial é agente auxiliar da Justiça e de confiança do Juízo, devendo, ao assumir suas funções, comprometer-se a desempenhar o encargo de forma fiel e responsável. Seu principal dever consiste em fiscalizar as atividades do devedor, que permanece à frente da gestão da empresa durante o processo de recuperação.

O resultado dessa fiscalização é materializado por meio da apresentação de relatórios mensais de atividades (RMA), estabelecidos à Administração Judicial no art. 22, II, ‘c’, da Lei n.º 11.101/05 (LRJF), que assim assevera:

*Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:
II – na recuperação judicial:*

c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020).

Contudo, há que se fazer ressalvas na interpretação da alínea “c” da LRJF, como bem discorre Marcelo Sacramone¹:

“O administrador judicial não tem a função de ser auditor do devedor, nem responderá pelo insucesso da atividade dele. A conferência de todas as informações prestadas pressupõe que o administrador judicial acompanha todo o desenvolvimento da atividade, como forma de atestar sua veracidade. Não foi isso que pretendeu a Lei, sob pena, inclusive, do custo de remuneração do referido profissional ser extremamente oneroso à devedora, conforme parâmetros de mercado.”

¹ SACRAMONE, Marcelo Barbosa, Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.p.167.


São Luís- MA


Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Logo, a Administração Judicial recebeu como verídicas as informações prestadas pelos Recuperandos, não sendo tais informações alvo de auditoria.

Quanto a este primeiro relatório, relativo às atividades do grupo Recuperando no mês de agosto de 2025, cumpre-nos esclarecer que a análise e constatações encartadas, fruto do acompanhamento e fiscalização das atividades empresariais desenvolvidas pelas devedoras, nos termos da legislação de regência, materializam-se, neste momento, **em caráter preliminar**, tendo em vista às naturais ações iniciais de intercâmbio e estabelecimento de rotinas de trabalho e fluxo de informações entre os 08 (oito) devedores integrantes do grupo econômico **ARCO- ÍRIS** e a Administração Judicial.

A complexidade que permeia a presente matéria, pelo elevado volume e extensão nas quais se desenvolvem as atuações comerciais e empresariais, mormente as relacionadas ao agronegócio que possui sazonalidade ímpar, com dados, características e dinâmicas peculiares, remetem a necessária recorrência revisional e acurada dos estudos nas averiguações de veracidade e conformidade das informações prestadas pelos devedores, que ocorrerão durante todo o período de execução e supervisionamento deste Auxiliar do Juízo.

Consigna-se que as informações acostadas neste RMA, resultam da análise dos dados contidos nos autos; informações apresentadas em reuniões de trabalho; inspeções técnicas realizadas e **dos parciais atendimentos dos devedores**, tendo em vista que apesar de encaminhado Termo de Diligência, requisitando o fornecimento de documentos imprescindíveis ao desenvolvimento dos trabalhos desta administração judicial, os devedores pugnaram pela dilação do prazo, sob a justificativa de necessidade de organização e assimilação de determinados termos solicitados, não tendo, portanto, enviado a totalidade das informações requisitadas, impreteríveis para confecção do presente relatório, de forma mais acurada possível.

Ressalta-se, porém, que a situação posta se demonstra aparentemente compreensível, principalmente nesses primeiros meses de processamento recuperacional e, como já reportado, fundamenta-se pela complexidade que permeia a presente matéria em face do elevado volume de informações que envolvem e perpassam os 08 (oito) devedores que atualmente compõem o grupo econômico em estudo e, também, pela extensão e dinamismo nas quais se desenvolvem a atuação comercial de características e dinâmicas peculiares, o que justifica a apresentação deste RMA, na data do protocolo.

Diante de tal cenário, este auxiliar do juízo aporta neste instante os dados até então disponíveis e informa que a dinâmica a ser implementada nos próximos reportes contemplará as informações pertinentes a aferição da realidade da predita crise econômica do Grupo e o seu real estado econômico-financeiro. Esclarece, ainda, que a administração judicial providenciará, já no próximo boletim, a análise e exame comparativo dos dados contábeis disponibilizados pelo Grupo, a partir do processamento da recuperação judicial, fixando-se, assim por diante, nessa rotina.

Assim, o presente relatório da Administração Judicial deste período, então inicial e parcial, como acima exposto, tem o objetivo precípua de aclarar a todos os envolvidos as informações até então disponibilizadas pelo **GRUPO ARCO- IRÍS**, destacando-se, para tanto, os seguintes pontos:

(I) CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES; **(II)** PROCESSAMENTO RECUPERACIONAL; **(III)** CONSTATAÇÕES INICIAIS DO GRUPO ARCO- IRÍS; **(IV)** EDITAL COM A 1ª RELAÇÃO DE CREDORES, QUADRO GERAL DE CREDORES E CORRESPONDÊNCIAS; **(V)** BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO; **(VI)** CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022, 2023 E 2024; **(VII)** MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRA DE 2022 A 2024 (COMPARATIVO ANUAL); **(VIII)** ANÁLISE CONSOLIDADA DO GRUPO ARCO IRIS; **(IX)** FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL PARA 2025/ 2026- PROJEÇÃO DOS DEVEDORES **(X)** REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PROJEÇÃO **(XI)** DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DOS DEVEDORES E DE SEUS ADMINISTRADORES **(XII)** CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ressalta-se novamente que Administração Judicial recebeu como verídicas as informações prestadas pelos Recuperandos, e as demonstrações- suporte deste relatório- não foram objeto de procedimento de auditoria no âmbito das normas brasileiras de auditoria, inclusive de revisão sobre parecer emitidos por empresa de auditoria independente, as quais requerem o cumprimento de exigências éticas e de planejamento, executadas com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão adequadamente apresentadas.

Assim, pela limitação técnica do exame realizado, o Administrador Judicial não pode garantir a correção, precisão ou integralidade das informações apresentadas, bem como, não pode garantir ainda que todas as informações e dados relevantes ao acompanhamento das atividades foram apresentadas pelas Recuperandas. Porém, reforça que todos os dados e fatos relevantes que foram de seu conhecimento estão apresentados neste relatório.

Registre-se ainda, por oportuno que para maiores esclarecimentos acerca dos dados contidos no presente relatório ou de outras informações adicionais, a Administração Judicial permanece à disposição do juízo recuperacional, dos Credores, do Ministério Público e/ou de quaisquer interessados, no endereço do escritório situado na Av. dos Holandeses. Lotes 1 e 2, Quadra B, Galeria Fiore, Sala 20, bairro Calhau, São Luis-MA, bem como, pelos canais de atendimento: e-mail: edujradvogado@hotmail.com, e telefones (098) 2222-0080 e (098) 98229-9590 (ligações diretas e whatsapp)

Ademais, no site <http://ejadvconsujus.com.br/>, estão inseridas diversas informações sobre o processo de recuperação judicial do GRUPO ARCO-IRIS, possibilitando a consulta das principais peças dos autos.

2. DO PROCESSAMENTO RECUPERACIONAL E DAS MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS

ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA- CNPJ nº 07.181.330/0001-70; **GERSON DE SOUSA KYT-** CPF nº 396.689.679-68; **GILSON DE SOUSA KYT-** CPF nº 552.565.629-91; **IULHA GARCIA KYT-** CPF nº 278.883.631 72; **KMX AGRONEGÓCIO LTDA-** CNPJ nº 19.368.049/0001-20; **EDUARDO MACAGNAN-** CPF nº 007.828.720-00; **LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN-** CPF nº 303.761.248-73; **ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA-** CNPJ nº 10.567.502/0001-52- denominado “GRUPO ARCO-ÍRIS”, protocolou pedido de recuperação judicial, em 30 de maio de 2025, distribuído sob o nº 0810707-44.2025.8.10.0040, inicialmente à 2ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, apontando um passivo de R\$ 567.625.477,73 (quinhentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos).

Em decisão datada de 03/06/2025, o magistrado titular daquela Vara, reconheceu a incompetência absoluta do juízo para processar o pedido formulado pelos devedores, determinando a remessa dos autos ao Juízo de Itinga-MA (Id 150833535).

A m.m Juíza titular da Comarca de Itinga-MA- **MARÍLIA NOBRE MIRANDA-** declarou-se suspeita para processar o feito recuperacional, nos termos do art. 145 §1º do Código de Processo Civil (Id 150648101), razão pela qual, foi designado para atuar no processo, o Dr. **ANTONIO MARTINS DE ARAÚJO**, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de São Pedro D'Água Branca-MA, nos termos da portaria nº 19642025, da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Maranhão (Id 150797302).

No dia 06/06/2025, em petição inserida no Id 150868972, os devedores pugnaram pela apreciação da tutela de urgência pleiteada na exordial.

Em 09/06/2025, **JUPARANÃ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA**, em petição inserida no Id 151049329, requereu habilitação nos autos, quando ainda tramitava em segredo de justiça.

Em decisão datada de 11/06/2025, exarada no Id 151326951, o magistrado designado para atuar no feito, determinou a constatação prévia para **(1) VERIFICAR a efetiva existência e regular funcionamento das pessoas jurídicas integrantes do grupo requerente; (2) ANALISAR a completude e regularidade formal da documentação que instrui a petição inicial; (3) AVALIAR a correspondência entre os documentos apresentados e a realidade operacional das empresas; (4) CERTIFICAR-SE do atendimento aos requisitos legais exigidos pelos artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/2005; e (5) AFERIR se de fato, Juízo da Comarca de Itinga-MA, é o competente para o processamento do pedido, nos moldes do § 7º do artigo 51-A da lei 11.101/2025,**

nomeando na mesma ocasião, este mesmo administrador judicial, para realização dos trabalhos da perícia.

DECISÃO

*Trata-se de pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Com pedido de tutela de urgência)** apresentado por ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA., GERSON DE SOUSA KYT, GILSON DE SOUSA KYT, IULHA GARCIA KYT, KMX AGRONEGÓCIO LTDA., EDUARDO MACAGNAN, LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN, ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA, doravante denominado de “GRUPO ARCO-ÍRIS”, todos devidamente qualificados nos termos da exordial, apontando um passivo de R\$ 567.625.477,73 (quinhentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos).*

Em conformidade com o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei nº 11.101/2005, os requerentes apresentaram relato circunstanciado de sua trajetória empresarial, bem como as causas determinantes da atual situação de desequilíbrio econômico-financeiro.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório do essencial. Fundamento e decido.

Inicialmente, nos termos do artigo 51-A, caput, da Lei nº 11.101/2005: “Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial”.

*Nesse contexto, a previsão legal do instituto da constatação prévia visa aferir, com rigor técnico, a efetiva operacionalidade da empresa devedora, tendo em vista que **a recuperação judicial é destinada exclusivamente aos agentes econômicos que, embora em crise, ainda possuam viabilidade de soerguimento e capacidade de contribuir com a função social da atividade empresarial.***

No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº 57/2019, com redação atualizada pela Recomendação nº 112/2021, orienta que:

Art. 1º Recomendar a todos(as) os(as) magistrados(as) responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial, em varas especializadas ou não, **que determinem a constatação das reais**

condições de funcionamento da empresa requerente, bem como a verificação da completude e da regularidade da documentação apresentada pela devedora/requerente, previamente ao deferimento do processamento da recuperação empresarial, com observância do disposto no art. 51-A da Lei no 11.101/2005. (redação dada pela Recomendação n. 112, de 20.10.2021) - grifou-se.

À vista desse quadro normativo e considerando a natureza complexa da demanda – especialmente em virtude da pluralidade de postulantes –, revela-se pertinente a adoção da medida prevista no art. 51-A, da Lei n. 11.101/2005, para que se proceda à constatação prévia, com as seguintes finalidades:

- VERIFICAR a efetiva existência e regular funcionamento das pessoas jurídicas integrantes do grupo requerente;

- ANALISAR a completude e regularidade formal da documentação que instrui a petição inicial;

AVALIAR a correspondência entre os documentos apresentados e a realidade operacional das empresas;

- CERTIFICAR-SE do atendimento aos requisitos legais exigidos pelos artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/2005;

- AFERIR a competência deste Juízo, nos moldes do § 7º do artigo 51-A da referida norma, para processar o pedido.

Para a realização da diligência, NOMEIO, após consulta ao sistema “Peritus” do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o Dr. JOSÉ EDUARDO PEREIRA JÚNIOR, inscrito na OAB/MA sob o nº 10.832, com escritório situado na Avenida dos Holandeses, nº 1, Qd-B, Lt. 02, Galeria Fiore, Sala 20, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP 65.071-380, telefones (98) 2222-0080 e (98) 98229-9590, e e-mail: edujradvogado@hotmail.com.

*O profissional nomeado deverá ser intimado para manifestar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, sua anuência com o encargo, sendo investido na função a partir da aceitação.*

*O prazo para conclusão da constatação será de **cinco (5) dias**, contados da aceitação.*

Nos termos do § 1º do artigo 51-A, da Lei nº 11.101/2005, a remuneração devida ao perito será arbitrada oportunamente, considerando-se, especialmente, a extensão e complexidade do trabalho realizado.

Os requerentes ficam cientes de que deverão prestar todas as informações e fornecer todos os documentos que forem solicitados pelo profissional nomeado, sendo vedadas práticas que impliquem retardamento injustificado, sob pena de adoção das medidas processuais pertinentes.

Frise-se que a constatação prévia tem caráter exclusivamente técnico e documental, não sendo possível o indeferimento do processamento do pedido com fundamento na análise da viabilidade econômica do devedor, conforme determina o § 5º do artigo 51-A, da Lei nº 11.101/2005.

Advirto, por fim, que o segredo de justiça permanecerá vigente até a prolação da decisão que defira ou indefira o processamento da recuperação judicial, com o intuito de preservar a integridade das informações e assegurar a efetividade da atuação do expert nomeado.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Serve a presente como mandado/ofício.

Cumpra-se.

São Pedro da Água Branca/MA, data da assinatura.

ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO

Juiz de Direito Titular da Comarca de São Pedro da Água Branca/MA.

Na mesma data da decisão supra, os devedores juntaram petição intermediária (Id 151336710) requerendo a apreciação da tutela de urgência formulado na inicial, para antecipação dos efeitos do stay period, bem como, outros pedidos liminares também formulados na exordial.

Dada extensa documentação a ser analisada, aliada ao número elevado de imóveis rurais onde os recuperandos desenvolvem suas atividades, este administrador judicial, ao aceitar o então cargo de perito para o qual foi nomeado, pugnou pela concessão de 10 (dez) dias de prazo, para realização, conclusão e entrega do laudo de constatação prévia (Id 151586898).

2.1 DA tutela de urgência e essencialidade (liminar)

Antes, porém, da entrega dos trabalhos da perícia, o juízo recuperacional, exarou decisão (Id 151654351), na qual dentre outras medidas, antecipou os efeitos do stay period, determinou a suspensão imediata das ações e execuções sujeitas aos efeitos da LRF movidas contra o grupo devedor e concedeu a tutela de urgência requerida para declarar a essencialidade dos bens descritos na petição inicial (“Quadro 1 – Bens Imóveis Rurais, Quadro 2 – Grãos e Quadro 3 – Maquinários, Veículos e Implementos de uso agrícola”) até

ulterior deliberação judicial, reservando-se, contudo, ao direito de reavaliar as medidas de urgências concedidas, após a apresentação do laudo de constatação prévia. *Verbis:*

DECISÃO

*Trata-se de pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Com pedido de tutela de urgência)** apresentado por ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA., GERSON DE SOUSA KYT, GILSON DE SOUSA KYT, IULHA GARCIA KYT, KMX AGRONEGÓCIO LTDA., EDUARDO MACAGNAN, LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN, ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA, doravante denominado de “GRUPO ARCO-ÍRIS”, todos devidamente qualificados nos termos da exordial, apontando um passivo de R\$ 567.625.477,73 (quinhentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos).*

Decisão no Id 151326951 determinando a realização de constatação prévia, nos termos do artigo 51-A, da Lei n. 11.101/05 (LRF).

No Id 151336710, os devedores manifestaram concordância com a decisão supra, ademais, requereram a antecipação do stay period, ante o risco de perecimento do direito pleiteado.

No Id 151586898 o Administrador Judicial nomeado, Dr. JOSÉ EDUARDO PEREIRA JÚNIOR, postulou a dilação do prazo para apresentação do laudo técnico determinado na decisão de Id 151326951.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório do essencial. Fundamento e decido.

1 – Da dilação de prazo para apresentação do “laudo de constatação prévia”

Inicialmente, observo que o Administrador Judicial nomeado nestes autos aceitou o encargo, não havendo nenhum impedimento ou causa de suspeição para o seu exercício, conforme previsto no art. 148, II, do Código de Processo Civil.

Contudo, diante da complexidade do caso e da quantidade de estabelecimentos rurais a serem visitados — totalizando 20 (vinte) fazendas, localizadas em dois Estados da Federação (Maranhão e Pará) —, o Administrador Judicial aponta a inviabilidade material de cumprimento do prazo legal de cinco dias para apresentação do laudo, previsto no artigo 51-A,

§2º, da Lei nº 11.101/2005, requerendo a concessão de prazo de 10 (dez) dias, contados da aceitação do encargo.

Pois bem.

No caso concreto, a justificativa apresentada pelo Administrador Judicial mostra-se razoável, plausível e fundamentada, diante da necessidade de diligências extensas e deslocamento físico a diversos imóveis rurais, distribuídos em dois Estados distintos, para aferição da regularidade das atividades dos devedores.

Assim, o deferimento do prazo adicional pleiteado não compromete a celeridade processual nem os direitos das partes, ao contrário, assegura a confiabilidade e a completude do laudo de constatação prévia, etapa essencial para aferição as condições de admissibilidade do pedido de recuperação judicial.

Diante do exposto, com fundamento no art. 139, VI, do Código de Processo Civil, **DEFIRO** o pedido formulado pelo Administrador Judicial e **PRORROGO** o prazo para apresentação do laudo de constatação prévia para 10 (dez) dias, contados da data de aceitação formal do encargo.

2 – Da medida liminar – antecipação dos efeitos do stay period – declaração de essencialidade de todos os bens indispensáveis à atividade econômica do Grupo Arco-Íris/abstenção de vencimento antecipado de contratos diante do ajuizamento do pedido de recuperação judicial

Os devedores requereram o deferimento da tutela de urgência, a fim de que seja reconhecida e declarada a essencialidade dos diversos bens do grupo (imóveis rurais, veículos, maquinários, implementos agrícolas, grãos, etc...), que foram oferecidos em garantia real (alienação fiduciária e penhor), em favor das instituições financeiras e particulares, por serem necessários e indispensáveis à atividade rural. Ainda, pugnaram por provimento decisório impedindo o vencimento antecipado dos contratos firmados.

Conforme consta nos autos, no Id 150868972, os devedores reiteraram a apreciação dos pedidos de tutela de urgência, haja vista o ajuizamento da ação de execução nº 0803239-83.2025.8.10.0022, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Açailândia/MA, pela credora Juparanã Comercial Agrícola Ltda., que pugnou naqueles autos pelo arresto da produção agrícola (soja) no valor expressivo de R\$ **28.409.580,65** (vinte e oito milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos).

Ainda, juntaram aos presentes autos notificação extrajudicial do credor BTG Pactual, evidenciando o risco de início de arresto de grãos, bem como consolidação de propriedade fiduciária de imóvel essencial, qual seja a Fazenda Santo Antônio, localizada neste município de Itinga do Maranhão/MA.

Com efeito, em razão do vencimento dos contratos e o ajuizamento deste pedido de recuperação judicial, a coletividade de credores iniciará verdadeira corrida para satisfação individual de seus créditos, o que poderá inviabilizar por completo o presente procedimento de renegociação coletiva, razão pela qual cabe a este Juízo apreciar os pedidos liminares antes mesmo do processamento desta recuperação judicial, dada a designação da constatação prévia, nos termos do artigo 300, do Código de Processo Civil (CPC) e artigo 6º, § 12, da Lei nº 11.101/05 (LRF), **cujos efeitos da presente decisão são reversíveis e serão reavaliados com maior profundidade quando da disponibilização do laudo de constatação prévia que será entregue pelo perito nomeado.**

Quanto ao primeiro pedido (essencialidade dos bens do grupo), o legislador previu ferramenta adequada para resolução de tal situação, por meio dos artigos 6º, § 7º-A c/c 49, § 3º, da Lei 11.101/2005, embasando-se no poder geral de cautela imputado ao juízo recuperacional, possibilitando que seja declarada a essencialidade dos bens vitais às atividades dos devedores e a consequente impossibilidade de retirada de tais bens dos seus respectivos estabelecimentos, conforme pode ser visto:

Art. 6º [...]

§ 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência).

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. [...]

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de

irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

A jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispõe que é do juízo recuperacional a competência para decidir sobre o pedido de essencialidade dos bens enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, não importando a modalidade de garantia a que está vinculada o bem:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EMPRESÁRIO RURAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO UNIVERSAL . STAY PERIOD. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE GRÃOS ARRESTATOS. PENHOR. DIREITO REAL DE GARANTIA. COMPETÊNCIA PARA DEFINIÇÃO DA ESSENCIALIDADE DO BEM. 1. Após obter o registro e passar ao regime empresarial, fazendo jus a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes (CC, arts. 970 e 971), adquire o produtor rural a condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial, com base no art . 48 da Lei 11.101/2005 (LRF), bastando que comprove, no momento do pedido, que explora regularmente a atividade rural há mais de 2 (dois) anos. 2. Os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n . 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal . Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005 . 3. Tal entendimento estende-se às hipóteses em que a penhora seja anterior à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial. Ainda que o crédito exequendo tenha sido constituído depois do deferimento do pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, também nesse caso, o controle dos atos de constrição patrimonial deve prosseguir no Juízo da recuperação. 4. Ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, compete ao juízo da recuperação judicial decidir acerca da essencialidade de determinado bem para fins de aplicação da ressalva prevista no art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, na parte que não admite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial. 5 . Os arts. 49 e 50, § 1º, da Lei

11.101/2005 não eximem dos efeitos da recuperação judicial os direitos reais de garantia, mas sim os direitos reais em garantia, isto é, apenas aqueles bens que, originariamente do devedor, passam à propriedade do credor (propriedade resolúvel, desconstituída com o adimplemento da obrigação garantida), cuja efetivação do direito se faz pela consolidação do bem garantido no patrimônio deste, e não por expropriação judicial. 6. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt nos EDcl no REsp: 1954239 MT 2020/0171231-6, Data de Julgamento: 25/04/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/04/2022) - grifou-se.

Na análise dos bens que se requer que sejam declarados essenciais, é importante esclarecer que o fato deve ser examinado com base nas diretrizes constantes no artigo 47, da Lei n. 11.101/05, que resguarda a preservação da atividade empresária:

A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Assim, para fins de deferimento da tutela de urgência, é indispensável a coexistência de alguns requisitos e elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, isto é, a formação de um juízo de probabilidade da existência do direito invocado pela parte.

No caso dos autos, é cediço que os devedores em crise se dedicam à atividade empresarial rural, cujo desenvolvimento não ocorre sem a utilização dos bens listados na inicial, com características específicas para o desenvolvimento da atividade empresarial rural, de modo que se tais bens forem retirados de suas posses os trabalhos desenvolvidos estariam prejudicados ou até viabilizados.

Nesse contexto, num juízo de cognição sumária a que se presta o presente momento processual, quanto à probabilidade do direito (fumus boni iuris), é possível inferir-se dos documentos que instruem a petição inicial e dos argumentos apresentados pelos autores a plausibilidade do pedido de recuperação judicial e a necessidade de proteção do patrimônio dos devedores para viabilizar sua reestruturação.

O perigo de dano (periculum in mora) é igualmente evidente. O risco de dano, neste caso, reside na possibilidade de que a demora na concessão de medidas protetivas acarrete a inviabilidade da atividade empresarial rural.

Os documentos apresentados indicam que buscas e apreensões, ações de execução, notificações extrajudiciais de consolidação da propriedade fiduciária, penhoras, arrestos e outras constrições sobre bens empregados diretamente no desenvolvimento da atividade econômica podem inviabilizar por completo a continuidade da atividade rural.

Tais bens, especialmente aqueles considerados essenciais, como os bens de capital e a lavoura em período de colheita, gozam de proteção no âmbito da recuperação judicial, e o juízo responsável pela recuperação é competente para avaliar sua essencialidade.

Na norma do artigo 49, § 3º da Lei 11.101/2005, o legislador utilizou a expressão “bem de capital” em sentido amplo, com o objetivo de resguardar a posse do devedor sobre qualquer bem essencial à continuidade de sua atividade empresarial. Os bens de capital do devedor abrangem não apenas os bens tangíveis utilizados na produção como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, mas também os demais empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da empresa em recuperação, mesmo que não sejam incorporados diretamente ao produto final, como é o caso de matérias-primas e bens intermediários, incluindo-se, evidentemente, os grãos produzidos pelo produtor rural.

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO INTERNO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ESSENCIALIDADE DOS BENS RECONHECIDA. RECURSO DESPROVIDO.

I - Não merece prosperar a preliminar de não conhecimento do recurso por ofensa ao princípio da dialeticidade suscitada pela agravada, eis que restou evidente, na petição recursal, os motivos da irresignação do agravado, tanto que foram rechaçados nas contrarrazões à luz de fundamentos fáticos e jurídicos contrários.

II – Compete ao Juízo universal da recuperação, com exclusão de qualquer outro, decidir sobre a natureza extraconcursal de um bem, assim como sobre a sua essencialidade para o funcionamento da empresa recuperanda, para efeito de aplicação do art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/2005.

III - “(...) é factível que mesmo os insumos incorporados aos produtos fabricados ou comercializados ou a matéria-prima objeto de comercialização no agronegócio possam ser passíveis de enquadramento na ressalva legal, inserindo-se no conceito de bem de capital” (Conflito de Competência nº 153.473/PR, STJ).

IV – A matéria prima pode ser declarada bem de capital e, no caso, tenho que os bens objetos de alienação fiduciária são essenciais ao regular desenvolvimento das atividades econômico-produtivas da parte agravada, que poderá investir o valor da venda das sacas de soja e milho para o exercício da sua atividade empresarial e êxito de sua recuperação judicial.

V – Recurso desprovido. (AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0813156-37.2021.8.10.0000; RELATORA: DESEMBARGADORA ANGELA MARIA MORAES SALAZAR) - grifou-se.

No caso dos devedores, cuja atividade empresarial é eminentemente agrícola, os grãos de soja colhidos devem ser considerados bens essenciais, pois compõem o ciclo econômico da empresa e são necessários à sua subsistência, inclusive para geração de receita e eventual cumprimento do plano de recuperação.

Logo, os bens listados na peça de ingresso são imprescindíveis à atividade desenvolvida pelo grupo de devedores, visto que afetos à atividade rural e serão utilizados para viabilizar o plano de recuperação judicial que será futuramente, e no prazo legal, apresentado aos credores nestes autos, caso processada a presente recuperação judicial.

Portanto, a concessão da medida de urgência enquadra-se adequadamente no poder geral de cautela, previsto no artigo 297, do Código de Processo Civil (CPC), a fim de assegurar o resultado útil do processo, cuja ordem não apresenta nenhuma irreversibilidade.

Já no que concerne ao segundo pedido (suspensão da cláusula de vencimento antecipado) e, ainda, a abstenção da prática de rescisão ou resilição das operações celebradas com o grupo de devedores, bem como as demais medidas constritivas, observa-se que a cláusula que prevê o vencimento antecipado das obrigações em caso de recuperação judicial obstaculiza o soerguimento da atividade empresária, sendo que a matéria já foi, a propósito, enfrentada em outros procedimentos deste instituto de grandes players do mercado, como o próprio “Grupo Americanas”, oportunidade na qual foi declarada a sua nulidade, consoante adiante reportado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO CONJUNTO DO GRUPO AMERICANAS. SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES E BLINDAGEM (STAY PERIOD). DEBENTURISTAS QUE INVOCAM A TITULARIDADE DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA QUE PREJUDICA O RECÉM INICIADO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA RECUPERANDA. CLASSIFICAÇÃO DO

CRÉDITO EXTRACONCURSAL QUE NÃO PODE SER ESTIPULADA POR CONVENÇÃO. TEMA 1.051 DO STJ.

*1. Recurso interposto contra as decisões de deferimento do processamento conjunto da recuperação judicial, de suspensão das execuções (stay period) e das cláusulas que conferem o vencimento antecipado, retificando as diligências cartorárias indispensáveis à adequação das especificidades do procedimento. 2. Pedido de retificação do marco temporal do início da recuperação judicial que resta prejudicado, como destacado pela Procuradoria de Justiça de massas falidas e liquidações, considerando as decisões posteriores no agravo de instrumento nº 0002792-19.2023.8.19.0000. 3. Decisão do juízo que deu adequado cumprimento ao decidido pela Egrégia 3ª Vice-Presidência, que, em medida cautelar, estabeleceu a data de 12/01/23 como termo a quo para a submissão dos créditos à recuperação judicial. 4. Escrituras de emissão de debêntures que contêm cláusula de vencimento antecipado, em decorrência de recuperação judicial da sociedade emissora (Cláusula 7.1, alínea d). Pretensão de integrar tais debêntures ao passivo extraconcursal, prevalecendo a autonomia e força obrigatória dos contratos. 5. **Cláusula que prevê indevida quitação antecipada, em prejuízo ao concurso, dado o interesse público no soerguimento e a inafastabilidade da igualdade entre os credores (par conditio creditorum).** 6. Classificação do crédito extraconcursal que não pode ser estipulada por convenção, eis que decorre da lei (Lei nº 11.101/05, art. 49), como já pacificado no precedente qualificado que deu origem ao Tema 1.051 do STJ. 7. **Previsão de vencimento antecipado das debêntures com garantia quirografária que não legitima o afastamento da blindagem, decorrente do deferimento do stay period, que visa a garantir a preservação da empresa e a manutenção dos bens de capital essenciais à atividade das recuperandas.** 8. Pedido de inclusão dos patronos da representante da comunhão de debenturistas (agente fiduciário), ora agravante, no sistema PJe. Medida incompatível com o número de credores e que resta suprida com a intimação de todos os atos processuais, até então praticados na recuperação judicial, por publicação no Diário Oficial (DJe). Ausência de cerceamento de defesa ou prejuízo. 9. Desprovimento do recurso. (TJ-RJ - AI: 00241686120238190000 202300235173, Relator.: Des(a). PAULO WUNDER DE ALENCAR, Data de Julgamento: 08/08/2023, DECIMA OITAVA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 15, Data de Publicação: 09/08/2023) - grifou-se.*

Ademais, ressalte-se que a resilição e/ou distrato da operação pelo mero pedido de recuperação judicial não se afigura plausível, considerando que o

seu efeito imediato e ativo é o vencimento da operação, inclusive, daquelas que possivelmente estão sendo adimplidas.

Com frequência, a recuperação judicial é vista pelo mercado como um sinal de alerta aos credores, levando a decisões precipitadas que podem comprometer a própria eficácia do processo.

*O último fôlego da empresa em crise pode se esgotar rapidamente caso não sejam adotadas medidas protetivas imediatas, **especialmente diante de compromissos financeiros de longo prazo que acabam sendo exigidos de forma antecipada.***

Assim, conforme já destacado nos precedentes supra, a manutenção de cláusulas contratuais que preveem vencimento antecipado ou rescisão automática em razão do simples ajuizamento do pedido de recuperação judicial mostra-se incompatível com o procedimento de recuperação judicial e, conseqüentemente, com o princípio da preservação da empresa.

Portanto, do exame da matéria posta à apreciação, constata-se que as cláusulas em relevo se apresentam incompatíveis com os princípios basilares da preservação das atividades empresariais, na medida em que têm por consequência injustificada o comprometimento imediato do fluxo de caixa, justamente quando a sociedade empresária mais carece de condições para preservar as suas atividades, e o agravamento da situação financeira dos devedores.

Assim, mostram-se cabíveis os pedidos liminares formulados pelos autores na petição inicial.

Conclusão

*Diante do exposto, antecipo os efeitos do stay period (blindagem patrimonial), **DETERMINANDO** a suspensão imediata de todas as ações e execuções movidas contra o **GRUPO ARCO-ÍRIS**, composto por **GERSON DE SOUSA KYT, GILSON DE SOUSA KYT, IULHA GARCIA KYT, KMX AGRONEGÓCIO LTDA, EDUARDO MACAGNAN, LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN, e ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA**, cujos créditos ou obrigações se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 6º, caput e inciso III, da Lei nº 11.101/05.*

Ressalto que a suspensão acima determinada abrange qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens dos devedores, incluindo bens essenciais à sua atividade econômica. As ações que demandarem quantia ilíquida terão

prosseguimento no juízo de origem, permitida a reserva da importância estimada devida perante este Juízo (art. 6º, §§ 1º e 3º, LRF). As ações de natureza trabalhista seguirão perante a justiça especializada até a apuração do crédito (art. 6º, § 2º, LRF).

Ainda, nos termos da fundamentação supra,

DEFIRO a tutela de urgência para **DECLARAR A ESSENCIALIDADE** dos bens descritos na petição inicial até ulterior deliberação judicial, quais sejam aqueles descritos no “Quadro 1 – Bens Imóveis Rurais, Quadro 2 – Grãos e Quadro 3 – Maquinários, Veículos e Implementos de uso agrícola”, incorrendo em multa diária por descumprimento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) limitada ao valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por eventual inobservância da presente decisão.

DEFIRO a expedição de ofícios para os Cartórios de Registro de Imóveis, a fim de averbar a presente ação e impedir a consolidação da propriedade fiduciária dos seguintes bens: o Cartório de Registro de Imóveis de Imperatriz/MA, Fazenda Lote BR-010 – matrícula 8925; o Cartório de Registro de Imóveis de Itinga do Maranhão/MA, Fazenda Alvorada – matrícula 717, Fazenda Monte Sinai – matrícula 4022, Fazenda Açailândia – matrícula 4056, Fazenda Pau-brasil – matrícula 219, Fazenda Santo Antônio – matrícula 379, Fazenda São José – matrícula 738, Fazenda Prata – matrícula 1283, Fazenda São José II – matrícula 739, Fazenda Santa Helena – matrícula 716, Fazenda Estrela – matrícula 1284; o Cartório de Registro de Imóveis de Dom Eliseu/PA, Fazenda Altamira – matrícula 819, Fazenda São Felipe. – matrícula 6096; o Cartório de Registro de Imóveis de Açailândia/MA, Fazenda Arco Íris – matrícula 4363; o Cartório de Registro de Imóveis de Grajaú/MA, Fazenda Bela Aurora – matrícula 20573; o Cartório de Registro de Imóveis de São Francisco do Brejão/MA, Fazenda 173 – matrícula 173, Fazenda Estância JB II – matrícula 420; o Cartório de Registro de Imóveis de Bom Jesus das Selvas/MA, Lote 03 – matrícula 2890, Lote 04 – matrícula 2677, Lote 05 – matrícula 2678, Lote 06 – matrícula 2684, Lote 07 – matrícula 178, Lote 08 – matrícula 2891, Lote 09 – matrícula 2889; o Cartório de Registro de Imóveis de Carutapera/MA, Fazenda Estrela I – matrícula 975; Cartório de Registro de Imóveis de Santa Luzia/MA, Fazenda Planalto – matrícula 9086, Fazenda Planalto – matrícula 9373, Fazenda Planalto II – matrícula 9372, Fazenda Santa Maria II – matrícula 7889, Fazenda 4 Estrelas – matrícula 875, Fazenda 2 Irmãos – matrícula 9167; o Cartório de Registro de Imóveis de Rondon do Pará/PA, Fazenda Bela Vista – matrícula 7564, Fazenda Brioschi – matrícula 7563, Fazenda Santo Antônio – matrícula 7565.

*DEFIRO a tutela de urgência e determino a **SUSPENSÃO** das cláusulas de vencimento antecipado e execução de eventuais garantias, existentes em contratos celebrados com os devedores, bem como **DEFIRO** a abstenção da prática pelos credores de qualquer ato que vise à rescisão, resilição e/ou distrato de contratos celebrados com os requerentes, tendo como fundamento o ajuizamento deste pedido de recuperação judicial e/ou o suposto inadimplemento de obrigações de pagar, dar/entregar, fazer ou não fazer previstas em tais contratos, diante da suspensão da exigibilidade de tais obrigações decorrentes do stay period.*

*Por fim, aguarde-se a realização da **CONSTATAÇÃO PRÉVIA**, oportunidade em que serão reavaliadas as medidas urgentes ora concedidas, dada a precariedade e reversibilidade da presente decisão, nos termos dos artigos 297 e 300, ambos do Código de Processo Civil (CPC) e artigo 6º, § 12, da Lei n 11.101/05 (LRF).*

Publique-se Registre-se. Intimem-se. Serve a presente como mandado/ofício.

Cumpra-se.

São Pedro da Água Branca/MA, data da assinatura.

ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO

Juiz de Direito Titular da Comarca de São Pedro da Água Branca/MA

Designado pela CGJ/TJMA

2.2 Da constatação prévia.

Efetuada visita *in loco*, nos principais imóveis rurais situados nos Estados do MA e PA, onde os devedores exercem suas atividades, como fim de constatar as reais condições de funcionamento, bem como, a análise da regularidade material da documentação apresentada pelos devedores, em estrito cumprimento ao escopo da perícia delimitado pelo Juízo, procedeu-se com a juntada aos autos do Laudo Pericial de Constatação Prévia em 22/06/2025 (Id 152133769), elaborado por este subscrevente, cuja conclusão apontou não **haver óbice para análise do pedido de recuperação judicial formulado pelo Grupo Arco-íris por este juízo**, considerando:

Que os Requerentes estão em pleno exercício de suas atividades, com funcionamento ininterrupto dos trabalhos desenvolvidos em todos os imóveis rurais explorados, ficando constatado, inclusive, a presença, nas fazendas visitadas, de quase 100% dos bens imóveis listados nos quadros 03 e 04 da petição inicial;

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

Que os requisitos legais estabelecidos no artigo 48, bem como o rol de documentos elencados no art. 51, ambos da Lei 11.101/2005, Lei de Recuperação Judicial e Falência, foram atendidos, em virtude da completude e regularidade formal da documentação anexada no pedido recuperacional;

Que a correspondência com a realidade operacional dos devedores, resta cabalmente demonstrada pelos documentos apresentados, que refletem com fidelidade a realidade produtiva e econômica do grupo, comprovando que não se trata de uma tentativa artificial de recuperação ou de fraude processual. Os bens, receitas, dívidas e operações são verossímeis, rastreáveis e compatíveis com a extensão da atividade rural desenvolvida, e a realidade fática apontada na inicial evidencia uma crise de liquidez;

Que a competência para processamento do pedido de recuperação judicial formulado pelos devedores, é, de fato, deste juízo de Itinga-MA, tendo em vista que é nesta comarca onde situa-se o principal estabelecimento comercial dos Requerentes- Fazenda Núcleo Pau Brasil- centro de comando operacional do Grupo Arco-Íris, que concentra o maior volume de negócios da atividade por eles explorada.

Em petição datada de 24/06/2025, inserida no Id 152363530, os devedores manifestaram-se favoravelmente ao laudo de constatação prévia.

Assim, após sopesada a tutela de urgência anteriormente deferida, o laudo pericial de constatação prévia, e apreciada as razões alinhavadas nos pedidos iniciais, o juízo recuperacional proferiu o seguinte *decisum* (Id 151326951) no qual deferiu o processamento da recuperação judicial e nomeou este subscritor ao cargo de administrador judicial nos autos da recuperação, consoante adiante transcrito, *verbis*:

DECISÃO

*Trata-se de pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL (com pedido de tutela de urgência)** apresentado por ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA., GERSON DE SOUSA KYT, GILSON DE SOUSA KYT, IULHA GARCIA KYT, KMX AGRONEGÓCIO LTDA., EDUARDO MACAGNAN, LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN, ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA, doravante denominado de “GRUPO ARCO-ÍRIS”, todos devidamente qualificados nos termos da exordial, apontando um passivo de R\$ 567.625.477,73 (quinhentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos).*

Decisão no Id 151326951 determinando a realização de constatação prévia, nos termos do artigo 51-A, da Lei n. 11.101/05 (LRF).

No Id 151336710, os requerentes manifestaram concordância com a decisão supra, ademais, requereram a antecipação do stay period, ante o risco de perecimento do direito pleiteado.

No Id 151586898 o Administrador Judicial nomeado, Dr. **JOSÉ EDUARDO PEREIRA JÚNIOR**, postulou a dilação do prazo para apresentação do laudo técnico determinado na decisão de Id 151326951.

No Id 151049329, a credora Juparanã Comercial Agrícola Ltda, autora da ação de execução nº 0803239-83.2025.8.10.0022, requereu habilitação nestes autos.

No Id 151654351, deferiu-se a medida liminar requerida na inicial, para antecipar os efeitos do stay period, declarar a essencialidade dos bens listados na inicial e impedir o vencimento antecipado dos contratos, nos termos dos artigos 297 e 300, ambos do Código de Processo Civil (CPC) e artigo 6º, § 12, da Lei n. 11.101/05 (LRF).

Nos Id's 152133766, 152133769 e 152133770, o perito nomeado juntou aos autos o laudo de constatação prévia.

No Id 152363530 os autores manifestaram concordância com o laudo acima referido.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório do essencial. Fundamento e decido.

1 - Da perícia de constatação prévia

Precipuamente, importa destacar que foi determinada a realização de perícia destinada a: **1) VERIFICAR** a efetiva existência e regular funcionamento das pessoas jurídicas integrantes do grupo requerente; **2) ANALISAR** a completude e regularidade formal da documentação que instrui a petição inicial; **3) AVALIAR** a correspondência entre os documentos apresentados e a realidade operacional das empresas; **4) CERTIFICAR-SE** do atendimento aos requisitos legais exigidos pelos artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/2005; **5) AFERIR** a competência deste Juízo, nos moldes do § 7º do artigo 51-A, da referida norma, para processar o pedido. Os trabalhos periciais foram concluídos, ficando encartado o seguinte:

Após detida análise, de forma objetiva, das reais condições de funcionamento da empresa e da regularidade documental, em obediência aos arts. 51-A, §5º da lei 11.105/2005, **concluimos não haver óbice para análise do pedido de recuperação judicial formulado pelo Grupo Arco-íris por este juízo, considerando:**

Que os Requerentes estão em pleno exercício de suas atividades, com funcionamento ininterrupto dos trabalhos desenvolvidos em todos os imóveis rurais explorados, ficando constatado, inclusive, a presença, nas fazendas visitadas, de quase 100% dos bens imóveis listados nos quadros 03 e 04 da petição inicial;

Que os requisitos legais estabelecidos no artigo 48, bem como o rol de documentos elencados no art. 51, ambos da Lei 11.101/2005, Lei de Recuperação Judicial e Falência, foram atendidos, em virtude da completude e regularidade formal da documentação anexada no pedido recuperacional;

Que a correspondência com a realidade operacional dos devedores, resta cabalmente demonstrada pelos documentos apresentados, que refletem com fidelidade a realidade produtiva e econômica do grupo, comprovando que não se trata de uma tentativa artificial de recuperação ou de fraude processual. Os bens, receitas, dívidas e operações são verossímeis, rastreáveis e compatíveis com a extensão da atividade rural desenvolvida, e a realidade fática apontada na inicial evidencia uma crise de liquidez;

Que a competência para processamento do pedido de recuperação judicial formulado pelos devedores, é, de fato, deste juízo de Itinga-MA, tendo em vista que é nesta comarca onde situa-se o principal estabelecimento comercial dos Requerentes- Fazenda Núcleo Pau Brasil- centro de comando operacional do Grupo Arco-íris, que concentra o maior volume de negócios da atividade por eles explorada;

É o que temos a relatar. (Id 152133769) - grifou-se.

*Ciente dessa premissa e das conclusões obtidas no escopo delimitado da perícia — que alcançou e expôs elementos relevantes quanto à veracidade das informações prestadas, ao efetivo funcionamento das empresas e à regularidade material da documentação constante nos autos —, bem como tendo sido identificado que o centro decisório, econômico e operacional do **GRUPO ARCO-ÍRIS** se encontra na Comarca de Itinga do Maranhão/MA, **impõe-se a homologação do laudo pericial.***

2- Da competência do Juízo de Itinga do Maranhão/MA

A norma de regência elegeu como local do principal estabelecimento como critério para definição da competência do Juízo falimentar e recuperacional, conforme preconiza o art. 3º, da Lei n. 11.101/05 (LRF):

Art. 3º. *É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.*

*Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem o firme entendimento no sentido de que **o principal estabelecimento corresponde àquele em que se realiza maior volume de negócios da empresa, o centro efetivo da atividade empresarial, onde a atividade é centralizada, incluindo todas as tomadas de decisões.***

A interpretação autorizada e reiteradamente firmada pelo STJ é no sentido de que tal critério não se vincula ao domicílio formal ou ao local físico da atividade produtiva bruta, mas sim ao núcleo de deliberação estratégica, à sede administrativa e à centralidade dos negócios jurídicos da entidade empresarial:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DO PARÁ. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS E MEDIAÇÃO ANTECEDENTE A PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS CAUTELARES. JUÍZO COMPETENTE PARA O PEDIDO PRINCIPAL. ESTABELECIMENTO PRINCIPAL DO DEVEDOR. CRITÉRIO ECONÔMICO: MAIOR VOLUME DE NEGÓCIOS DA EMPRESA E CENTRO DE GOVERNANÇA DOS NEGÓCIOS. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA PAULISTA. 1. *Também no procedimento de recuperação judicial vigora a máxima de que a competência para o conhecimento e julgamento de pedido cautelar é do Juízo competente para conhecer e julgar o pedido principal de recuperação judicial.* 2. **Nos termos do art. 3º da Lei 11.101/2005, o juízo competente para o pedido de recuperação judicial é o do foro de situação do principal estabelecimento do devedor, assim considerado o local mais importante das atividades empresárias, ou seja, o de maior volume de negócios e centro de governança desses negócios.** 3. *Esse entendimento é ainda mais adequando quando se trata de sociedades empresárias de grande porte, dedicadas a complexas atividades econômicas de produção e circulação de bens e serviços, como as de produção de commodities agrícolas, minerais e florestais, hipóteses em que, enquanto a produção e extração são processadas no interior do país, em vastas áreas nos territórios de diversos Estados, ou mesmo em alto mar, como nos casos de petróleo e gás, o centro nevralgico do empreendimento, onde tomadas as decisões e realizadas as principais transações, é situado em distantes grandes centros urbanos, empresariais e financeiros.* 4. *Não se pode perder de vista a extrema complexidade e necessária interligação de atividades e negócios na*

gigantesca engrenagem do mundo capitalista globalizado, caracterizado pela diversidade de especializadas contratações inter-relacionadas, envolvendo, frequentemente, densa cadeia produtiva abrangendo exportação, câmbio, transporte marítimo, venda antecipada da produção, negociação em bolsas de mercadorias e financiamento das atividades. 5. É esse o contexto sob exame, em que as complexas atividades da devedora vão desde a extração mineral, realizada no interior do Estado do Pará, até as inúmeras contratações celebradas em centro metropolitano, onde se identifica o local mais importante das operações sociais, por ser abrangente do maior volume de negócios e do núcleo decisório da sociedade, situado na cidade de São Paulo, como o principal estabelecimento da sociedade suscitada. 6. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência da Justiça do Estado de São Paulo. (CC n. 189.267/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 28/9/2022, DJe de 13/10/2022.). - grifou-se.

Trata-se, pois, de critério de natureza funcional, econômico e decisório, e não meramente físico ou territorial. O local do “principal estabelecimento” deve refletir a racionalidade sistêmica do processo recuperacional, permitindo a maior integração com os credores, acesso à documentação relevante e viabilidade de reorganização negocial do devedor.

Em uma análise da documentação apresentada, é possível inferir que é na cidade de Itinga do Maranhão/MA que se concentra o maior volume de negócios do Grupo, notadamente, considerando que o bloco de imóveis rurais situado nesta Comarca é o mais expressivo, dada sua extensão aliada à produtividade da atividade agrícola exercida nesta localidade, bem como a concentração de trabalhadores e credores dos devedores, o que foi comprovado pela documentação que acompanha a petição inicial deste pedido de recuperação judicial.

Nesse contexto, o laudo de constatação prévia caminhou no mesmo sentido, evidenciando a centralização da atividade empresarial na Comarca de Itinga do Maranhão/MA e, ao final, concluiu o seguinte:

Na petição inicial, os autores alegaram que o foro competente seria a Comarca de Imperatriz/MA, sob o argumento de que ali estaria o “escritório central” e o “centro de inteligência e governança” do grupo. Entretanto, após análise detida dos autos e da visita in loco deste perito, constatou-se que a Fazenda Núcleo Pau Brasil, situada na cidade Itinga-MA, às margens da BR 010, Km 354, é o verdadeiro centro de comando decisório, operacional e econômico do grupo, restando ao endereço indicado em Imperatriz/MA (Rua Urbano Santos, nº 155) apenas e tão

somente o local onde funciona o escritório contabilidade terceirizado, contratado pelo grupo.

Toda a estrutura operacional e gerencial do Grupo Arco-Íris está centralizada no Núcleo Pau Brasil, em Itinga do Maranhão, onde se encontram, dentre outros:

- ***Nove fazendas produtivas, com área de 2.788ha;***
- ***Silos com capacidade para 140 mil toneladas de grãos;***
- ***Frota de máquinas, veículos e insumos;***
- ***Escritório administrativo com localização georreferenciada (Latitude: -4.653830 / Longitude: -47.497180);***
- ***Equipe de gestão e gerentes operacionais.***

[...]

Ademais, para reforçar a competência desta comarca de Itinga para o processamento do feito recuperacional, salienta-se que durante as visitas in loco nos imóveis rurais onde o grupo devedor exerce suas atividades, restou constatado que o Grupo Arco-Íris, possui uma grande estrutura de galpão, em fase final de acabamento e instalação de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, situado na avenida industrial nº 300, cidade de Itinga-MA, destinado a funcionar como o centro de armazenamento e distribuição-CD, de todos os produtos utilizados na atividade de agronegócio dos devedores (vide fotografias abaixo) o que reforça ainda mais, a conclusão pela competência deste juízo de Itinga-MA, para processar a presente recuperação judicial. (Id 152133769, págs. 79/81) - grifou-se.

Portanto, este Juízo da Comarca de Itinga do Maranhão/MA é competente para o processamento da recuperação judicial, nos termos do artigo 3º, da Lei n. 11.101/05 (LRF) e jurisprudência do C. STJ.

3 - Do Preenchimento dos Requisitos Necessários para o Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial. Arts. 48 e 51, da LRF

Nos termos do artigo 47, da Lei n. 11.101/05 (LRF): “A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

O legislador ordinário configurou o instituto da recuperação judicial como ferramenta voltada a reorganização financeira e patrimonial da empresa ou sociedade empresária devedora, norteada pelos princípios da preservação, da função social e do estímulo à atividade econômica, a fim de garantir a manutenção da fonte produtora e dos vínculos empregatícios.

Todavia, para o processamento da recuperação judicial os proponentes devem juntar aos autos uma série de documentos e informações imprescindíveis à sua admissibilidade, os quais se encontram elencados nos artigos 48 e 51 do diploma normativo regente.

Nestas condições, o artigo 48 da LRF regulamenta que:

Art. 48. *Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:*

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Por sua vez, o artigo 51 do mesmo diploma normativo exige que a petição inicial seja fundamentada e acompanhada com:

I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração de resultados acumulados;

c) demonstração do resultado desde o último exercício social;

d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito;

III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;

IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;

IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;

X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e

XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.

*No caso dos autos, verifica-se a presença dos elementos fáticos e documentais necessários para o preenchimento dos requisitos exigidos pela Lei n. 11.101/05, tudo **conforme verificado no laudo pericial de constatação prévia**, quais sejam: i) declarações do artigo 48; ii) certidões cíveis, criminais e trabalhistas; iii) DRE e balanço patrimonial;*

iv) fluxo de caixa, v) descrições do grupo; vi) DIRPFs; vii) relação nominal de credores, viii) certidão de regularidade; ix) relação de empregados; x) bens particulares dos sócios; xi) extratos bancários; xii) certidões de protestos; xiii) relação de ações; xiv) relatório detalhado do passivo fiscal; e xv) relação de bens integrantes do ativo não circulante.

*Desta forma, verifica-se que os requisitos exigidos pelos artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/05 (LRF) foram devidamente preenchidos pelos devedores, de modo que **o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial é medida imperativa.***

4 – Do Litisconsórcio Ativo Facultativo. Consolidação Substancial.

A partir da reforma operada pela vigência da Lei n. 14.112/20, o regime jurídico de recuperação judicial e falências passou a disciplinar os institutos da consolidação processual e substancial, permitindo a recuperação judicial, em espécie de litisconsórcio ativo, de sociedades empresárias que atendam aos requisitos previstos na lei e que integrem grupo sob controle societário comum (art. 69-G), bem como autorizando a consolidação de ativos e passivos das devedoras integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, os quais serão tratados como se pertencessem a um único devedor (arts. 69-J a 69-L).

Em relação à consolidação processual e substancial, o artigo 69-G e seguintes da lei de recuperação judicial dispõe, in verbis:

Art. 69-J. *O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses::*

- I - existência de garantias cruzadas;*
- II - relação de controle ou de dependência;*
- III - identidade total ou parcial do quadro societário; e*
- IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.*

Art. 69-K. *Em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor.*

§ 1º *A consolidação substancial acarretará a extinção imediata de garantias fidejussórias e de créditos detidos por um devedor em face de outro.*

§ 2º *A consolidação substancial não impactará a garantia real de nenhum credor, exceto mediante aprovação expressa do titular.*

Art. 69-L. *Admitida a consolidação substancial, os devedores apresentarão plano unitário, que discriminará os meios de recuperação a serem empregados e será submetido a uma assembleia-geral de credores para a qual serão convocados os credores dos devedores.*

§ 1º *As regras sobre deliberação e homologação previstas nesta Lei serão aplicadas à assembleia-geral de credores a que se refere o caput deste artigo.*

§ 2º *A rejeição do plano unitário de que trata o caput deste artigo implicará a convalidação da recuperação judicial em falência dos devedores sob consolidação substancial.*

*A **consolidação processual** nada mais é do que a possibilidade de que sociedades ingressem, conjuntamente, com um só pedido de recuperação judicial, sendo, portanto, hipótese de litisconsórcio ativo facultativo, em que mais de uma sociedade pede que seja processada a sua recuperação judicial.*

*Por outro lado, o processamento da recuperação judicial em **consolidação substancial**, por se tratar de medida excepcional e que pode ser deferida independentemente da realização de Assembleia-Geral de Credores, deve, necessariamente, **materializar elementos evidenciadores da interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores**, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos. Além disso, deve, ainda, **demonstrar a ocorrência** de, no mínimo, **2 (duas) das seguintes hipóteses**: I – existência de garantias cruzadas; II – relação de controle ou de dependência; III – identidade total ou parcial do quadro societário; e IV – atuação conjunta no mercado entre os postulantes.*

Na jurisprudência o tema é tratado da seguinte maneira:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE CONCEDEU O PROCESSAMENTO, EM CONJUNTO, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADES INTEGRANTES

DO MESMO GRUPO ECONÔMICO OU SOCIETÁRIO DE FATO.
POSSIBILIDADE. LITISCONSÓRCIO ATIVO. ENTRELAÇAMENTO
FINANCEIRO E DE GESTÃO DAS SOCIEDADES INTEGRANTES DO GRUPO.
REGISTRO DE GARANTIAS CRUZADAS. PROCESSAMENTO CONJUNTO DA
RECUPERAÇÃO. PRETENSÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A
FUNDAMENTAÇÃO CENTRAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283
DO STF. INCIDÊNCIA. PRETENSÃO QUE DEMANDA O REVOLVIMENTO DO
CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS E A REINTERPRETAÇÃO
DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. ÓBICE DE INADMISSIBILIDADE.
SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. CONFIRMAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO
PROVIDO. 1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a
conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da
pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº
283/STF. Aplicação analógica. 2. O exame da pretensão recursal exigiria
a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo v.
acórdão e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em
sede de recurso especial, nos termos dos enunciados das Súmulas 5 e 7
do STJ. 3. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp: 1560868
SP 2019/0233061-7, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de
Julgamento: 10/05/2021, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe
13/05/2021) - grifou-se.

Assim, a **consolidação processual** constitui-se em medida excepcional de
otimização processual mediante a ampliação do polo ativo da
demanda, a qual visa contornar uma situação “intransponível” de
“entrelaçamento negocial” entre sociedades que pertencem ao mesmo
grupo empresarial (consolidação substancial), viabilizando uma solução
única e conjugada, com vistas à economia de recursos e de atos
processuais, prestando eficiência no procedimento e na consecução da
superação da crise econômica e financeira das sociedades.

No caso dos autos, a partir das certidões e atos constitutivos juntados
neste caderno processual, é notável a identidade e comunhão do quadro
societário. **A interconexão dos devedores se encontra devidamente
evidenciada em razão da constância do segmento operacional similar
em todas as empresas (produtores rurais), do usufruto da mesma
estrutura administrativa e, conforme declaradamente assinalado na
inicial, por possuírem mesmo setor financeiro e contábil unificados, com
notável relação de controle e, ainda, pedido e pretensão jurídica igual
para todos os componentes do grupo econômico.**

A confusão patrimonial entre ativos está clara em função,
primordialmente, da concentração dos ativos, bem como há elementos
que consubstanciam a confusão do passivo dos devedores, haja vista a

paridade de seus credores e das operações celebradas, não sendo, desta forma, possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos.

*Além disso, os requisitos exigidos para a consolidação substancial de ativos e passivos encontram-se perfeitamente preenchidos, haja vista que **há garantias cruzadas, relação de controle entrelaçado e identidade do quadro societário, conforme alhures destacado.***

A atuação em conjunto entre os postulantes é, no mínimo, presumível neste caso, já que, além das operações de crédito firmadas em conjunto, tudo indica que se trata de um conglomerado de atividades interconexas exercidas no mesmo ramo de atividade empresarial.

*Deste modo, preenchidos os requisitos legais, **o processamento desta recuperação judicial em litisconsórcio ativo facultativo em consolidação substancial é medida que se impõe.***

5 – Da Tutela de Urgência. Constatação prévia. Ratificação.

Os devedores requereram o deferimento da tutela de urgência, a fim de que fosse reconhecida e declarada a essencialidade dos diversos bens do grupo (imóveis rurais, veículos, maquinários, implementos agrícolas, grãos etc.), que foram oferecidos em garantia real (alienação fiduciária e penhor), em favor das instituições financeiras e particulares, por serem necessários e indispensáveis à atividade rural. Ainda, pugnaram por provimento decisório impedindo o vencimento antecipado dos contratos firmados.

No Id 151654351, deferiu-se a medida liminar requerida na inicial, para antecipar os efeitos do stay period, declarar a essencialidade dos bens listados na inicial e impedir o vencimento antecipado dos contratos, nos termos dos artigos 297 e 300, ambos do Código de Processo Civil (CPC) e artigo 6º, § 12, da Lei n. 11.101/05 (LRF).

Ato contínuo, quando da juntada do laudo de constatação prévia, o perito nomeado não identificou nenhum fato novo que elidisse as razões adotadas na decisão liminar. Pelo contrário, apenas evidenciou ainda mais a essencialidade do patrimônio do grupo devedor para continuidade da atividade rural, senão vejamos:

Essas propriedades estão em pleno uso agrícola, com evidências fotográficas da presença de lavouras ativas, muitas já colhida e outras terminando a colheita; possuem estrutura de armazenagem, colaboradores em serviço ativo permanente e maquinários em plena operação, os quais, aliás, com base nos quadros 3 e 4 da petição inicial-que descreve a relação completa de tratores, colheitadeiras,

pulverizadores, caminhões, plantadeiras e outros implementos- este perito registra as seguintes constatações:

- Todos os tratores John Deere, Valtra e Massey Ferguson, bem como colheitadeiras, plataformas, pulverizadores e semeadoras estavam dispostos em pátios e galpões nas fazendas do núcleo;
- Caminhões graneleiros, caçambas, carretas, pás carregadeiras e empilhadeiras foram verificados em uso operacional;
- A maior parte dos veículos Hilux, Strada, L200 e caminhonetes Toyota foi identificada como veículo de uso agrícola com placas registradas na localidade;
- Todos os equipamentos de apoio ao plantio, transporte, colheita, balanças, elevadores de cereal, máquinas de pré-limpeza, silos, transportador corrente, grupo gerador, colheitadeiras, plantadeiras, adubadeiras, estavam instalados, abastecidos e prontos para uso;
- O avião agrícola prefixo PR-CZY, embora não encontrado fisicamente no local, foi confirmado como integrante da frota do grupo e, conforme informações repassadas pelo integrante do grupo devedor- Sr. Gerson- encontra-se em revisão técnica na empresa New Way, em Cuiabá/MT.

Logo, os bens listados na peça de ingresso são essenciais à atividade desenvolvida pelo grupo de devedores, visto que afetos à atividade rural e serão utilizados para viabilizar o plano de recuperação judicial que será futuramente, e no prazo legal, apresentado aos credores nestes autos, razão pela qual ratifico a decisão liminar de Id 151654351 na íntegra, até ulterior deliberação.

Conclusão

Ante o exposto, **HOMOLOGO** o laudo pericial de constatação prévia de Id 152133769 para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

RECONHEÇO a competência do Juízo da Comarca de Itinga do Maranhão/MA para o processamento deste pedido de recuperação judicial.

RATIFICO a decisão liminar de Id 151654351 na íntegra, a fim de **DECLARAR A ESSENCIALIDADE** dos bens descritos na petição inicial até ulterior deliberação judicial, quais sejam, aqueles descritos no “Quadro 1 – Bens Imóveis Rurais, Quadro 2 – Grãos e Quadro 3 – Maquinários, Veículos e Implementos de uso agrícola”, incorrendo em multa diária por descumprimento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) limitada ao valor de

R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por eventual inobservância da presente decisão.

E, nesse contexto, estando suficientemente atendida a documentação juntada ao presente feito e com amparo no artigo 52 da Lei n. 11.101/2005, **DEFIRO o processamento da recuperação judicial, em litisconsórcio ativo facultativo e consolidação substancial, dos requerentes ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 07.181.330/0001-70; GERSON DE SOUSA KYT, brasileiro, produtor rural, divorciado, inscrito no CPF nº 396.689.679-68 e portador do RG nº 2091543 SSP/PR; GILSON DE SOUSA KYT, brasileiro, casado, produtor rural e médico, inscrito no CPF nº 552.565.629-91 e portador do RG nº 34790426 SSP/PR; IULHA GARCIA KYT, brasileira, casada, produtora rural e médica, inscrita no CPF nº 278.883.631-72 e portadora do RG nº 132.495-0 SSP/GO; KMX AGRONEGÓCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 19.368.049/0001-20; EDUARDO MACAGNAN, brasileiro, casado, produtor rural e técnico agrícola, inscrito no CPF nº 007.828.720-00 e portador do RG nº 6094654875 SJS/RS; LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN, brasileira, casada, produtora rural e engenheira agrônoma, inscrita no CPF nº 303.761.248-73 e portadora do RG nº 056695842015-3 SESP/MA; e ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 10.567.502/0001-52, que compõem o denominado "GRUPO ARCO-ÍRIS".**

E, por consectário, **DETERMINO:**

a) Nos termos do art. 52, II da LRF, a dispensa da apresentação de certidões negativas para que as devedoras exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69 da LRF;

b) Nos termos do art. 52, III, da Lei n. 11.101/2005, a suspensão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), de todas as ações ou execuções contra as devedoras, na forma do art. 6º da LRF, permanecendo os respectivos autos no Juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 da LRF;

c) Aos devedores:

c.1) com fulcro no art. 52, inciso IV, da LRF, que apresentem, mensalmente e enquanto tramitar a recuperação judicial, contas demonstrativas mensais de suas atividades empresariais, sob pena de

destituição de seus administradores, devendo ser endereçadas ao incidente a ser instaurado pelos devedores e autuado especificamente para tanto;

c.2) que façam constar, doravante e até o encerramento da recuperação judicial, em todos os atos praticados, após o seu nome empresarial, a expressão “EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”;

c.3) que comuniquem aos Juízos respectivos acerca do processamento da presente e da suspensão das ações e execuções ora determinada;

c.4) que facultem ao Administrador Judicial, assim como seus auxiliares credenciados, livre acesso às suas dependências, livros e registros contábeis, sistemas de informática, extratos bancários e demais documentos;

c.5) que os documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, na forma e suporte previstos em lei, permaneçam à disposição deste juízo, da Administração Judicial e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado, podendo ser ordenado o depósito em cartório caso necessário; e

c.6) a rigorosa observância da vedação de distribuição de lucros ou dividendos aos sócios, nos termos do art. 6º-A, da Lei nº 11.101/2005;

d) Que a Administração Judicial promova em todas as correspondências a serem enviadas aos credores (art. 22, I, “a” da Lei nº 11.101/2005), assim como em todos os Editais e Avisos a serem publicados, a expressa qualificação completa das devedoras, com objetivo de cumprir rigorosamente o princípio da publicidade aos interessados;

e) Que as correspondências referidas no item anterior sejam enviadas aos credores, mediante a devida comprovação e posterior juntada nos autos, no prazo de até 10 (dez) dias após a subscrição do Termo de Compromisso; e

f) Que os relatórios mensais das atividades das devedoras, elaborados pela Administração Judicial (art. 22, II, “c” da Lei n. 11.101/05), observem os termos da Recomendação nº 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça e seja protocolado até o último dia de cada mês subsequente, em incidente apartado, instaurado para este fim, assim como publicado no endereço eletrônico específico;

g) Que a Administração Judicial elabore e publique relatório sobre o plano de recuperação judicial, no prazo de até 15 (quinze) dias contados de sua apresentação;

h) Que a Administração Judicial fiscalize a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor, além de informar eventual ocorrência das condutas previstas no art. 64 da LRF;

i) Que a Administração Judicial mantenha sítio na internet, com informações atualizadas sobre este processo de recuperação judicial, com a opção de consulta às suas peças principais, salvo decisão judicial em sentido contrário, assim como mantenha endereço eletrônico específico, por meio de e-mail específico para tal finalidade, para o recebimento de pedidos de habilitação ou a apresentação de divergências, ambos em âmbito administrativo, com modelos que poderão ser utilizados pelos credores, salvo decisão judicial em sentido contrário; e

j) Que seja disponibilizado e amplamente divulgado aos credores e interessados, canais de comunicação direta e de fácil acesso com a Administração Judicial.

Com fundamento nos artigos 53, caput, e 73, inciso II, ambos da Lei n. 11.101/2005, FIXO o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta decisão, para que as devedoras postulantes apresentem o plano de recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

NOMEIO, para exercer a função de ADMINISTRADOR JUDICIAL, o mesmo profissional que elaborou o laudo de constatação prévia: Dr. JOSÉ EDUARDO PEREIRA JÚNIOR, inscrito na OAB/MA sob o nº 10.832, com escritório situado na Avenida dos Holandeses, nº 1, Qd-B, Lt. 02, Galeria Fiore, Sala 20, Bairro Calhau, São Luís/MA, CEP 65.071-380, telefones (98) 2222-0080 e (98) 98229-9590, e e-mail: edujradvogado@hotmail.com, para assinar o respectivo termo no prazo de 48h00 (quarenta e oito horas), com o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo e assumir todas as responsabilidades a ele inerentes, em conformidade com o art. 33 da Lei n. 11.101/2005.

A escolha se justifica pelo fato de o referido profissional já ter atuado no presente feito como responsável pela elaboração do laudo de constatação prévia, oportunidade em que demonstrou conhecimento técnico e comprometimento com os prazos e determinações judiciais. Além disso, sua familiaridade com os elementos específicos do caso e com a realidade econômica e operacional da empresa devedora contribuirá para a condução célere e eficaz do processo de soerguimento, promovendo maior eficiência na gestão da recuperação e garantindo o princípio da continuidade empresarial.

Com fundamento nos princípios que orientam e norteiam o instituto da recuperação judicial, bem como com esteio na cooperação processual que se espera dos sujeitos (art. 6º do CPC) e nas disposições estatuídas na Recomendação n.º 141, de 10 de julho de 2023, do CNJ,

CONCEDO o prazo de até 10 (dez) dias, contados da assinatura do termo de compromisso, para que a Administração Judicial e as devedoras apresentem proposta sobre a forma, o início e o valor a ser adimplido a título de remuneração, com base na capacidade de pagamento do devedor, no grau de complexidade do trabalho a ser desenvolvido e nos valores praticados no mercado para o desenvolvimento de atividades semelhantes, para vindoura deliberação, **advertindo, desde já, que não poderá exceder 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial.**

FINDO o prazo e não sendo apresentada a proposta ou qualquer manifestação a propósito, remetam-me os autos conclusos para fixação nos termos do art. 24 da Lei n. 11.101/2005.

Anoto que as devedoras deverão custear, ainda, as despesas de transporte, hospedagem e alimentação do representante da Administração Judicial quando de seus deslocamentos para outras cidades do Estado ou unidades da Federação e com a contratação de profissionais ou empresas especializadas para auxiliá-la no curso do procedimento, segundo as necessidades por ela apontadas, desde que autorizadas judicialmente (art. 22, I, alínea “h”, da Lei n. 11.101/2005), se necessário.

PROCEDA-SE a intimação do Ministério Público; da União (Fazenda Pública Federal); dos Estados do Maranhão e do Pará, bem como dos municípios de Imperatriz/MA, Itinga do Maranhão/MA, Açailândia/MA, Grajaú/MA, São Francisco do Brejão/MA, Bom Jesus das Selvas/MA, Carutapera/MA, Santa Luzia/MA, Dom Eliseu/PA e Rondon do Pará/PA, com vista que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante as devedoras, para divulgação aos demais interessados.

EXPEÇA-SE e PUBLIQUE-SE edital, no órgão oficial, na forma disposta no §1º, do art. 52, da Lei n. 11.101/2005, contendo: **a)** o resumo do pedido e desta decisão; **b)** a relação nominal dos credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito; **c)** a advertência de que os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para habilitação de créditos perante a Administração Judicial; e **d)** a advertência de que os credores terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de objeção ao plano de recuperação judicial, contados da publicação da relação de

credores de que trata o § 2º, do art. 7º da Lei n. 11.101/05 ou do respectivo aviso de recebimento.

OFICIE-SE à Junta Comercial do Estado do Maranhão para anotação da expressão “**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**” no registro competente, devendo constar em todos os atos das empresas, após o nome empresarial, a expressão “**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**”.

OFICIE-SE à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (artigo 69, parágrafo único da LRF).

ADVIRTO que, para o regular andamento do processo de recuperação judicial, **as habilitações de crédito e eventuais divergências deverão ser apresentadas exclusivamente perante a administração judicial**, nos termos do art. 7º, §§ 1º e 2º, da Lei n. 11.101/2005.

As manifestações protocolizadas diretamente nos autos principais **serão desconsideradas**, por destoarem do rito legalmente estabelecido, além de ocasionarem tumulto processual e ônus indevido à tramitação do feito.

CUMpra-SE a decisão de Id 151654351 no tocante à expedição de ofícios para os Cartórios de Registro de Imóveis, a fim de averbar a existência da presente ação e impedir a consolidação da propriedade fiduciária dos bens lá descritos, caso ainda não tenha ocorrido.

Por fim, **determino a retirada dos autos do regime de segredo de justiça**, promovendo-se seu regular trâmite em caráter público.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Serve a presente como mandado/ofício.

Cumpra-se.

São Pedro da Água Branca/MA, data da assinatura.



ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO

Juiz de Direito Titular da Comarca de São Pedro da Água Branca/MA

Designado pela CGJ/TJMA

Em petição inserida no Id 154865741, em 17/07/2025, a credora **JUPARANÃ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA**, juntou aos autos cópia do recurso de Agravo de Instrumento nº 0818315-19.2025.8.10.0000, interposto junto ao TJMA, face a decisão exarada no Id 151654351.

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

Assim que tomou ciência de sua nomeação para o cargo de administrador Judicial, este subscrevente comunicou o aceite do honroso encargo (Id 155009816) e assinou o competente termo de compromisso em 24 de julho de 2025, o qual se encontra nos autos principais do procedimento recuperacional, inserido no Id 155524766.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) manifestou-se nos autos em petição inserida no Id 155376546, datada de 23/07/2025, requerendo, dentre outros, a sua inclusão no processo como terceira interessada, de maneira que seja intimada pessoalmente de eventual decisão de concessão da recuperação judicial, nos termos do art. 58 da LRJF, bem como protesta pela fiel observância do disposto nos arts. 6º, § 7º-B, e 57 da Lei nº 11.101/05, e 187 e 191-A do CTN.

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA S.A., peticionou nos autos a devida habilitação de seu patrono Dr. Celso Umberto Luchesi, devidamente inscrito na OAB/SP nº 76.458, requerendo todas as publicações alusivas ao feito, endereçada ao referido advogado (Id 155399220).

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OPEA AGRO SUMITOMO CHEMICAL, peticionou nos autos a habilitação de seu patrono- Dr. Celso Umberto Luchesi, inscrito na OAB/SP sob o nº 76.458, requerendo também, todas as publicações alusivas ao feito, endereçada ao referido advogado (155400271);

Em petição inserida no Id 155592863, datada de 25/07/2025, o credor **BANCO ORIGINAL S/A**, pleiteou o cadastro de seus patronos no sistema eletrônico, a fim de que futuras intimações sejam publicadas, única e exclusivamente, em nome do advogado Armin Lohbauer, OAB/SP nº 231.548.

Em 25/07/2025- o credor **BANCO SAFRA S.A.**, inseriu petição no Id 155599679, requerendo a habilitação nos autos do advogado CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR, inscrito na OAB/SP sob o nº 247.319, bem como, que todas as publicações alusivas ao feito, sejam endereçadas, única e exclusivamente, ao dito advogado.

Em 25/07/2025, a secretaria disponibilizou no sistema PJe o **EDITAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, de que trata o Art. 52, § 1º da Lei nº 11.101/2005 (Id 155532346).

Em seguida o credor **BANCO DO BRASIL**, requereu habilitação nos autos e cadastro do seu patrono- Dr. Gerson Oscar de Menezes Jr OAB/MG 102.568, informou a interposição do Agravo de Instrumento nº 0820045-65.2025.8.10.0000, junto ao TJMA, face a decisão exarada no Id 151654351, além de requer a retratação deste juízo em relação a decisão agravada, e/ou ad cautelam, a suspensão do edital até posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Id 155578239).

O credor – **BANCO BASA**- em 29/07/2025, inseriu petição (Id 155782658), requerendo a habilitação de seus créditos nos próprios autos da recuperação judicial, além de

pugnar que todas as intimações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome dos advogados subscritores, **ADRIANA SILVA RABELO**, inscrita na OAB/MA 16068-A e **CARLOS ALBERTO BRAGA DINIZ JUNIOR**, inscrito na OAB/MA nº 7.298.

No Id 155833239, datado de 30/07/2025, o credor **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, opôs Embargos de Declaração contra a decisão exarada no Id 151654351, integrada pela decisão de Id 154524498 (“decisão embargada”).

Em 30/07/2025, este administrador judicial providenciou a juntada do 1º Edital, previsto no art.52, §1º da lei 11.101/2005, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico Nacional em 29/07/2025, devidamente publicado em 30/07/2025, contendo o resumo do pedido dos devedores e da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, juntamente com a relação nominal de credores, os valores atualizados e a classificação de cada crédito. Juntou ainda, os comprovantes de envio de cartas aos credores (Id 145392159), com informações e orientações para a apresentação de suas habilitações e/ou divergências de créditos na fase administrativa.

Em 30/07/2025, o Credor **BANCO SAFRA S/A**, Informou que constituiu novo procurador para atuar no feito, em substituição ao anterior, requerendo o cadastramento, **EXCLUSIVO**, do Dr. Ivan de Souza Mercêdo Moreira - OAB/MG 168.290, bem como, que as publicações alusivas ao feito, sejam direcionadas ao dito advogado (Id 155948828).

Em petição datada de 30/07/2025, o credor **BANCO ORIGINAL S/A**, requereu o cadastro de seus patronos no sistema eletrônico, a fim de que futuras intimações sejam publicadas, única e exclusivamente, em nome do advogado Dr. Armin Lohbauer, OAB/SP n.º 231.548 (Id 155990351).

Em seguida o mesmo credor – **BANCO ORIGINAL**, inseriu petição no Id 155993066, informando a interposição do Agravo de Instrumento nº 0820026-59.2025.8.10.0000, face a decisão exarada no Id 151654351, pleiteando na mesma oportunidade, a reconsideração da decisão agravada.



No Id 156100088, datado de 31/07/2025, os devedores realizaram a juntada de termo de substabelecimento nos autos, à Renan Rodrigues Sorvos, advogado, inscrito na OAB/MA sob o n. 9.519.

Em 01/08/2025, **CTVA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA**, peticionou nos autos, requerendo habilitação e todas as publicações/intimações referentes ao processo, somente em nome do patrono Dr. Celso Umberto Luchesi, OAB/SP n.º 76.458. (Id 156150069)

O credor **BANCO VOLKSWAGEN S.A**, opôs embargos de declaração (Id 156382930) face a decisão exarada no Id 154524498.

O credor **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, peticionou nos autos como terceiro interessado (Id 156473222) requerendo a habilitação de seus patronos- Drs.

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

REMBERTO A LIBERATO, OAB/MA 7292 e ROGERIO ALVES DIAS, OAB/MA 5.772, bem como que todas as publicações referentes ao processo, sejam endereçadas aos referidos causídicos;

O credor **CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA**, peticionou nos autos em 06/08/2025, requerendo habilitação e todas as publicações/intimações referentes ao processo, somente em nome do patrono Dr. Celso Umberto Luchesi, OAB/SP n.º 76.458.(Id 156602894);

O Credor - **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. – BNB**-peticionou nos autos em 06/08/2025, requerendo habilitação e todas as publicações/intimações referentes ao processo, em nome de seus patrono - DR. OSVALDO PAIVA MARTINS, OAB/MA 6279 e DR. PABLO HENRIQUE BEZERRA REIS, OAB/MA 12.694(Id 156610881).

O credor **BANCO SAFRA S/A**, em petição inserida em 08/08/2025, inserida no Id 156877479, informou a interposição de Agravo de Instrumento, face as decisões de proferidas nos Ids 151654351 e 154524498;

O credor **BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A**, peticionou nos autos em 12/08/2025, requerendo a juntada de instrumento de procuração e substabelecimento, bem como, que as futuras intimações sejam feitas em nome do advogado João Leonelho Gabardo Filho (PR 16.948);

No Id 157060650, datado de 12/08/2025, foi juntado o termo de acordo dos honorários da administração judicial, conforme determinado no item na decisão exarada no Id 151326951.


O **MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ**, manifestou-se nos autos em 13/08/2025, dando conta da ciência da decisão de processamento (Id 157103807);

Em petição inserida no Id 157296442, a credora **PRODUTÉCNICA NORDESTE COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA**, requer o cadastramento aos autos de seus patronos, bem como, que todas as publicações inerentes a RJ, sejam efetuadas em nome dos advogados JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA, OAB/SP 27.141, OAB/MT 9.977-A e ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, OAB/SP 198.905;

A credora **TECNOMYL BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA**, requereu, em 14/08/2025, a habilitação nos autos de seu patrono e que todas as intimações e comunicações sejam feitas exclusivamente em nome do procurador- VICTOR A. PALMA USSO, OAB/PR 72.378 (157339387).

O Credor **BANCO BRADESCO**, também peticionou em 14/08/2025, requerendo a habilitação nos autos de seus patronos, e que as publicações e intimações sejam feitas, exclusivamente, em nome de Alfredo Zucca Neto, inscrito na OAB/SP sob o n.º 154.694 e Bruno Delgado Chiaradia, inscrito na OAB/SP sob n.º 177.650(Id 157352190);

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

Da mesma forma, o credor **BANCO CATERPILLAR S/A**, peticionou em 18/08/2025, requerendo a habilitação nos autos de seu patrono, e que as publicações e intimações sejam feitas, exclusivamente, em nome do Dr. RAFAEL SANTOS DIAS, inscrito na OAB/AL sob nº 12.127(Id 157617392)

Na sequência, o credor **SERGIO MARCOS SANTOS DE ASSIS**, peticionou em 19/08/2025, requerendo a habilitação nos autos de seu patrono, e que as publicações e intimações sejam feitas, exclusivamente, em nome do Dr. HUGO ROSAL OLIVEIRA, inscrito na OAB/MA nº 14.530 (Id 157786059);

A credora **SIMBIOSE BIOCIENTIAS S/A**, em 21/08/2025, peticionou requerendo a habilitação nos autos de seu patronos, e que as publicações e intimações sejam feitas, exclusivamente, em nome das advogadas Ananda Karin Ormianin Souza, OAB/PR 114.967 e Marcia Nicolodi, OAB/RS 55.673 (Id 157972919);

A credora **SIPCAM NICHINO BRASIL S/A**, peticionou nos autos a habilitação de seus créditos, informando o valor atualizado, bem como, para informar que as comunicações e intimações dos atos processuais devem ser realizados em nome de Daniela Gemio dos Reis Gonçalves inscrita na OAB/SP sob o n.º 134.821(Id 158052777);

Nos Id 158114251, datado de 22/08/2025, a secretaria judicial juntou aos autos cópia da decisão do Agravo de Instrumento interposto por credor BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A;

Em petição inserida no id 157998615, o Município de Açailândia, requer a juntada de certidões que comprovam a situação fiscal de alguns integrantes do Grupo Arco-Iris, e concessão de prazo de 15(quinze) dias para concluir diligências internas e apresentar a situação fiscal definitiva das partes GILSON DE SOUSA KYT e ARCOÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA – EPP; informando sobre a existência de eventuais óbices fiscais ao prosseguimento do feito;

No Id 158263923, datado de 25/08/2025, o credor **BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A**, informa a interposição de Agravo de Instrumento nº 0822703-62.2025.8.10.0000, face de decisões de ID. 151654351 e 154524498;

Em manifestação posterior o mesmo credor **BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A**, inseriu petição nos autos (Id 158314499), para fazer a juntada da documentação pertinente à comprovação da interposição do recurso acima mencionado;

A credora **LILIANI AGROPECUARIA LTDA**, peticionou em 26/08/2025, para requerer a habilitação nos autos de seus advogados constituídos Dr. Diogo Dias Macedo (OAB/MA 7.893) e Rafael Ferraz Martins (OAB/MA 7.552), bem como, informar a interposição de Agravo de Instrumento nº 0822594-48.2025.8.10.0000, face a decisão exarada no Id 154524498;

Em 27/08/2025, a credora **AGREX DO BRASIL LTDA**, requereu em 26/08/2025, a habilitação de seu patrono- Dr. Diogo Pires Ferreira, inscrito na OAB/GO

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

sob o nº 33.844, e que as comunicações e intimações dos atos processuais sejam realizadas em nome do referido advogado (Id 158568322);

Em 27/08/2025, a credora **VOTORANTIM CIMENTOS S.A**, peticionou nos autos, requerendo a intimação dos Recuperandos, ou do próprio Administrador Judicial, para que apresentem nos autos a composição detalhada de seu crédito, com a juntada das notas fiscais e documentos que lhe deram origem, bem como, que todas as comunicações e intimações dos atos processuais sejam realizados em nome do advogado PETERSON DOS SANTOS, inscrito na OAB/SP n.º 336.353 (Id 158572863);

Em 01/09/2025, a credora **JUPARANÃ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA. (“JUPARANÃ”**, requereu a concessão de tutela de urgência para, dentre outros: declarar o crédito listado em nome da Juparanã Comercial Agrícola Ltda. seja excluído, do rol de credores dos Recuperandos, vez que se trata de crédito extraconcursal; reconsiderar a r. decisão que declarou os grãos essenciais; determinar a intimação dos Recuperandos para que prestem nestes autos, as seguintes informações acerca dos grãos de soja da safra 2024/2025, outorgados em penhor à Credora Juparanã e que foram declarados como bens essenciais por este r. Juízo...(Id 158975735);

A credora **FARM TECH IBBA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA**, peticionou em 02/09/2025, a habilitação nos autos do Dr. CELSO UMBERTO LUCHESI, devidamente inscrito na OAB/SP n.º 76.458, e que todas as intimações/publicações judiciais sejam realizadas apenas na pessoa do referido advogado (159080441);

Em 04/09/2025, a secretaria judicial juntou novamente no Id 15934573, cópia da decisão monocrática do Agravo de Instrumento interposto por credor BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A;

Em 04/09/2025, a secretaria judicial juntou no Id 159357255, cópia da decisão monocrática do Agravo de Instrumento interposto por credor BANCO BTG PACTUAL;



Em 04/09/2025, a secretaria judicial juntou no Id 159357264, cópia da decisão monocrática do Agravo de Instrumento interposto por credor BANCO SANTANDER;

Em 04/09/2025, a secretaria judicial juntou no Id 159358332, cópia da decisão monocrática do Agravo de Instrumento interposto por credor BANCO ORIGINAL S/A

O Credor **BANCO BASA**, apresentou em 04/09/2025, petição inserida no Id 159390320, de HABILITAÇÃO COM DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO, requerendo ainda, a habilitação de seus patronos constituídos, com publicações e intimações alusivas ao feito recuperacional em dos advogados- Carlos Alberto Braga Diniz Junior – OAB/MA nº 7.298 e Adriana Silva Rabelo – OAB/MA nº 16.068-A;

No Id 159489173, datado de 05/09/2025, foi juntado a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0821174-08.2025.8.10.0000, interposto pelos credores/Agravantes BANCO SAFRA S A e BANCO J. SAFRA S.A;

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

No Id 159490430, datado de 05/09/2025, foi juntado a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0820045-65.2025.8.10.0000, interposto pelo credor/Agravante BANCO DO BRASIL AS;

No Id 159490458, datado de 05/09/2025, foi juntado a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0818315-19.2025.8.10.0000, interposto pelos credor/Agravante JUPARANA COMERCIAL AGRICOLA LTDA;

Em petição inserida no Id 159749706, a credora **DELTA AGRO PARAGOMINAS COMERCIO AGRICOLA LTDA**, apresentou incidente de habilitação de crédito, requerendo ainda que todas as intimações sejam procedidas em nome dos advogados **ADRIANO DE OLIVEIRA MARTINS OAB/SP 221.127** e **GUSTAVO PIRENETTI OAB/SP nº 423.087**;

O credor **BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A**, peticionou nos autos em 10/09/2025 (Id 159913195) para reiterar os Embargos de Declaração inseridos no Id 155833239, opostos em face da r. decisão Id 151654351, integrada pela decisão de Id 154524498;

No Id 160032698, datado de 11/09/2025, foi juntado a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0822594-48.2025.8.10.0000, interposto pelo credor/Agravante **LILIANI AGROPECUARIA LTDA**.

2.3. Dos Embargos de Declaração e Agravos de Instrumento ao TJMA

Como exposto alhures, contra as decisões que antecipou o stay e a que deferiu o processamento (com ratificação da essencialidade) foram opostos embargos de declaração, bem como, agravos de instrumento ao TJMA, por diversos credores, a saber:

2.3.1. Dos Embargos de declaração.


* **Itaú Unibanco S.A-** (Id 155833239 e 159913195) sustenta extraconcursalidade de seu crédito lastreado em Alienação Fiduciária e a incompetência do juízo recuperacional para suspender cláusulas de vencimento antecipado aplicáveis a operações fiduciárias, requerendo o esclarecimento/modificação dos pontos correspondentes;

* **Banco Volkswagen S.A (Id 156382930)** aponta “omissões” para condicionar a **manutenção da essencialidade** (i) ao **pagamento pontual** das parcelas extraconcursais dos veículos e (ii) à **comprovação mensal**, em RMA, do **uso efetivo** dos bens; requer ainda que a declaração de essencialidade se limite ao **período do stay**.

Observação- Até o protocolo do presente RMA os devedores ainda não foram intimados para oferecer contrarrazões aos referidos embargos.

2.3.2 Dos Recursos de_Agravos de Instrumento ao TJMA informados nos autos, distribuídos a 2ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator Marcelo Carvalho Silva.

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

*** Juparanã Comercial Agrícola Ltda** ((Id 154865741)- Agravado de Instrumento nº 0818315-19.2025.8.10.0000.

Ataca a decisão que reconheceu essencialidade (incluindo grãos), suspendeu cláusulas ipso facto/vencimento antecipado e fixou astreinte. Sustenta que CPR física é extraconcursal e que grãos não são “bens de capital” (art. 49, §3º, LRF). Pede efeito suspensivo e reforma integral.

Decisão Monocrática- Des. Relator Marcelo Carvalho Silva (Id 159490458)

Indeferimento ao efeito suspensivo, de modo que permanecem vigentes os comandos do juízo da recuperação: essencialidade (inclusive dos grãos), stay com suspensão de cláusulas ipso facto/vencimento antecipado e astreinte fixada. Determinou-se a colheita de contrarrazões e a requisição de informações ao juízo de origem, seguindo a tramitação (em sigilo) até exame colegiado. Em termos práticos, não houve liberação para execução ou consolidação; preserva-se o status quo protetivo da RJ.

*** Banco do Brasil** (Id 155578239) Agravado de Instrumento nº 0820045-65.2025.8.10.0000

Sustenta a ausência de inscrição prévia das pessoas físicas na Junta Comercial e na impugnação da consolidação substancial adotada na origem; subsidiariamente, requereu a suspensão do edital e dos prazos até o julgamento do recurso. Pediu efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial

Decisão Monocrática- Des. Relator Marcelo Carvalho Silva (Id 159490430)

Negou provimento ao agravo e manteve a decisão do juízo de origem, adotando-a per relationem. O processamento permanece válido, o edital e os prazos seguem inalterados, e não foi acolhida a tese recursal de indeferimento por falta de registro em Junta nem a insurgência contra a consolidação fixada na origem.

*** Banco Original** (Id 155993066) Agravado de Instrumento nº 0820026-59.2025.8.10.0000.

Agravou da decisão que determinou averbação de essencialidade em matrículas imobiliárias e impediu a consolidação da propriedade fiduciária, inclusive sobre bens que o banco alegando não integrarem o patrimônio das recuperandas (dação em pagamento) e sobre imóveis em alienação fiduciária. Pediu efeito suspensivo para sustar essas averbações e autorizar o prosseguimento do procedimento fiduciário (ao menos até a etapa registral), além de, subsidiariamente, requerer taxa de ocupação (art. 37-A da Lei 9.514/97).


Decisão Monocrática- Juíza LUCIMARY CASTELO BRANCO CAMPOS DOS SANTOS - em Respondência- 4ª Câmara de Direito Privado (Id 159358332)


Concessão em parte da tutela recursal apenas para suspender as averbações de essencialidade dos imóveis objeto de dação em pagamento (matr. 696, 2677, 2678 e 2684), por se tratar de bens alheios ao ativo das recuperandas. Não foram acolhidos os demais pedidos (prosseguimento da consolidação fiduciária nas matr. 4022 e 4056, taxa de ocupação e

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

correlatos), que ficaram reservados ao relator prevento. Reconhecida a prevenção do Des. Marcelo Carvalho Silva, o agravo foi redistribuído e ainda aguarda deliberação do relator.

* **Bancos Safra S/A e J. Safra S/A** (Id 156877479) Agravo de Instrumento nº 0821174-08.2025.8.10.0000

Pedido e fundamentos: requerem efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão de 1º grau para (i) afastar a essencialidade lançada sobre bens dados em alienação fiduciária (ex.: veículos) e impedir/retirar averbações; (ii) afastar/reduzir a astreinte fixada (R\$ 100 mil/dia, limitada a R\$ 1 mi); (iii) restabelecer as cláusulas ipso facto/vencimento antecipado; e (iv) indeferir o processamento quanto às PF por falta de inscrição prévia na Junta Comercial (Tema 1.145/STJ). A base jurídica indicada é o art. 49, §3º, da LRF (extraconcursabilidade das garantias fiduciárias e exigência de prova individualizada de essencialidade), além do art. 6º (alcance do stay).

Decisão Monocrática- Des. Relator Marcelo Carvalho Silva- Id 159489173

Manutenção da decisão agravada em todos os termos, com adoção per relationem (sistema de julgamento monocrático abreviado). Indeferimento do efeito suspensivo, permanecendo íntegros os comandos do juízo recuperacional (essencialidade/averbações, astreinte e suspensão de cláusulas ipso facto), até ulterior exame colegiado.

***Banco Cnh Industrial Capital S.A**(Id 158263923) Agravo de Instrumento nº 0822703-62.2025.8.10.0000

Requer efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão que deferiu o processamento da RJ e declarou essencialidade dos bens (máquinas/implementos Case IH), para afastar a essencialidade e autorizar a retomada dos bens por se tratar de crédito extraconcursal garantido por alienação fiduciária (art. 49, §3º, LRF) — sustentando que a decisão de 1º grau se baseou em laudo de constatação genérico e insuficiente, sem prova individualizada da essencialidade de cada bem; aponta ausência de exposição concreta das causas da crise (art. 51, I, LRF), questiona consolidação substancial e requer, subsidiariamente, condicionantes (pagamento de parcelas vencidas/vincendas, limitação ao stay, fiscalização periódica etc.)

O recurso foi inicialmente distribuído à 4ª Câmara de Direito Privado e posteriormente redistribuído, por prevenção, ao Des. Relator Marcelo Carvalho Silva- 2ª Câmara de Direito Privado

Até protocolo deste RMA, o recurso segue pendente de apreciação.


***Liliane Agropecuária Ltda** (158469755) Agravo de Instrumento nº 0822594-48.2025.8.10.0000


Ataca decisão que reconheceu essencialidade (incl. grãos) e incluiu a CPR nº 01.1/2025 no concurso; sustenta extraconcursabilidade por propriedade/garantia fiduciária e que grãos não são “bens de capital” (art. 49, §3º, LRF; REsp 1.991.989/MA).

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Decisão Monocrática- Des. Relator Marcelo Carvalho Silva (Id 160032698)

Concessão ao efeito suspensivo, com afastamento da essencialidade dos grãos, retirada da CPR 01.1/2025 do edital/alcance da RJ (reconhecida a natureza extraconcursal), e autorização para a credora prosseguir na cobrança até exame colegiado

2.3.3 Dos Recursos de Agravos de Instrumento ao TJMA não informados nos autos, distribuídos a 2ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator Marcelo Carvalho Silva.

***Banco Rabobank Internacional Brasi S/A-** Agravo de Instrumento n.º 0819402-10.2025.8.10.0000

Argumenta documentação insuficiente, exclusão de fiduciárias do alcance da RJ, invalidade de essencialidade genérica e insurgência contra a suspensão de consolidação fiduciária e de cláusulas ipso facto;

Decisão Monocrática- Des. Relator Marcelo Carvalho Silva (Ids n.º158114251 e 15934573)

Indeferimento ao efeito suspensivo- preservando a antecipação do stay, a essencialidade (com ofícios/averbações para impedir consolidação fiduciária) e a suspensão das cláusulas de vencimento antecipado por fundamento exclusivo de RJ.

***BTG Pactual S.A** Agravo de Instrumento n.º 0819402-10.2025.8.10.0000

Ataca o deferimento do processamento e a tutela de urgência, alegando incompletude documental (arts. 48/51 LRF), ausência de atividade rural de duas Pessoas Físicas, extraconcursalidade (AFI de imóvel e de grãos) e impropriedade de qualificar grãos como “bens de capital” para fins do art. 49, §3º e pede restabelecimento de vencimento antecipado e afastamento da essencialidade;


Decisão Monocrática- Des. Relator Marcelo Carvalho Silva (Id n.º 159357255)

Mantém todos os comandos do juízo da RJ, sem acolher a pretensão de suspender/afastar a tutela e o processamento. A decisão contextualiza a técnica per relationem, reafirma a competência do juízo recuperacional para apreciar essencialidade e registra as balizas do art. 6º, §7º-A e do art. 49, §3º, LRF.

3. DA TRAMITAÇÃO DE OUTRAS AÇÕES NAS QUAIS O GRUPO RECUPERANDO CONFIGURA COMO AUTOR OU RÉU, DE CONHECIMENTO DA ADM. JUDICIAL

A Companhia Vale do Buruti-CVB, por seu diretor Amazílio Corrêa Júnior, arrolado pelos recuperandos como credor na classe III(quirografários), do valor de 6.480.000,00, protocolou em segredo de justiça, na data de **30/06/2025**, na 2ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA, a Ação Cautelar Preparatória de Imissão/Retomada de Posse-

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

autos nº 0812670-87.2025.8.10.0040- com pedido liminar de reintegração de posse do imóvel rural denominado Fazenda CVB, localizado em Santa Luzia/MA, arrendada ao grupo recuperando, para o cultivo de soja em 1.200 hectares.

Alegou ser legítima proprietária do referido imóvel rural, e que em 02 de agosto de 2022, celebrou Contrato de Arrendamento Rural com a ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA, posteriormente aditivado em 02 de julho de 2024.

Argumenta que o contrato previa como contraprestação anual a entrega de **18.000 (dezoito mil) sacas de soja em grãos**, com vencimento estipulado para todo dia 30 de maio, até o ano de 2026. Contudo, a obrigação contratual referente ao exercício de **2025, vencida em 30/05/2025, não foi cumprida**.

Aduziu que em 17 de junho de 2025, remeteu notificação extrajudicial ao grupo recuperando, concedendo-lhe 48 horas para o adimplemento, sob pena de resolução contratual e retomada da posse, e que em resposta recebeu do grupo Arco-Iris contranotificação em 23 de junho de 2025, **reconhecendo o inadimplemento**. Como justificativa, os recuperandos informaram a existência de pedido de recuperação judicial (processo nº 0810707-44.2025.8.10.0040) protocolado em 30/05/2025, e que houve deferimento de tutela de urgência antecipando os efeitos do *stay period*.

O juízo da 2ª Vara da Comarca de Santa Luzia, em sede de cognição sumária, concedeu em 30/07/2025, liminar à credora Vale do Buruti-CVB/ Amâzílio Corrêa Júnior, determinando a imediata imissão da Autora na posse do imóvel em comento, fixando multa diária aos Recuperandos, no valor de R\$ 1.000,00, em caso de descumprimento, ao fundamento de que:

(...)

*“A alegação da Ré, referida pela autora, de que a suposta recuperação judicial suspenderia a retomada da posse **não se sustenta**. A Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências – LRF) é **clara** ao **excluir** os efeitos da recuperação judicial sobre contratos de arrendamento quando o imóvel **não integra o ativo da recuperanda**.*

*O artigo 49, §3º, da LRF preceitua que o crédito do proprietário ou arrendador mercantil não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial, **prevalecendo os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais**.*

*A Fazenda CVB, objeto do arrendamento, é de **propriedade da Autora (ID 152626016)** e não compõe o patrimônio da Ré. Ademais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) está **consolidada** nesse sentido, firmando a tese de que a retomada de imóvel objeto de arrendamento rural não se*

submete ao juízo universal da recuperação judicial, desde que não haja medida de constrição patrimonial sobre o bem do devedor.

(...)

Em cumprimento a decisão liminar, os recuperandos foram retirados da posse do imóvel 23/08/2025 (sábado), sob a vigilância de agentes da Polícia Civil da Delegacia Regional de Santa Inês-MA, que utilizaram viatura caracterizada no momento da desocupação do imóvel.

Todos os maquinários, insumos, defensivos químicos, implementos e outros produtos utilizados na lavoura foram retirados do interior do imóvel e colocados às margens da BR 222, ficando o gerente da fazenda Sr. Luã Oliveira de Carvalho, responsável pela guarda dos referidos materiais (vide foto abaixo).





Da decisão liminar supramencionada, os Recuperandos interpuseram Agravo de Instrumento nº 0821795-05.2025.8.10.0000, redistribuído por prevenção ao Des. Relator Marcelo Carvalho Silva da 2ª Câmara de Direito Privado, que ao analisar o recurso concedeu efeito suspensivo ativo a decisão agravada, ao fundamento de que:


(...)


“A probabilidade do direito decorre do fato de que a decisão agravada fundamentou-se em inadimplemento contratual, quando é sabido que o Juízo Universal da Recuperação Judicial deferiu expressamente a suspensão dos efeitos da mora e das cláusulas de vencimento antecipado, além de vedar a prática de atos de rescisão ou distrato durante o período de blindagem patrimonial (stay period).

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a imissão ou reintegração de posse fundada em inadimplemento contratual somente pode ser deferida após resolução judicial do contrato (AgInt no AREsp 734.869/BA, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 19/10/2017).

Logo, não se mostra legítima a retomada liminar do imóvel, sobretudo quando a mora encontra-se suspensa por determinação expressa do juízo da recuperação:

(...)

Ademais, cumpre destacar que o art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005 não se aplica ao arrendamento rural, mas sim ao arrendamento mercantil e hipóteses específicas ali previstas.

A decisão recorrida, ao afastar a incidência da recuperação judicial sobre o crédito da agravada, incorreu em equívoco interpretativo que pode comprometer a isonomia dos credores.

Com efeito, ao se admitir tratamento privilegiado à agravada, permite-se que um credor seja satisfeito em detrimento da coletividade, em afronta ao princípio da par conditio creditorum, essencial no regime recuperacional. Tal prática desvirtua a finalidade do art. 47 da Lei nº 11.101/2005, que visa preservar a empresa e assegurar tratamento equitativo a todos os credores, de modo a viabilizar a reestruturação econômico-financeira do devedor.

A retirada dos agravantes da posse do imóvel inviabilizaria a continuidade da produção agrícola, atividade essencial para viabilizar o cumprimento do plano de recuperação

judicial e, por conseguinte, frustraria a função social da empresa (art. 47 da Lei nº 11.101/2005).

Ciente da decisão supra, o magistrado titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Luzia, determinou à Autora, a imediata reintegração de posse ao grupo Recuperando, tal qual anteriormente determinado em seu favor (por exata proporcionalidade aos requeridos), no imóvel rural Fazenda CVB- o que ocorreu em 09/09/2025.

Ressalta-se que esta administração judicial acompanhou toda a situação acima relatada, e especificamente em relação a esse caso, os recuperandos informaram não terem constatado, até o protocolo deste RMA, quaisquer prejuízos de ordem material e/ou financeira em relação aos maquinários, insumos, defensivos químicos e implementos utilizados na cultivo de grãos, embora tenham ficado expostos por 18(dezoito) dias as margens da rodovia 222.

4. CONSTATAÇÕES INICIAIS DO GRUPO ARCO-ÍRIS

Preambularmente, registramos a instalação do fluxo de trabalho com os sócios/administradores e seus patronos, alinhando metodologia, rotina de entregas e forma de comunicação formal (termos de diligência e e-mail institucional da AJ), com vistas à elaboração do Relatório Mensal de Atividades a ser apresentado ao Juízo, MP, credores e interessados, nos termos da LRF. Reafirmamos as atribuições da AJ como auxiliar do juízo(sem ingerência na gestão), e relembramos as etapas do processamento: contas mensais, RMA, fase administrativa de habilitações/divergências, verificação de créditos (2ª relação), PRJ e AGC e outros.

4.1 Da Estrutura do Grupo Arco-Íris- Id. 150274172

Estrutura do Grupo Arco-Íris



4.2 Composição e atividades econômicas

ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA — CNPJ 07.181.330/0001-70.

Atividades:


São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

- Criação de bovinos para corte (01512/01) e leite (01512/02); criação de equinos (01521/02); caprinos (01539/01) e suínos (01547/00); avicultura (01555/01).
- Cultivo: soja (01156/00); milho (01113/02); demais cereais (01113/99).
- Atividades florestais: conservação de florestas nativas/plantadas (02209/06); reflorestamento com extração de madeira (02101/07); apoio à produção florestal (02306/00); serrarias (16102/03).
- Logística: transporte rodoviário de cargas (49302-02).
- Comércio: atacadista de soja (46222/00); de matérias-primas/materiais agrícolas (46231/99); resíduos/sucatas não metálicos (46877/02).
- Depósitos/armazenagem: 52117/99.
- Indústria: fabricação de biocombustíveis (exceto álcool) (19322/00).

ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA — CNPJ 10.567.502/0001-52

Atividades:

- Atacado: defensivos/adubos/fertilizantes/corretivos (4683-4/00); máquinas e equipamentos agropecuários (4661-3/00); insumos agro (4692-3/00); alimentos p/ animais (4623-1/09); medicamentos/drogas veterinárias (4644-3/02).
- Varejo: medicamentos veterinários (4771-7/04); animais/ artigos pet (4789-0/04); ferragens e ferramentas (4744-0/01); lubrificantes (4732-6/00).
- Representação comercial: 4611-7/00; 4618-4/99; 4618-4/01; 4617-6/00.
- Pós-colheita (0163-6/00); depósitos (5211-7/99).
- Cultivo e comércio: soja (0115-6/00; 4622-2/00) e milho (0111-3/02).
- Transporte rodoviário de cargas: municipal (4930-2/01) e intermunicipal/interestadual/internacional (4930-2/02).

KMX AGRONEGÓCIO LTDA — CNPJ 19.368.049/0001-20


Atividades:


- 01.11-3-02 - Cultivo de milho;
- 46.22-2-00 - Comércio atacadista de soja;
- 46.23-1-99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente;
- 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Adiante, buscando complementar os dados necessários à correta aferição do real estado e circunstância em que se encontra o **GRUPO ARCO-ÍRIS** (em recuperação judicial), bem como viabilizar o pleno exercício das atribuições desta Administração Judicial, **nos exatos termos do art. 22, I, “d”, da Lei 11.101/2005**, e em estrito cumprimento às determinações deste Juízo e à **Recomendação nº 72 do CNJ**, foram requisitadas às **devedoras** as informações e documentos indispensáveis à apresentação dos relatórios nos moldes deliberados, **com prazo certo para atendimento**, a fim de assegurar padronização, transparência e completude dos dados — **conforme a seguir espelhado**.


São Luís-MA, 09 de agosto de 2025.

Ass: **GRUPO ARCO-ÍRIS**

Origem/MA

Assunto: TERMO DE DILIGÊNCIA

Referência: processo nº 0810707-44.2025.8.10.0040

Natureza: Recuperação Judicial


Requerentes: ARCO-ÍRIS AGRICULTOEMPRESA LTDA, e outros.

Prezados(as) Juiz(a):

No exercício das atribuições de Administrador Judicial nomeado na decisão exarçada em nº **325/2025**, nos autos nº **0810707-44.2025.8.10.0040**, do pedido de Recuperação Judicial do GRUPO ARCO-ÍRIS, em trâmite no Meu Órgão da Comarca de Itinga/MA, e nos termos do artigo 22, inciso I, alínea “f” e inciso II, alínea “a”, da Lei nº 11.101/2005, venho através do presente **REQUERER** as seguintes informações e documentos, de forma individualizada e consolidada por devedor: **01- ARCONDOS AGRICULTOEMPRESA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 07.181.330/0001-70; **02- GERSON DE SOUSA KYT**, brasileiro, produtor rural, divorciado, inscrito no CPF nº 386.680.679-68 e portador do RG nº 2091543 SSP/RR, **03- GILSON DE SOUSA KYT**, brasileiro, casado, produtor rural e médico, inscrito no CPF nº 552.565.679-81 e portador do RG nº 34790426 SSP/PR, **04- JULIA GARCIA KYT**, brasileira, casada, produtora rural e médica, inscrita no CPF nº 278.880.611-72 e portadora do RG nº 333.495-0 SSP/GO; **05- EMMER AGRONEGÓCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 16.368.049/0001-30; **06- EDUARDO MACAGNAN**, brasileiro, casado, produtor rural e técnico agrícola, inscrito no CPF nº 007.828.720-00 e portador do RG nº 00594854875 33/RS; **07- LIZIDE DIANA SHERONIANA MACAGNAN**, brasileira, casada, produtora rural e engenheira agrônoma, inscrita no CPF nº 854.761.248-73 e portadora do RG nº 056655842015-9 SSP/MA; e **08- ODIVÉL AGRONEGÓCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 10.557.502/0001-52, e outros.

São Luís-MA,
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: eduardojunior@hotmail.com
Fone: (088) 2222-0080
Fone: (088) 98229-9590
www.ejadvconsumos.com.br


São Luís-MA, 09 de agosto de 2025.

1. Cópia integral dos livros contábeis, documentos contábeis e fiscais e outros documentos hábeis e legítimos que atestem, fundamentem e garantam a lista de credores juntada nos autos pelos devedores, em meio eletrônico/magnético, nos formatos pdf e xls, identificadas por pessoa física e empresa devedora.

*Observação: A documentação supra deve vir acompanhada de cópia da memória de cálculos, comprovando as arrendações realizadas e/ou transferências, a fim de possibilitar a concreta verificação do saldo devido.

2. Lista dos credores apresentada nos autos da recuperação judicial em meio eletrônico/magnético, no formato xls, com as informações relativas a nome, classe, CPF, CNPJ, e-mail e endereço completo de TODOS os credores relacionados, identificadas por pessoa física e empresa devedora.

3. Balanços, balanços mensais e demonstrações de resultados, em meio eletrônico/magnético, nos formatos pdf e xls, referente aos exercícios de 2023, 2024, e de janeiro a agosto de 2025.

4. Informações sobre a forma de escrituração contábil, própria ou terceirizada, com qualificação do contador responsável acompanhado do certificado de regularidade de seu respectivo conselho de classe.

5. Conservação de comunicação da suspensão das ações e inscrições aos respectivos juízes onde tramitam as ações em que os devedores sejam parte.

6. Relatório de TODOS os recebíveis (contas a receber) das vendas realizadas, por empresa devedora, em formato pdf e xls.

7. Apresentação de dados e indicadores gerenciais e de produção, contendo, no mínimo, informações mensais, do período de 2023 e 2024 (integradas) e janeiro a agosto de 2025, nos formatos pdf e xls, que permitam transparecer a evolução e o desenvolvimento das atividades empresariais, em especial:

7.a. Para a atividade de pecuária (fertilização in vitro, etc): e outros)

i. Quantidade de matrizes receptoras em gestação e fazenda onde se encontram;

ii. Quantidade de matrizes após gestação e fazenda onde se encontram;

iii. Quantidade de bezerros, criados a partir da fazenda onde se encontram;

São Luís-MA,
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: eduardojunior@hotmail.com
Fone: (088) 2222-0080
Fone: (088) 98229-9590
www.ejadvconsumos.com.br



ix. Total do movimento para entrada e saída, e respectivo período de ocorrência;

x. Quantidade de sementes vendidas no mês;

xi. Quantidade de sementes vendidas no ano, acumulado;

xii. Preço de venda;

xiii. Lucro por cabeça;

7.8. Para a atividade de agricultura, por safra:

i. Área de plantio;

ii. Área de colheita;

iii. Área armazenada;

iv. Quantidade de produtos comercializados em feir;

v. Quantidade de produtos comercializados em R\$;

vi. Quantidade de produtos armazenados em feir, bem como o(s) local(is) de armazenamento;

*Observação- O Grupo Arcão irá poder fornecer outras indicações de performance que estiverem relevantes para demonstrar o desempenho empresarial;

8. Quadro atual de colaboradores, contendo: número de funcionários, CDT (com valor de remuneração, indicação de nome, função e sistema adotado) e posição jurídica, individualizado por unidade produtiva, nos formatos pdf e xls;

9. Informações sobre a situação da pessoa física dos devedores, notadamente quanto ao pagamento dos impostos e contribuições sociais, com indicação dos eventuais tributos em aberto (pagos, não e em débito);

10. Valores do passivo extracurricular (por crédito) e físico; contingência; inscrição na dívida ativa; Cessão fiduciária de bens; direitos creditórios; Alienação fiduciária; Arrendamento mercante; Alienação de contrato de câmbio (ACC);

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: eduardojunior@hotma.com
(08) 2222-0080
(08) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

4

Obrigação de fazer; Obrigação de entregar; Obrigação de dar; e Obrigações alçadas; e

11. Valores das dívidas tributárias e trabalhistas por ajustamento da recuperação judicial (SO/TS/2025);

12. Informações/indicadores de produção e comercialização, de forma individualizada e consolidada, mensalmente, referente aos exercícios de 2023 e 2024 (integrar) e de janeiro a agosto de 2025, nas formatos pdf (assinada física ou digitalmente) e xls (xlsx);

a. Relatórios de caixa;

b. Aplicações financeiras;

c. Outros ativos;

d. Dívida financeira;

e. Adiantamento de clientes;

f. Prejuízos acumulados;

g. Ebitda ajustado e repositado;

h. Resultado contábil e financeiro;

i. Fluxo de caixa;

j. Ativos mobiliários;

k. Funcionários (por setor);

13. Que todos os documentos contendo o assentado dos representantes legais (diretores administradores) das respectivas empresas;

Por fim, ressalta que a Lei nº 11.101/2008, dispõe sobre a possibilidade de exigência de documentos e informações pelo Administrador Judicial e a obrigatoriedade de fornecimento pelos devedores, nos seguintes dispositivos de respectivas legislações:

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: eduardojunior@hotma.com
(08) 2222-0080
(08) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

4



Art. 27. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outras coisas que esta Lei lhe reger:

i- na recuperação judicial e na falência;

ii-;

ii) exigir dos credores, do devedor ou aos administradores quaisquer informações;

Art. 84. Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial, salvo se qualquer deles:

I - houver: a) prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelo demais membros do Comitê;

Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses do caput deste artigo, o juiz destituirá o interessado, que será substituído no fornecimento por outro constituinte do devedor ou do plano de recuperação judicial;

Com o objetivo de estabelecer a regularidade na condução deste procedimento recuperacional, sem interferências indevidas e não cabíveis para as próprias atividades, e ainda, com o intuito de zelar pela eventual superação da falência econômico-financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtiva, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação das empresas, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conforme estabelecido no artigo 47 do referido diploma legal, solicitamos e alertamos que as informações acima requisitadas e todas as demais que se fizerem necessárias, sejam apresentadas na forma e prazo estabelecidos;

Solicita ainda que a documentação inicialmente requerida neste Processo 00 deva ser enviada, impreterivelmente, até o dia 25/06/2025, para o e-mail eduardojunior@hotma.com, sendo os documentos em formato pdf, os textos em formato doc e as planilhas eletrônicas em formato xls, todas editáveis, visando a elaboração do Relatório Mensal a ser apresentado ao Juiz, Ministério Público e credores;

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: eduardojunior@hotma.com
(08) 2222-0080
(08) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

5



Resultado, finalmente, por imprescindível, que a) o balanço patrimonial, balanços anuais e demonstrações de resultados; b) os indicadores anuais nos itens 8 a 12; c) a planilha mencionada no item 13 acima (preenchida e atualizada); e d) os relatórios de atividades mensais das empresas (contabilização de contas - art. 52, IV, da LRF), deverão ser enviados a esta Administração Judicial, de forma individualizada e consolidada até o 20 do mês subsequente, a fim de possibilitar em tempo hábil a análise para a confecção e apresentação dos Relatórios Mensais das Atividades (RMA) do grupo devedor;

Informo, também, que para o bom e fiel cumprimento dos deveres impostos aos devedores e dos atributos da administração judicial, estabelecidos na LRF, serão realizadas reuniões de trabalho na sede do grupo, em Itinga- MA, com data ainda a ser definida, cuja pauta trará sobre assuntos relacionados ao gerenciamento da recuperação judicial, devendo estar presentes os administradores das respectivas empresas, facultada a presença dos advogados;

Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas pelos telefones (08) 2222-0080, (08) 98229-9590 e pelo e-mail eduardojunior@hotma.com;

Atenciosamente;

EDUARDO JÚNIOR
OAB/MA-10.832
Dr. Eduardo J. Júnior
OAB/MA-10.832
Administrador judicial

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: eduardojunior@hotma.com
(08) 2222-0080
(08) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

6

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail: eduardojunior@hotma.com

(08) 2222-0080

(08) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Outlook

Re: Recuperação Judicial- Grupo Arco- Solicitação de documentação

De Mauricio Emerick <mauricio.emerick@medenconsultoria.com.br>
Data Ter, 12/08/2025 12:44
Para Jose Eduardo Pereira Junior pereira <edujradvogado@hotmail.com>
Cc aluizio_ramos@uol.com.br <aluizio_ramos@uol.com.br>; alessandro sansone <alessandro.sansone@medenconsultoria.com.br>

Bom dia!

Confirmo o recebimento do 1º TD.

Estamos analisando para atender as solicitações.

Cordialmente,



Em resposta ao termo de Diligência os Recuperandos disponibilizaram parte dos documentos e outras informações, conforme imagem abaixo:



Registra-se que a entrega deste primeiro RMA relativo às atividades dos recuperandos no mês de agosto/2025, não ocorreu até o último dia do mês (subsequente a decisão do processamento da recuperação judicial) justamente em razão do tempo necessário

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

(098) 2222-0080

(098) 98229-9590

www.ejadvconsumj.com.br

para organização, consolidação e conciliação de toda documentação e esclarecimentos remetidos pelos recuperandos no ciclo inaugural.

Tratando-se do primeiro Relatório de Atividades, exercidas conjuntamente por pessoas físicas e jurídicas, é usual e perfeitamente compreensível a demora para reunião, compilação e até mesmo organização dos dados contábeis- financeiros diversos (LCDPR, extratos bancários, balancetes/DRE, CP/CR, etc.), principalmente quanto aos produtores rurais pessoas físicas, que normalmente não mantêm escrituração contábil nos moldes da pessoa jurídica, como requisitados pela administração judicial, mas imprescindível à uma análise mais acurada possível, a fim de assegurar fidedignidade ao RMA.

Não obstante, as informações e os documentos encaminhados pelos devedores, em atendimento ao 1º Termo de Diligência (datado de 09/08/2025), encontram-se pormenorizadamente discriminados neste RMA, em ordem cronológica das remessas e dos respectivos atendimentos.

Por fim, destaca-se que foram expedidos e-mails e realizados contatos telefônicos com os representantes legais das recuperandas, com o propósito de coletar esclarecimentos e subsídios acerca do desempenho operacional e tratar demais temas pertinentes à fase atual do processamento recuperacional.

A seguir, passam a ser detalhadas as análises e os exames realizados sobre os dados até então encaminhados, compilando-se as informações relevantes de forma individualizada por item neste boletim.

4.3. Respostas ao 1º Termo de Diligência (Documentação)

Adiante, na confluência das razões expostas, pormenorizamos as circunstâncias em que se encontram as informações disponibilizadas pelas devedoras em atendimento ao 1º Termo de Diligência (09/08/2025).

Ressalta-se ainda, que os referidos dados estão sujeitos a novas análises, ajustes e solicitações complementares, ao mesmo tempo em que registramos as constatações iniciais extraídas do exame minucioso realizado sobre o lastro documental fornecido pelos devedores.

4.3.1 Cópia integral dos livros contábeis e outros

01) Cópia integral dos livros contábeis, documentos comerciais e fiscais e demais documentos hábeis e legais que alicerçam, fundamentam e garantem a lista de credores juntada aos autos pelos devedores, em meio eletrônico/magnético, nos formatos PDF e XLS, identificados por pessoa física e por empresa devedora.

Obs- Acompanhando a documentação, as devedoras deverão anexar memória de cálculos, comprovantes de amortizações realizadas e/ou transferências, viabilizando a verificação do saldo devido.

Os devedores disponibilizaram parte das informações/documentos pertinentes a este item, que permanecem em exame para fins de consolidação e cruzamento, bem como para suportar a 2ª relação de credores (art. 7º da Lei 11.101/2005).

3.1.2 Lista dos Credores

02) Lista dos credores apresentada nos autos da recuperação judicial, em meio eletrônico/magnético, no formato XLS, com as informações relativas a valor, classe, CPF/CNPJ, e-mail e endereço completo de todos os credores relacionados, identificados por pessoa física e por empresa devedora.

Os devedores disponibilizaram os dados concernentes a este item

3.1.3 Balanços, Balancetes Mensais e DRE

03) Balanços, balancetes mensais e Demonstração do Resultado (DRE), em meio eletrônico/magnético, nos formatos PDF e XLS, referentes aos exercícios de 2022, 2023 e 2024 (integrais) e de janeiro a agosto de 2025.

Para este item, as devedoras encaminharam as peças contábeis já reportadas e analisadas na seção Financeiro deste RMA (“Demonstrações e Variações”). Foram remetidas

as DREs e os Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2023 e 2024. Quanto ao ano de 2022, utilizou-se a documentação juntada no pedido de processamento.

Até a data de protocolo deste relatório, não foram enviados os demonstrativos financeiros, referentes de janeiro a agosto de 2025.

4.3.4 Informações sobre a forma de escrituração contábil

04) Informações sobre a forma de escrituração (própria ou terceirizada), com qualificação do contador responsável, certidão de regularidade do respectivo Conselho e descrição do sistema contábil adotado.

Para atendimento deste item, as devedoras disponibilizaram a seguinte documentação.



4.3.5 Comunicado à outros Juízos

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
☎ (098) 2222-0080
■ (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

05) Comprovação de comunicação da suspensão das ações e execuções aos respectivos juízos onde tramitam as ações em que os devedores sejam parte;

Até o protocolo deste relatório, os devedores não forneceram os dados para atendimento deste item.

4.3.6 Dados e Indicadores

07) Apresentação de dados e indicadores gerenciais e de produção, contendo, no mínimo, informações mensais, do período de 2023 e 2024 (integrais) e janeiro a agosto de 2025, nos formatos pdf e xls, que permitam transparecer a evolução e o desenvolvimento das atividades empresariais, em especial;

I- Para a atividade de pecuária:

Quantidade de semoventes por fazenda;

Quantidade de semoventes em confinamento e em pasto;

Quantidade de semoventes abatidos no mês

Quantidade de semoventes abatidos no ano, acumulado;

Preço de venda; e

Lucro por cabeça.

II- Para a atividade de agricultura, por safra

Área de plantio;

Área de colheita;

Área sistematizada;

Quantidade de produtos comercializados em ton.;

Quantidade de produtos comercializados em R\$.; e,

Quantidade de produtos armazenados em ton., bem como o(s) local(is) de armazenamento.

II- Outros indicadores de performance que as devedoras entenderem importante para demonstrar o soerguimento empresarial;

Para atendimento deste item, os devedores disponibilizaram as seguintes informações e documentos, a saber:

HISTÓRICO GRUPO ARCO-ÍRIS	2023	2024
Receita de Pecuária (R\$ mil)	6.464	7.182
Tourinhos/nelore	2.948	3.276
Descarte receptoras/angus	1.134	1.260
Novilhas	1.895	2.106
Embrião nelore	486	540
Volume de Animais Vendidos (#)		
Tourinhos/nelore	227	252
Descarte receptoras/angus	227	252
Novilhas	146	162
Embrião nelore	16	18
Valor de Venda Médio (R\$)		
Tourinhos/nelore	13.000	13.000
Descarte receptoras/angus	5.000	5.000
Novilhas	13.000	13.000
Embrião nelore	30.000	30.000

HISTÓRICO GRUPO ARCO-ÍRIS	Safra 22/23 Safrinha 23	Safra 23/24 Safrinha 24
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	187.264	139.280
Arco-íris	101.957	74.255
KMX	34.225	34.817
Odivel - Venda de Mercadorias	51.083	30.208
Venda de Soja (R\$ mil)	136.054	109.322
Área Plantada (ha)	16.400	16.400
Produtividade média (sacas/ha)	68	66
Total (sacas)	1.115.200	1.082.400
Total (ton)	66.912.000	64.944.000
Preço de venda médio (R\$)	122	101
Venda de Mercadorias (R\$ mil)	51.083	30.208

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

4.3.7 RH e Prestadores de Serviços

08) Quadro atual de colaboradores: número de funcionários CLT (com indicação de nome, das funções e setores alocados) e pessoas jurídicas, individualizado por unidade produtiva, nos formatos pdf e xls;

Para atendimento deste item, os devedores disponibilizaram as seguintes informações e documentos, a saber:

Nome da Empresa	Nome do Funcionário	Departamento	Admissão	Função	Salário Base
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	MARIA VILMA DE ANDRADE SANTOS	ADMINISTRACAO	01/05/2010	Assistente administrativo	R\$9.108,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	DANIEL DA SILVA PEREIRA BRITO	ADMINISTRACAO	11/06/2024	Assistente administrativo	R\$3.795,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ADRIELLY VIEIRA COSTA	ADMINISTRACAO	11/10/2024	Assistente administrativo	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	SABRYNNA INGRID BRITO NUNES	ADMINISTRACAO	12/11/2024	AUXILIAR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	R\$2.277,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ERALDO SANTOS SOUZA	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	02/01/2017	VAGUEIRO	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	SANDRA FERREIRA DE BRITO	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	01/08/2018	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ILAREZ FEITOSA DA SILVA	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	28/03/2022	servicos gerais	R\$1.800,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JOSE ALVES DOS SANTOS	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	01/12/2022	Caseiro	R\$2.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ADENILSON DA SILVA SOUSA	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	02/01/2023	Inseminador	R\$2.200,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	CICERO ROMAO MESQUITA DE MEDEIROS	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	01/03/2023	Motorista de Caminhão	R\$2.357,43
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FRANCISCO MORAIS DOS SANTOS	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	06/07/2023	VAGUEIRO	R\$1.800,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	LEILSON GONCALVES BARBOSA	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	19/07/2023	SERVICOS GERAIS	R\$1.800,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ROBERTO ALVES DO NASCIMENTO	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	24/07/2023	SERVICOS GERAIS	R\$1.800,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	TALIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	01/02/2024	Tribalhador agropecuario em geral	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	GILMAR SOUZA COSTA	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	25/10/2024	Caseiro	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	27/01/2025	Motorista de Caminhão	R\$2.357,43
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	SEBASTIAO MARCELO PARIS	FAZENDA ARCO-IRIS - FAI	01/08/2025	Gerente agropecuario	R\$4.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	RONALDO ALVES DE MORAES	FAZENDA BELA VISTA - FBV	13/03/2020	Operador de Trator de Pneu	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	WESLEY SILVA DAMASCENO	FAZENDA BELA VISTA - FBV	06/04/2022	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JACKSON FEITOSA DOS SANTOS	FAZENDA BELA VISTA - FBV	01/03/2023	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	WEVERTON DO NASCIMENTO	FAZENDA BELA VISTA - FBV	11/08/2023	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	CRISTIANE SILVA SOARES	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/03/2018	COZINHEIRA	R\$1.518,00

ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	MAILSON ALMEIDA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	12/07/2019	Motorista Carretero	R\$2.900,64
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	VALDIR RODRIGUES COSTA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/09/2020	GERENTE DE PRODUCAO	R\$2.400,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	HELENO DOS REIS FIGUEIREDO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	05/01/2021	Operador de Armazem	R\$3.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	CARLOS LOPES DE LIMA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	15/01/2021	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO DA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	03/02/2021	Coordenador de armazem	R\$3.850,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	TERTO MARCOS FERNANDES	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	03/02/2021	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	GILSON JARDIM DE MORAES	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	04/02/2021	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ELENILTON LIMA DE SOUSA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	15/06/2021	Assistente administrativo	R\$1.950,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FABRICIO MELO DE SOUZA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	21/07/2021	AUXILIAR DE MECANICO	R\$1.570,80
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FRANQUILANDES ALVES	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/10/2021	Operador de Trator	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	VALMIR DE JESUS LIMA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/10/2021	Operador de Trator de Pneu	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JAMES DOS ANJOS RODRIGUES	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/12/2021	Operador de maquinas (Trator)	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ROGERIO DIAS DA CONCEICAO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	03/01/2022	Tecnico agricola	R\$3.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JOSE DA SILVA MATIAS	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	16/02/2022	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	SERGIO CONSTANTINO DA ROCHA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	17/02/2022	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JOSE FRANCISCO DE SOUZA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	17/02/2022	Operador de maquinas (Trator)	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	PEDRO BRANDAO DA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	15/03/2022	Operador de maquinas (Trator)	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FILOMENO OLIVEIRA CAVALCANTE	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/06/2022	Motorista Bitrem	R\$3.133,14
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ISAMAR DE JESUS DA CONCEICAO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/10/2022	COZINHEIRA	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	NARYEL SANTOS BATISTA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/12/2022	Engenheiro Agrônomo	R\$3.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	CLEUTON TRINDADE RABELO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	16/01/2023	Mecanico de maquinas agricolas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ALESSANDRO MARCOS DO AMARAL	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/02/2023	VIGILANTE	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ANTONIO ERALDO DAVID DA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	07/03/2023	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail: edujeadvogado@hotmail.com

(098) 2222-0080

(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ROBSON DOS SANTOS SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	15/03/2023	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JORGE DA SILVA SOARES	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	05/05/2023	Operador de Trator de Pneu	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	LAZARO MOURAO DE CASTRO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	04/10/2023	Motorista de Rodotrem	R\$3.383,03
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	NATANAEL RODRIGUES OLIVEIRA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	06/11/2023	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ISAAC NUNES DA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	07/03/2024	Operador de trator agricola	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	MARCIO NUNES DA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	07/03/2024	Coordenador Técnico	R\$3.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	NATAL SOUSA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/06/2024	Motorista de Rodotrem	R\$3.383,03
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FRANCISCO VANDERLANDIO DIAS DE	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	13/11/2024	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	AUGUSTO CESAR FRANCISCO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	13/11/2024	Tecnico agricola	R\$3.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	WANDERLAN SOUSA SILVA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	02/12/2024	Motorista de Rodotrem	R\$3.383,03
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ALESSANDRO PEREIRA DE SOUSA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	10/04/2025	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	MACIEL SIMAO BRITO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	12/05/2025	Motorista Carreteiro	R\$2.900,64
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FELIPE HENRIQUE DE SOUSA COELHO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/06/2025	Piloto agricola	R\$6.153,85
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FRANCISCO NARCISO DA CONCEICAO DE	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	11/07/2025	VIGILANTE	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	EDIVALDO SILVA DO NASCIMENTO	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	11/07/2025	Motorista Carreteiro	R\$2.900,64
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ANTONIO CARLOS DA SILVA BATISTA	FAZENDA PAU BRASIL - FPB	01/05/2025	Supervisor de exploracao pecuaria	R\$4.000,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ROBERTO CARLOS LOURENÇO	FAZENDA RAO DE SOL - FR5	01/05/2025	Trabalhador agropecuario em geral	R\$1.800,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JOAO DE ALMEIDA PRATA	FAZENDA RAO DE SOL - FR5	01/05/2025	Trator de animais	R\$2.400,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JOSE NILTON EVANGELISTA DE JESUS	FAZENDA RAO DE SOL - FR5	01/05/2025	Trator de animais	R\$2.400,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	MARIA DANIELA SANTOS LIBARINO	FAZENDA RAO DE SOL - FR5	01/05/2025	COZINHEIRA	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	LUIA OLIVEIRA DE CARVALHO	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	01/11/2021	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ALESSANDRO SOUSA DE OLIVEIRA	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	02/01/2023	Operador de Trator de Pneu	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JAIR CHAVES CARDOSO JUNIOR	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	02/01/2023	Operador de maquinas (Trator)	R\$2.677,40

ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	DAVID DA SILVA SANTOS	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	02/05/2023	Operador de maquinas (Trator)	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	RONALDO BASTOS DOS SANTOS	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	13/10/2023	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	ANTONIO FRANCISCO SANTOS DA SILVA	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	01/10/2024	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JOSE ADAIL LIMA DE SOUSA	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	01/10/2024	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	MAILSON ALMEIDA DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	01/10/2024	Operador de maquinas	R\$2.677,40
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	FRANCISCO DE CASTRO CARLOS	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	19/12/2024	DOSADOR	R\$1.518,00
ARCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL	JOEL DA SILVA PINTO	FAZENDA SAO FRANCISCO - FSF	19/12/2024	SERVICOS GERAIS	R\$1.518,00
Total de Funcionários: 75					


4.3.8 Dívidas Tributária

9) Informações sobre a situação do passivo fiscal das devedoras, notadamente quanto ao pagamento dos impostos e contribuições sociais, com indicação dos eventuais tributos em aberto, como especificação da espécie, valor e ente federativo credor,

Até o dia anterior ao protocolo deste RMA, os devedores não disponibilizaram as informações nos termos requisitados. Contudo, esta Administração Judicial identificou nos autos da recuperação judicial (Id 155376546), manifestação da Fazenda Nacional, informando um passivo fiscal, inscrito em dívida ativa da União, no montante de R\$ 2.994.463,87 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos), distribuídos da seguinte forma:

- **ODIVEL AGRONEGOCIOS LTDA (CNPJ 10.567.502/0001-52) - R\$ 2.708.207,05 KMx**
- **AGRONEGOCIO LTDA (CNPJ 19.368.049/0001-20) - R\$ 57.772,61**
- **LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN (CPF 303.761.248-73) - R\$ 228.484,21**

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

4.3.9 Dívidas Trabalhista

Para atendimento deste item os recuperandos informaram o valor atualizado até 09/09/2025, de R\$ 121.166,54, e forneceram a seguinte relação:

ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA
PREVISÃO DE CUSTO FÉRIAS VENCIDAS


Nº ORD.	NOME DO EMPREGADO	LÍQUIDO DAS FÉRIAS
1	FABRICIO MELO DE SOUZA	1.929,73
2	ROBERTO ALVES DO NASCIMENTO	2.207,97
3	SANDRA FERREIRA DE BRITO	2.010,30
4	WANDERSON DO NASCIMENTO	1.865,63
5	VALDIR RODRIGUES COSTA	3.789,07
6	FRANQUILANDES ALVES	2.920,05
7	VALMIR DE JESUS LIMA	2.920,05
8	ISAMAR DE JESUS DA CONCEIÇÃO	2.010,30
9	RONALDO BASTOS DOS SANTOS	2.920,05
10	LUA OLIVEIRA DE CARVALHO	2.920,05
11	NATANAEL RODRIGUES OLIVEIRA	2.920,05
12	JAMES DOS ANJOS RODRIGUES	2.920,05
13	JOSE ALVES DOS SANTOS	2.450,78
14	NARYEL SANTOS BATISTA	3.817,21
15	ADENILSON DA SILVA SOUSA	2.692,33
16	ALESSANDRO SOUSA DE OLIVEIRA	2.920,05
17	JAIR CHAVES CARDOSO JUNIOR	2.920,05
18	ROGERIO DIAS DA CONCEICAO	3.538,75
19	HELENO DOS REIS FIGUEIREDO	3.517,84
20	CARLOS LOPES DE LIMA	2.978,30
21	CLEUTON TRINDADE RABELO	2.920,05
22	ALESSANDRO MARCOS DO AMARAL	2.806,95
23	TAUANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	1.865,63
24	TERTO MARCOS FERNANDES	1.997,14
25	GILSON JARDIM DE MORAES	1.865,63
26	JOSE DA SILVA MATIAS	1.997,14
27	SERGIO CONSTANTINO DA ROCHA	1.865,63
28	JOSE FRANCISCO DE SOUZA SILVA	3.036,54
29	JACKSON FEITOSA DOS SANTOS	2.920,05
30	RENATO COSTA SILVA	2.920,05
31	CICERO ROMAO MESQUITA DE MEDEIROS	2.877,38
32	ANTONIO ERALDO DAVID DA SILVA	1.865,63
33	ISAAC NUNES DA SILVA	2.920,05
34	MARCIO NUNES DA SILVA	3.517,84
35	MARIA VILMA DE ANDRADE SANTOS	9.001,19
36	IVONALDO ALVES DE MORAES	2.920,05
37	PEDRO BRANDAO DA SILVA	2.920,05
38	ROBSON DOS SANTOS SILVA	1.865,63
39	JUAREZ FEITOSA DA SILVA	2.207,97
40	WESLEY SILVA DAMASCENO	3.001,60
41	DAVID DA SILVA SANTOS	2.920,05
42	CIONE PINHEIRO DE FARIAS	1.865,63
43	JORGE DA SILVA SOARES	2.920,05
	TOTAL	121.166,54


4.3.10 Passivos Extraconcursal e Fiscal

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

10) Valores do passivo extraconcursal (por credor) e fiscal; contingência; inscrito na dívida ativa; Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios; Alienação fiduciária; Arrendamentos mercantis; Adiantamento de contrato de câmbio (ACC); Obrigação de fazer; Obrigação de entregar; Obrigação de dar; e Obrigações ilíquidas;

Até o protocolo deste boletim, os devedores não forneceram os dados para atendimento deste item.

5.EDITAL COM 1ª RELAÇÃO DE CREDITORES, QUADRO GERAL DE CREDITORES E CORRESPONDÊNCIAS

Em consonância com o que preconiza o § 1º, do art. 52, da Lei n.º 11.101/2005, foi juntado aos autos o 1º Edital da Recuperação Judicial, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico Nacional em 29/07/2025, devidamente publicado em 30/07/2025, contendo o resumo do pedido dos devedores, a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, juntamente com a relação nominal de credores, os valores atualizados e a classificação de cada crédito.

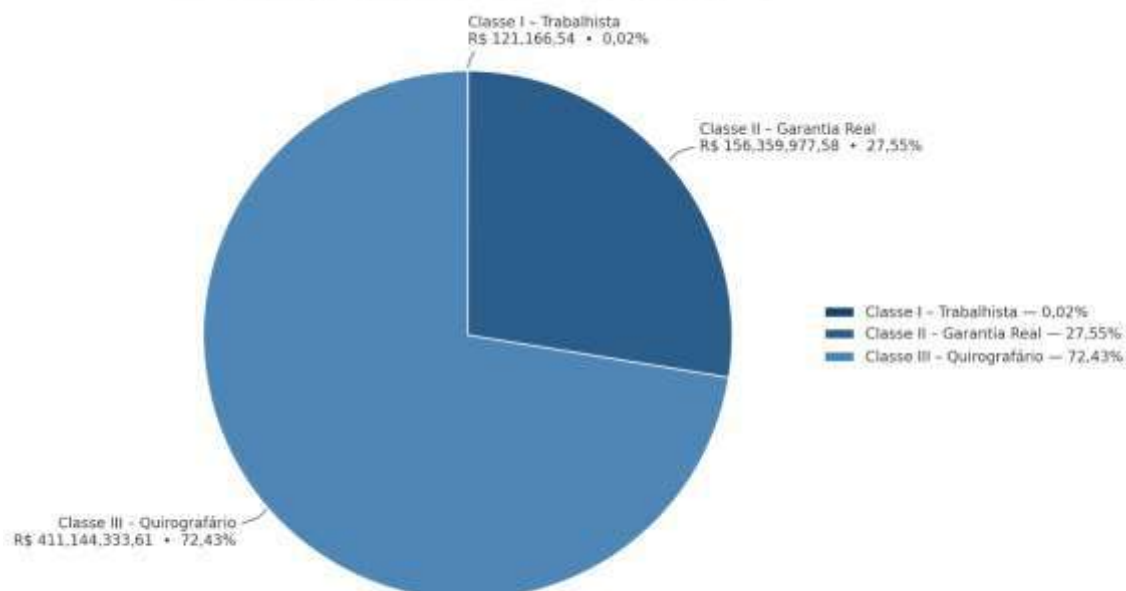
A Administração judicial, Juntou ainda, os comprovantes de envio de cartas aos credores (Id 145392159), com informações e orientações para a apresentação de suas habilitações e/ou divergências de créditos na fase administrativa.

Importante ressaltar que a relação de credores constante no 1º Edital da Recuperação Judicial, reproduziu na íntegra a listagem informada na exordial dos recuperandos, com 142 (cento e quarenta e dois) credores e um passivo de R\$ 567.625.477,73 (quinhentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos), assim, reproduzida:

TOTAL - GRUPO ARCO-ÍRIS

Classe	Valor	%	Qtde	%
I - Trabalhista	R\$ 121.166,54	0,02%	43	30,28%
II - Garantia Real	R\$ 156.359.977,58	27,55%	9	6,34%
III - Quirografário	R\$ 411.144.333,61	72,43%	90	63,38%
TOTAL	R\$ 567.625.477,73	100%	142	100%

Distribuição por Classe de Crédito — Grupo Arco-Iris



Enfatizamos que já foi disponibilizado pelos devedores(em recuperação judicial) grande parte da documentação requisitada, que alicerçam, fundamentam e garantem a lista

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

de credores juntada nos autos (id. 150275432), identificados de forma individualizada, por pessoa física e empresa devedora, e estão sob o crivo de verificações dos créditos por parte desta administração judicial, para elaboração da segunda relação de credores, de que trata o art.7º, §2º da lei 11.105/2005.

Ainda, e conforme dito acima, em cumprimento a determinação contida na decisão de deferimento do processamento da RJ (item “d”) e ao artigo 22, inciso I, alínea “a” da Lei nº 11.101/2005, foram encaminhadas correspondências aos credores (Id155887222) nos endereços constantes na relação que acompanha a inicial postulatória dos devedores, com a qualificação completa e todos os contatos desta AJ (endereços eletrônicos, sítio eletrônico, WhatsApp e telefone celulares e fixos), garantindo a ampla publicidade e transparência aos interessados.

6. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS-EXERCÍCIOS 2022/ 2023 e 2024.

Conforme se depreende do item 4 – CONSTATAÇÕES INICIAIS DO GRUPO ARCO-ÍRIS, em especial do subitem 4.3.3 (Balanços, Balancetes Mensais e DRE) deste boletim, as devedoras apresentaram os documentos solicitados nas diligências iniciais.

Dessa forma, com fundamento exclusivamente nas informações disponibilizadas até a véspera do protocolo deste boletim, procederemos, adiante, às verificações e à apresentação dos dados, de modo a assegurar transparência ampla e a devida publicidade a este Juízo, ao Ministério Público, aos credores e demais interessados.

Salienta-se que, até o protocolo deste RMA, as devedoras ainda não instauraram o incidente específico de prestação de contas mensais de suas atividades empresariais, conforme determinado no item c.1, da decisão de processamento (Id 154524498).

Assim, com base apenas na documentação parcial até aqui fornecida, consolidam-se as informações a seguir:

6.1. ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA (CNPJ: 07.181.330/0001-70 (DRE e BALANÇO PATRIMONIAL) - EXERCÍCIO 2022

EMP. - ARCA-BEL AGROPECUÁRIA FIBRIL LTDA				DRETC CONTÁBIL 2022			
CNPJ 07.813.000/07-70	Nº 223074294	Data: 08/12/2022					
FAC SANTA FELIZINA, BR	PERDODOS	1999999					
Demonstração do Resultado do Exercício em	11/12/2022						

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			68.758.665,29C
Receita de Mercadorias	3.1.01.01.02	1420	61.176.598,59C
Rebates	3.1.01.01.03	1421	578.565,53C
- DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			688,00D
Imposto sobre Circ. Mercadorias e Serviços -	3.2.01.01.03	1403	488,00D
+ RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			68.758.585,29C
- CUSTOS DIRETOS			15.317.188,41D
Costos das Mercadorias Vendidas	4.1.01.01.01	1721	14.562.762,63D
Salários e salários	4.1.01.01.04	1731	1.054.177,70D
- CUSTO PESSOAL APLICADO			671.673,40D
1ª Salário	4.3.01.02.04	1900	76.259,74D
Férias	4.3.01.02.05	1901	58.299,96D
Bônus	4.3.01.02.01	1911	108.265,87D
FGTS Multa Rescisória	4.3.01.02.04	1990	14.880,93D
Previdência Social	4.3.01.04.01	1900	322.254,61D
FGTS	4.3.01.04.02	1901	92.713,27D
- DESPESAS OPERACIONAIS			43.996.369,24D
Honorários de Consultoria	4.3.02.01.01	2040	38.085,41D
Aluguel	4.3.03.01.01	2080	38.089,18D
Luz	4.3.03.01.08	2096	188.876,40D
Material de Uso Consumo	4.3.03.02.04	41	76.888.234,41D
Despesas c/ Associações e Sindicatos	4.3.03.02.05	2111	1.957,41D
Despesas Diversas	4.3.03.02.06	2122	1.238.299,94D
Despesas c/ cartórios	4.3.03.02.07	2133	4.917,77D
Combustível	4.3.03.03.04	2140	4.914.804,41D
Despesas c/ Veículos	4.3.03.03.05	2156	62.900,07D
Telefones e Telegramas	4.3.03.04.02	2180	1.607,60D
Outras Despesas c/ Seguros	4.3.03.06.05	11124	3.063,44D
Depreciações	4.3.03.07.01	2241	457.432,43D

Sob as penas da lei, declaro que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Belo Horizonte - MA, 31 de dezembro 2022

GERSON DE SOUSA Assinado de forma digital
por GERSON DE SOUSA
KYT:39668967968

GERSON DE SOUSA KYT
Administrador
CPF: 388.888.874-08

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
SOUZA:77294009368

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 771.940.054-48 CRC: 00405-D
RG: 033071030079 SEDPMMA

EMP. - ARCA-BEL AGROPECUÁRIA FIBRIL LTDA				DRETC CONTÁBIL 2022			
CNPJ 07.813.000/07-70	Nº 223074294	Data: 08/12/2022					
FAC SANTA FELIZINA, BR	PERDODOS	1999999					
Demonstração do Resultado do Exercício em	11/12/2022						

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
- DESPESAS TRIBUTÁRIAS			0,00C
- DESPESAS FINANCEIRAS			47.876,74D
Juros	4.5.04.01.01	2515	35.454,93D
Despesas Financeiras	4.5.04.01.03	2150	12.421,81D
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	2600	441,98D
- DESPESAS PATRIMONIAIS			0,00C
RECEITAS FINANCEIRAS			750,86C
Resendimento das Aplicações Financeiras	3.3.02.05.01	1810	750,86C
- (+) RESULTADO ANTES DO IRLCS			5.723.376,34C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUCRO			1.984.181,38D
IRPJ	4.6.02.01.02	2301	1.283.274,40D
CSSL	4.6.02.01.03	2302	700.906,98D
LUCRO C/ PRELUIZ DO EXERCÍCIO			3.739.194,96C

Sob as penas da lei, declaro que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Belo Horizonte - MA, 31 de dezembro 2022

GERSON DE SOUSA Assinado de forma digital
por GERSON DE SOUSA
KYT:39668967968

GERSON DE SOUSA KYT
Administrador
CPF: 388.888.874-08

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
SOUZA:77294009368

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 771.940.054-48 CRC: 00405-D
RG: 033071030079 SEDPMMA



Número do documento: 2532324229400001394114
<https://pki.pki.br/42/pki/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=2532324229400001394114>
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30163025.014222

Núm. 150275427 - Pág. 28



Número do documento: 2532324229400001394114
<https://pki.pki.br/42/pki/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=2532324229400001394114>
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30163025.014222

Núm. 150275427 - Pág. 28

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujuadvogado@hotmail.com
(098) 2222-0080
(098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

WETA-NEW WORLD TOPPERS LTD		WETA CONTAINERS LTD	
CHRYSTAL SPRINGS RD	PO BOX 12004	MA	
PAICANGSHELEBAKIN LOT 10 GLENN CROWN VCS	400000	Tempo di Marcatura	Distretto Policia

Descrição	Classificação	Entrada Anual
Ativa	1	14.334.511,96
Circulante	1.1	19.076.366,73
Disponível	1.1.01	19.076.366,73
Reserva em caixa	1.1.01.01	19.076.366,73
Caixa (25)	1.1.01.01.01	19.076.366,73
Banco central brasileiro	1.1.01.02	19.076.366,73
Banco do Brasil S.A. (31)	1.1.01.02.01	19.076.366,73
Banco Bradesco S.A. (32)	1.1.01.02.02	19.076.366,73
Banco do Nordeste do Brasil (33)	1.1.01.02.03	19.076.366,73
Banco Safra S.A. (34)	1.1.01.02.04	19.076.366,73
Aplicação	1.1.01.03	19.076.366,73
Aplicação Banco Bradesco (35)	1.1.01.03.01	19.076.366,73
Aplicação Banco do Nordeste (36)	1.1.01.03.02	19.076.366,73
Aplicação Bradesco Invest Fiel (37)	1.1.01.03.03	19.076.366,73
Aplicação Banco Safra (38)	1.1.01.03.04	19.076.366,73
Aplicação Banco do Brasil Fundo Fiel (39)	1.1.01.03.05	19.076.366,73
Clientes	1.1.01	19.076.366,73
Recebimento Passos Faltas e Juros	1.1.01.01	19.076.366,73
Clientes Diversos (40)	1.1.01.01.01	19.076.366,73
Ajustamentos	1.1.01	19.076.366,73
Ajustamentos Diversos	1.1.01.01	19.076.366,73
Ajustamentos para Distribuição de Lucros (41)	1.1.01.01.01	19.076.366,73
Títulos a Receber	1.1.01	19.076.366,73
Títulos a Receber	1.1.01.01	19.076.366,73

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e que são responsáveis por todos os dados aqui mencionados. - São Paulo, 26 de Dezembro de 2023.

GERSON DE SOUSA
KYT 39868967968

GERSON DE SOUSA RITI
Administrador
CPF: 048.408.475-08

Assinado de forma
digital por JOAO JOSE
SOUZA 77294009368
SOUZA 77294009368

ROADS, RIVER, & RAIL
Canada
CPT 0123456789-01 CEC 000000-01
R1

[illegible]

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Impostos e Acond. (112)	1.0001.02	1.268.000,00
Cédulas a receber	1.107	*****98.72
RECEITAS a receber (311)	1.107.04	494,00
RECEITAS a receber (344)	1.107.04	386,70
Emprego	1.108	***12.375.000,00
Despesas de prestação	1.108.01	***1.678.000,00
Despesas de prestação (33)	1.108.01.07	1.678.000,00
Receitas	1.108.02	*****17.900,00
Receitas de Vendas (330)	1.108.02.04	594.250,00
Outros de receita (330)	1.108.02.05	31.760,00
Ativo Não Circulante	1.2	14.114.546,00
Imobilizável	1.2.0	17.912.400,00
Imóvel	1.2.0.01	***1.085.000,00
Terra (44)	1.2.0.01.01	1.082.510,00
Máquina e equipamento	1.2.0.03	15.944.150,00
Máquina e equipamento (47)	1.2.0.03.03	15.944.150,00
Intangível	1.2.0.04	*****1.270,00
Equipamento de Processamento - Eletrônico (48)	1.2.0.04.01	1.270,00
Móvel e passível	1.2.0.05	*****58.540,00
Receita e Despesa (49)	1.2.0.05.01	58.540,00
Passivo	1.2.0.06	***629.625,00
Passivo (50)	1.2.0.06.01	629.625,00
Depreciação Acumulada	1.2.01	***1.786.542,00
Depreciação Acumulada Imobilizável	1.2.01.01	***1.786.542,00

Declaram, sob a pena da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e são responsáveis por todos os dados.
 Flávia de Mendonça - MSc. T. de Dezembro de 2003

GERSON DE SOUSA
RTP 33668967968

GERSONDE SEXUA KITT
Aldredale
170-100-100-100

JOÃO JOSÉ SILVA DE
SOUZA 3779409358

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Coordenador
CETEM/PRIM-CH/GRUPO 4



Revised document: 25532942940000294741
<https://pubs.usra.edu/Proceedings/abstracts/abstract/25532942940000294741>
 Awarded electronically by: PEDRO PONSECA-SANTOS JUNIOR - 30/05/2023 15:47:27

Num. 15075427 - P. 22



Número do documento: 2033204224000011340141
<https://pse.trf3a.jus.br/47/gp/Processo/ConsultarDocumento?idProcesso=2033204224000011340141>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SAUTOS JUNIOR - 1003035-25-0-01

Num. 15035437 - 8 de 20

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

6004-0003 MAGGIORI DI FORTONE LTDA CNPI 00 00 200000-70		NOME DI INCHIOSTRO Class. 0001/0005		SOSTIT. CONTABILIZZAZIONE LTDA	
PIAZZA SANTA BILINDA 51/0001 00 0000 11/00 1/02		00000000		Imp. e M. 000000 0000	
00000000		00000000		00000000	

Descrição	Classificação	Partida Anal
(+) Depreciação Acum. Equip. Maquinam. e Equipam. F.	1.2.88.01.01	1.99.93.040
(+) Depreciação Acum. Equip. Bancários (72)	1.2.88.01.04	CR 72
(+) Depreciação Acum. Equip. Móveis e Utensílios (73)	1.2.88.01.02	3.865.53
(+) Depreciação Acum. Equip. Veículos (88)	1.2.88.01.06	24.278.94

NOC-BIO AGRICULTOPAROS LTDA		NRE 23874354 Data 06/07/2005		ENTR CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 07.013.000/00-70		0509400		Estado do Rio Grande do Sul	
FALSA S/A FALSA S/A FALSA S/A FALSA S/A		Rua da Liberdade		Município de Porto Alegre	
Atividade Econômica: 0111-01/01 e 0111-02/01					

Descrição	Classificação	Exercício atual
Passivo	2	44.388.534,92
Circulante	2.1	44.388.129,48
Fornecedores	2.1.1	44.388.080,82
Fornecedores Nacionais	2.1.1.0.1	44.388.080,82
RECIFE FARMACIA LTDA (200)	2.1.1.0.1.0	1.101,00
MAQUETES COMERCIAL LTDA (210)	2.1.1.0.1.2	90.406,92
A C T PICAL E SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA (245)	2.1.1.0.1.3	1.126,00
AGROINDIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LT	2.1.1.0.1.9	1.445.893,50
AS MESQUITA PAIVA COMERCIO (344)	2.1.1.0.1.9	1.123,98
APAZULTEMA TINTAS LTDA ME - LUIZ (317)	2.1.1.0.1.9	891,70
BI-CONSTRUTORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.1.1.0.1.9	423,70
COMERCIAL FERRAMENTAS LTDA (41)-OPERATE	2.1.1.0.1.9	120.800,97
COMPANHIA CUSTO COMERCIAL AGRÍCOLA	2.1.1.0.1.9	30.494,00
FERRAMENTAS MATERIAIS LTDA (230)	2.1.1.0.1.9	40.315,00
GRUPO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	2.1.1.0.1.9	11.549,10
INDUSTRIAL DO SACOS - COMERCIO (47)	2.1.1.0.1.9	180,00
Lavoura Nogueira Ltda (117)	2.1.1.0.1.9	9.227,85
LEONARDA TACAGUAPÓS LTDA (400)	2.1.1.0.1.9	380,00
LINEIRA - LINEIRA LTDA (42)	2.1.1.0.1.9	67.594,45
LINEIRA - LINEIRA LTDA REAL (1) (191)	2.1.1.0.1.9	1.010,00
NOVO POÇO DE SACAS (447)	2.1.1.0.1.9	907,90
PRIMA AGRICOLA LTDA (307)	2.1.1.0.1.9	55.526,80
PRONIMO PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA (5	2.1.1.0.1.9	3877,00
PRODUTOS PRODUTOS AGRÍCOLAS (3) LOG	2.1.1.0.1.9	30.991,00

Declaramos, sob juramento, que as informações aqui emitidas são verdadeiras e são responsáveis por todos os dados aqui mencionados. Ma. 11 de Dezembro de 2012.

GERSON DE SOUSA
R/T:39668967968

GERSON DE SOUSA, C/7
Administrador
C/7-196.405-47448

JOAO JOSE SILVA DE
SOLUÇ:77294009968

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
Comar
CERT. 440/2014 REC. 00040/14
R-1

Declara, sob a pena da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e se responsabiliza por todas elas.

 Rua da Mouraria, 36, 1.º de Dezembro de 2011

GERSON DE SOUSA Assinado de forma digital por GERSON DE SOUSA
KYT-396689673968 KYT-396689673968

GORDON DE SILVA, CYT
Administrador
CPT 316.681.675-08

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA 177294008368

JOÃO JOSÉ SILVA DE NOVA
 Consul
 CPPT2400048 CBC 00405-
 00



Submit to database: [SSS03ACJW00000401.W](#)
[http://gs.jhu.edu/41/gp/Protein/Consolidated/nucleotide/seq/seq-SSS03ACJW00000401.W](#)
 Accession number for PDB: [PDB: 1D05CA](#) (DATE: JUN-01-2005 11:12)

Num. 15075437 - Pag. 24

[illegible]

Num. 153775437 - Pag. 25

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 **(098) 2222-0080**
 **(098) 98229-9590**
www.ejadvconsuijus.com.br

MATEUS AGUIAR, PAVANESSI, LIMA		OUTRO CONTRAINDICAÇÃO LITUA	
CNPJ: 07.308.788/0001	NOME: J. CARVALHO Data: 06/01/2005		
FAZ SANTO FELIZIANO, LOTE 10, VILA 12 KM 162	4569000	Estado de Mato Grosso	MA
			Classe: Faltas

Relatório Gerado em 01/10/2012 às 15:12:02

Descrição	Classificação	Exercício Atual
RODOLPHICAS E ACESSÓRIOS LTDA (111)	2.1.01.01.01	25.817,90
SUPERMART P-COMÉ LTDA (94)	2.1.01.01.01	67.301,50
TIO CASTES LUTO TENTAS LTDA (199)	2.1.01.01.01	14.808,50
TIO CASTES BOMBACIN LTDA (1470)	2.1.01.01.01	1.775,00
Tty Agropecuária S/A (1118)	2.1.01.01.01	7.905,00
Tributos e Contribuições	2.1.01	****1.250,00
Tributos e Contribuições	2.1.01.01	****1.250,00
IRPJ 4 Bimestre (91)	2.1.01.01.01	30.905,20
IRPJ 4 Bimestre (90)	2.1.01.01.01	11.090,10
IR 5 Faltas 4 Bimestre (95)	2.1.01.01.04	54.013,80
IRPJ 4 Bimestre (97)	2.1.01.01.01	7.002,50
CSLL 4 Bimestre (90)	2.1.01.01.01	7.094,50
Obrigações com Pessoal	2.1.01	****11.000,20
Salários	2.1.01.01	****11.000,20
Salários a Pagar (90)	2.1.01.01.01	92.100,20
Pensões Não Circulantes	2.1	21.546.330,90
Emprestimos e Financiamentos a Pagar	2.2.01	21.546.330,90
Emprestimos	2.2.01.01	*****211.500,00
Emprestimos Banco de Brasil (114)	2.2.01.01.01	1.007.371,49
Emprestimos Banco Sula (1472)	2.2.01.01.01	1.500.000,00
Emprestimos Banco Bradesco (1499)	2.2.01.01.11	590.670,00
Emprestimos Banco do Ammérica (1415)	2.2.01.01.12	2.59.941,50
Financiamentos	2.2.01.02	*****151.121.500,00
Contas Financiamentos (1705)	2.2.01.02.01	4.959.630,00

Declaramos, sob juramento, que as informações aqui contidas são verdadeiras e responsáveis por todos os dados da Notificação. — Mês: 11 de Dezembro de 2022

GERSON DE SOUSA
NYT:39668967968

GERSON DE SOUSA, CTT
Administrador
CTT PALMARETAN

JOÃO JOSÉ SILVA DE
SOUZA-7729400916
8

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Osteíte
CPF: 17.740.193-48 (CRE-00045-0
BO)

Declara, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e responsáveis por todos os fatos da Matéria - N.º 3, de Dezembro de 2017

GERSON DE SOUSA
KYT-3368963368

GERSON DE SOUSA NETO
Administrador
CPF: 096.008.872-00

JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA: 77294009368

JUNIO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Coutinho
CPF: 772.941.105-58. CRL: 0094854
RJ



Arquivo de Internet: 2500002234400001540141
<http://paja.ia.gov.br/4344/ProcedimentoAdministrativo/2500002234400001540141>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SAUTI JUNIOR - 5055025.04.02

Num. 150275427 - Pág. 28



Nome do documento: 15553423440001246141
<https://ppl.bm.br/4747ge/ProcessoConsultadocuments/Relatorio/15553423440001246141>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO PONSECA SANTOS JUNIOR - 3165035 04/02

Num. 150275427 - Pag. 27

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

6.1.1 ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA (CNPJ: 07.181.330/0001-70 (DRE e BALANÇO PATRIMONIAL) EXERCÍCIO 2023

CNPJ: 00.240.808/0001-01		OUTRO CONTABILIZADOR	
CNPJ: 00.240.808/0001-01	Nº: 23274294	Data: 04/01/2018	
PAZ SANTA MARIA, RS	PROBADA	Emprego em carteira	MA
Comunicação de Resposta do Fisco	18/12/2017		Folha: 2

Descrição	Classificação	Custo	Exercício Anterior
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			10.956.676,00
Receita de Mercadorias	3.1.01.01.01	1428	10.875.877,00
Brindes	3.1.01.01.02	1471	10.78.767,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			0,00
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			10.956.676,00
(-) CUSTOS DIRETOS			70.040.320,00
Salários e salários	6.1.01.01.04	1709	1.714.210.000
Custos e Produção Agrícola	6.1.01.01.08	5790	10.817.225.700
Custos Com Criação de Animais	6.1.01.01.09	5802	6.580.852.500
Custos com Insumos e Manutenção	6.1.01.01.30	5812	7.774.968.900
Despesas com Armazenamento	6.1.01.01.31	5819	10.000.000,00
(-) CUSTO PESSOAL APLICADO			1.047.622,00
13º Salário	6.3.01.02.04	1900	11.610.332,00
Férias	6.3.01.02.05	1901	99.040.200,00
Rescisões	6.3.01.02.01	1913	109.417.900,00
FGTS Multa Rescisões	6.3.01.03.04	1916	20.194.120,00
Providência Social	6.3.01.04.01	1960	514.797.700,00
FGTS	6.3.01.04.02	1969	156.119.970,00
Outras Despesas	6.3.01.04.03	1970	237.611.500,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			10.420.900,00
Eleitorais, Advocacia	6.3.02.01.01	2020	6.548.000,00
Eleitorais de Consultoria	6.3.02.01.03	2040	40.102.000,00
Aluguel	6.3.03.01.01	2080	39.872.100,00
Luz	6.3.03.01.08	2094	237.260.700,00
Material de Uso Comum	6.3.03.02.04	43	1.584.590,00
Despesas de Associações e Sindicatos	6.3.03.02.05	2131	719.400,00
Despesas Diversas	6.3.03.02.06	2172	100.207.600,00
Contribuintes	6.3.03.03.04	2180	7.391.723.500,00
Telefone e Teletrans	6.3.03.04.02	2190	1.295.000,00

Sint as penas de lei, pedaremos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Rio de Janeiro - Ma. 11 de dezembro 2003

GERSON DE SOUSA
KYT-3968067948

VERSION DE COLINA KYT
Administrador:
CIV 366 00075408

JOAO JOSE SILVA DE
SOLZ:R:77294009368

DAVID JOSE BLUM DE WOLFF
Cristian
OPHTHALMOLOGIST DR. WOLFF
WOLFF OPHTHALMOLOGY PLLC

CNPJ: 08.078854/0001-0000 FOLIO 173A		ORÇ. CUSTABILIDADE 173A	
CNPJ DO DELEGADO: N°	Nº: 31074254	Data: 04/01/2018	
FILIA: SANTA HELENA, RN	PRODUTOS	Unidade de Maratão	MA
Comunicação de Resultado de Concurso em:	30/10/2017		

Descrição	Classificação	Costa	Exercício Atual
Depreciações	4.5.05.07.01	2245	858.916,88D
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS			40.797,44D
IPVA	4.4.01.00.01	2571	19.752,12D
ICMS	4.4.01.00.04	2576	22.016,52D
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			9.848.038,64D
Emprestimos Bancários	4.5.03.01.02	2516	1.887.492,08D
Juros	4.5.04.01.01	2555	18.413,72D
Despesas Bancárias	4.5.04.01.05	2130	44.973,78D
Custos Despesas Financeiras	4.5.04.01.06	13046	7.895.623,10D
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	3688	1.515,84D
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			6,08C
RECEITAS FINANCEIRAS			6.087,26C
Realização das Aplicações Financeiras	3.5.02.05.01	3610	6.087,26C
(=) RESULTADO ANTES DO IR E CS			2.556.994,29C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUCRO			5.125.849,28D
IRPJ	4.6.02.01.02	2381	2.022.586,68D
CSSL	4.6.02.01.03	2382	1.103.242,60D
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			748.853,33C

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
 Ilipa do Maranhão - Ma, 31 de dezembro 2023

GERSON DE SOUSA
KYT:39668967968

GERSON DE SOUSA KIT
Administrator
CFF-306 440 170498

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA:77294009368

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF 070.940.014-88 - OAB 109465-7



<https://doi.org/10.3390/med5040057>
<https://www.mdpi.com/journal/med>
 Article published in the open access journal *Medicine*

Natl. 150075407 - Page 13



Univ. de document: 2550254339400013940147
<https://pda.unl.pt/43/jsp/ProcessConsultaDocumentoServlet?docId=2550254339400013940147>
 Análise documentária por: PEDRO PONSECA SANTOS LINDR - 3015025 214737

Núm. 15075437 - Pág. 14

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

ARCA-BIS AGROFOPACOSTA LTDA	CNPJ 07.161.988/00-00		NRE 210674324 Data 04/04/2005		OUTRO CONTABILIDADE LTDA	
PAZ SANTA / BELUNA S/S LOTE 01 BELUNA (13.841.142)	5200000	Região Nordeste	MA	Distrito	Folha 1	

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Almô	1	76.110.712,93
Credenci	11	13.883.821,59
Dispositiv	11.01	71.639.871,08
Yamato em sala	11.01.01	77.354,78
Casa (2)	11.01.01.01	75.052,70
Ramo conta fechada	11.01.02	*****97,00
Ramo Indutor S/A (2)	11.01.02.02	1.000
Ramo Ind. S/A (24)	11.01.02.04	19.000
Ramo Selsis S/A (100%)	11.01.02.13	70.000,00
Aplicação	11.01.03	71.547.628,33
Aplicação Ramo de Navegação (17)	11.01.03.04	64.541,70
Aplicação Produção Invest Fianç (120)	11.01.03.06	104.944,40
Aplicação Ramo Selsis (100%)	11.01.03.07	11.000,00
Aplicação Ramo Ind. S/A (100%)	11.01.03.08	2.404,120
Aplicação Ramo de Invest Fianç Fianç (100%)	11.01.03.09	1.233.308,70
Classe	11.04	15.647.894,68
Restituição Prémio Fianç e Juro	11.04.01	15.647.894,68
Classe-Divisa PS	11.04.01.01	15.647.894,68
Título e Recibo	11.06	71.548.000,00
Título e Recibo	11.06.01	71.548.000,00
Empreitada e Recibo (1772)	11.06.01.01	1.548.000,00
Crédito a receber	11.07	*****45.712,78
ICBIL e Comprom (21)	11.07.06	44.998,00
ICBIL Comprom (901)	11.07.06.01	44.998,00

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e são responsáveis por todos os dados aqui fornecidos. - Ma. 11 de Dezembro de 2023

GERSON DE SOUSA
NYT-39668967968

DERSON DE SOUTHEY
Administrador
(781) 346-6754

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA:772940898

JOSÉ JOSÉ SILVA DE SOUZA
Comendador
CNPJ 02.941.195-48 CRL 89945-0
RJ

ARTO-DES AGROSLVOPASTORIL LTDA		CNPJ: 07.311.200/00-91		NIRE: 23.074.854-DA (DA 00012085)		GREGO (CONTABILIDADE) LTDA	
FAZ SANTA HELENA, S/N LOTE 11, ZEREA 12 KM 142		6550000		Temp de Mercado		Ata	
						Outros	
						Folha	
Balanco Patrimonial de 01/01/2013 até 31/12/2013							

Descrição	Classificação	Exercício Anterior
CSL à empresas (1544)	1.1.07.06	280,70
Empreite	1.1.00	***23.618,05
Mercadoria para Revenda	1.1.00.01	**1.513,18
Mercadoria Tributada (205)	1.1.00.01.07	1.513,18
Relativos	1.1.00.02	****77.956,00
Notas de 11 a 24 meses (2230)	1.1.00.02.04	534.250,00
Cade de imposto (2300)	1.1.00.02.05	211.706,00
Ativo Não Circulante	1.2	**7.138,91
Imobilizado	1.2.01	**5.877.368,63
Intangível	1.2.01.01	**14.687.568,00
Terms (442)	1.2.01.01.01	10.047.568,00
Máquina e equipamento	1.2.01.02	**6.551.013,60
Máquina e equipamento (478)	1.2.01.02.01	36.551.013,60
Intelectual	1.2.01.03	****4.575,00
Equipamento de Processamento - Hardware (488)	1.2.01.04.01	1.575,00
Nível e estrutura	1.2.01.05	****50.040,50
Móveis e Utensílios (490)	1.2.01.05.01	50.040,50
Veículo	1.2.01.06	****81.575,60
Veículo (501)	1.2.01.06.01	81.575,60
Depreciação acumulada	1.2.04	**4.627.458,99
Depreciação acumulada Imobilizado	1.2.04.01	**4.627.458,99
(-) Depreciação Acum. Apq. Máquina e Equipamen (5)	1.2.04.01.03	4.547.538,54
(-) Depreciação Acum. Apq. Hardware (78)	1.2.04.01.04	357,50
(-) Depreciação Acum. Apq. Móveis e Utensílios (79)	1.2.04.01.05	53.000,00

Declara, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e se responsabiliza por tudo o que
Rings do Maratão - Vol. 31 de Dezembro de 2003

GERSON DE SOUSA Assinado de forma digital
por GERSON DE SOUSA
KYT:39668967968

GERSON DE SOUSA KYE
Administrador
(11) 346-8915/8944

JOAO JOSE SILVA DE ASSINADO DE FORMA DIGITAL
SOUZA:7729400936 por JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA:7729400936

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.948.954-08 CRE: 009434-0
RG:



Nome do documento: 2500254234400001548111
 http://pqi.pqi.br/42344/Processo/Consultas/documentos.aspx?pc=2500254234400001548111
 Assinatura eletrônica por: PEDRO FERNANDA SANTOS JARDIM - 2500254234400001548111

Num. 190279427 - Pág. 15



When it documents 2583234224430003942 M:
<https://one.jax.or.id/jsp/ProcessConsultaDocumentoServlet?cd=2583234224430003942> M:
 Asuransi dokumentasi per PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30/05/2015 13:41:02

Num. 15025407 - Pagine 18

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

ARCO-BUS AGRONOMA POPULTEIRA LTDA			NOME: J. CONTABILIDADE LTDA		
CNPJ: 07.111.000/0001-70			CNPJ: 07.111.000/0001-70		
FAZ. SANTA HELENA S/N LOTE 11 C/GRUPO 11			Rua de Maracá		
00000000			MA		
Relatório Período de 01/01/2023 até 31/12/2023			Data: 1		
Descrição			Classificação		Exercício Anual
1) Depreciação Acum. Equip. Veículos (90)			1.244.00		255.106,45

ARCO-BUS AGRONOMA POPULTEIRA LTDA		NOME: J. CONTABILIDADE LTDA		CNPJ: 07.111.000/0001-70	
FAZ. SANTA HELENA S/N LOTE 11 C/GRUPO 11		00000000		Rua de Maracá	
Relatório Período de 01/01/2023 até 31/12/2023				MA	
Data: 1				Folha: 1	
Descrição	Classificação	Exercício Anual			
Passivo	1	VALORES DE PASSIVO			
Capital	21	CAPITAL			
Reserva	21.01	RESERVA			
Reserva Técnica	21.01.01	RESERVA TÉCNICA			
DEPRECAÇÃO ACUMULADA DE EQUIPAMENTOS	21.01.01.01	6.120,10			
DEPRECAÇÃO ACUMULADA DE IMÓVEIS	21.01.01.02	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (01)	21.01.01.03	30.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (02)	21.01.01.04	24.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (03)	21.01.01.05	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (04)	21.01.01.06	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (05)	21.01.01.07	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (06)	21.01.01.08	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (07)	21.01.01.09	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (08)	21.01.01.10	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (09)	21.01.01.11	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (10)	21.01.01.12	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (11)	21.01.01.13	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (12)	21.01.01.14	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (13)	21.01.01.15	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (14)	21.01.01.16	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (15)	21.01.01.17	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (16)	21.01.01.18	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (17)	21.01.01.19	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (18)	21.01.01.20	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (19)	21.01.01.21	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (20)	21.01.01.22	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (21)	21.01.01.23	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (22)	21.01.01.24	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (23)	21.01.01.25	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (24)	21.01.01.26	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (25)	21.01.01.27	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (26)	21.01.01.28	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (27)	21.01.01.29	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (28)	21.01.01.30	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (29)	21.01.01.31	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (30)	21.01.01.32	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (31)	21.01.01.33	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (32)	21.01.01.34	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (33)	21.01.01.35	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (34)	21.01.01.36	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (35)	21.01.01.37	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (36)	21.01.01.38	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (37)	21.01.01.39	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (38)	21.01.01.40	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (39)	21.01.01.41	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (40)	21.01.01.42	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (41)	21.01.01.43	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (42)	21.01.01.44	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (43)	21.01.01.45	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (44)	21.01.01.46	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (45)	21.01.01.47	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (46)	21.01.01.48	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (47)	21.01.01.49	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (48)	21.01.01.50	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (49)	21.01.01.51	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (50)	21.01.01.52	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (51)	21.01.01.53	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (52)	21.01.01.54	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (53)	21.01.01.55	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (54)	21.01.01.56	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (55)	21.01.01.57	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (56)	21.01.01.58	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (57)	21.01.01.59	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (58)	21.01.01.60	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (59)	21.01.01.61	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (60)	21.01.01.62	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (61)	21.01.01.63	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (62)	21.01.01.64	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (63)	21.01.01.65	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (64)	21.01.01.66	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (65)	21.01.01.67	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (66)	21.01.01.68	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (67)	21.01.01.69	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (68)	21.01.01.70	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (69)	21.01.01.71	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (70)	21.01.01.72	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (71)	21.01.01.73	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (72)	21.01.01.74	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (73)	21.01.01.75	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (74)	21.01.01.76	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (75)	21.01.01.77	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (76)	21.01.01.78	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (77)	21.01.01.79	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (78)	21.01.01.80	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (79)	21.01.01.81	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (80)	21.01.01.82	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (81)	21.01.01.83	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (82)	21.01.01.84	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (83)	21.01.01.85	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (84)	21.01.01.86	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (85)	21.01.01.87	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (86)	21.01.01.88	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (87)	21.01.01.89	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (88)	21.01.01.90	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (89)	21.01.01.91	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (90)	21.01.01.92	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (91)	21.01.01.93	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (92)	21.01.01.94	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (93)	21.01.01.95	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (94)	21.01.01.96	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (95)	21.01.01.97	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (96)	21.01.01.98	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (97)	21.01.01.99	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (98)	21.01.02.01	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (99)	21.01.02.02	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (100)	21.01.02.03	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (101)	21.01.02.04	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (102)	21.01.02.05	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (103)	21.01.02.06	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (104)	21.01.02.07	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (105)	21.01.02.08	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (106)	21.01.02.09	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (107)	21.01.02.10	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (108)	21.01.02.11	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (109)	21.01.02.12	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (110)	21.01.02.13	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (111)	21.01.02.14	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (112)	21.01.02.15	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (113)	21.01.02.16	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (114)	21.01.02.17	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (115)	21.01.02.18	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (116)	21.01.02.19	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (117)	21.01.02.20	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (118)	21.01.02.21	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (119)	21.01.02.22	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (120)	21.01.02.23	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (121)	21.01.02.24	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (122)	21.01.02.25	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (123)	21.01.02.26	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (124)	21.01.02.27	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (125)	21.01.02.28	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (126)	21.01.02.29	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (127)	21.01.02.30	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (128)	21.01.02.31	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (129)	21.01.02.32	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (130)	21.01.02.33	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (131)	21.01.02.34	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (132)	21.01.02.35	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (133)	21.01.02.36	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (134)	21.01.02.37	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (135)	21.01.02.38	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (136)	21.01.02.39	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (137)	21.01.02.40	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (138)	21.01.02.41	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (139)	21.01.02.42	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (140)	21.01.02.43	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (141)	21.01.02.44	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (142)	21.01.02.45	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (143)	21.01.02.46	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (144)	21.01.02.47	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (145)	21.01.02.48	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (146)	21.01.02.49	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (147)	21.01.02.50	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (148)	21.01.02.51	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (149)	21.01.02.52	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (150)	21.01.02.53	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (151)	21.01.02.54	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (152)	21.01.02.55	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (153)	21.01.02.56	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (154)	21.01.02.57	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (155)	21.01.02.58	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (156)	21.01.02.59	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (157)	21.01.02.60	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (158)	21.01.02.61	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (159)	21.01.02.62	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (160)	21.01.02.63	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (161)	21.01.02.64	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (162)	21.01.02.65	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (163)	21.01.02.66	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (164)	21.01.02.67	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (165)	21.01.02.68	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (166)	21.01.02.69	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (167)	21.01.02.70	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (168)	21.01.02.71	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (169)	21.01.02.72	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (170)	21.01.02.73	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (171)	21.01.02.74	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (172)	21.01.02.75	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (173)	21.01.02.76	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (174)	21.01.02.77	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (175)	21.01.02.78	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (176)	21.01.02.79	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (177)	21.01.02.80	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (178)	21.01.02.81	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (179)	21.01.02.82	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (180)	21.01.02.83	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (181)	21.01.02.84	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (182)	21.01.02.85	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (183)	21.01.02.86	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (184)	21.01.02.87	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (185)	21.01.02.88	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (186)	21.01.02.89	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (187)	21.01.02.90	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (188)	21.01.02.91	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (189)	21.01.02.92	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (190)	21.01.02.93	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (191)	21.01.02.94	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (192)	21.01.02.95	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (193)	21.01.02.96	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (194)	21.01.02.97	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (195)	21.01.02.98	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (196)	21.01.02.99	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (197)	21.01.03.01	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (198)	21.01.03.02	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (199)	21.01.03.03	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (200)	21.01.03.04	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (201)	21.01.03.05	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (202)	21.01.03.06	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (203)	21.01.03.07	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (204)	21.01.03.08	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (205)	21.01.03.09	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (206)	21.01.03.10	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (207)	21.01.03.11	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (208)	21.01.03.12	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (209)	21.01.03.13	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (210)	21.01.03.14	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (211)	21.01.03.15	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (212)	21.01.03.16	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (213)	21.01.03.17	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (214)	21.01.03.18	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (215)	21.01.03.19	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (216)	21.01.03.20	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (217)	21.01.03.21	14.000,00			
MAQUILAGEM COMERCIAL LTDA (218)	21.01.03.22	14.000			

ARCO-IRIS ACQUEDOTTI SOSTITUTI, LTDA		C/TEC. CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ: 07.181.500/00-70	NOME: 13/08/2024 Data: 06/08/2025		
FAZ SANTA HELENA S/ILITE II (GLBA) (LACM) 022	0259900	Estado de Mato Grosso do Sul	
		Município	
		Distrito	
		Folha: 1	
Relatório Gerado em: 06/08/2025 às 11:12:03			

Descrição	Classificação	Exercício Real
GRUPO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	21.00.00.00	7.900,00
INDUSTRIAS VIDRARIAS INDUSTRIAS LTDA	21.00.00.00	7.500,00
INTERACONSULING E PÓS LTDA (148)	21.00.00.00	12.000,00
JOELHAS DO R. SANTOS - COMERCIO (477)	21.00.00.00	0.713,00
Kingdon Têx (1670)	21.00.00.00	30.450,00
Larousse Magazine Ltda (917)	21.00.00.00	77.602,25
LIMBERIA - LIMBERIA LTDA (142)	21.00.00.00	34.800,00
MARABÁ DO SUL, AUTO INDUTAL LTDA (804)	21.00.00.00	0,00
MARDESA VEÍCULOS SA (1477)	21.00.00.00	0.251,94
MEDIA SUTOCAL SACHS ANIMAL LTDA (11)	21.00.00.00	90.77,00
NOVA LIG WINT. ELETRON LTDA ME (170)	21.00.00.00	7.403,00
PRIMA AGRO LTDA (1007)	21.00.00.00	70.143,00
PRIMA AGRO LTDA E PECUARIA LTDA (912)	21.00.00.00	1.200,00
PRIMA PRODOTOS AGROPECUARIOS LTDA (5)	21.00.00.00	30.200,00
PRIMA PRODOTOS AGROPECUARIOS E LOG	21.00.00.00	0.452,00
RENOVADORA DE PAIS BRASIL LTDA (1670)	21.00.00.00	1.200,00
SOLICAO RURAL LTDA (196)	21.00.00.00	1.407.700,00
TACANTAS AUTO TINTAS LTDA (99)	21.00.00.00	0.550,00
TACANTAS BOMBAS LTDA (148)	21.00.00.00	30.200,00
W MACHADO MONTAGEM E MANUTENCAO DE F	21.00.00.00	1.050,00
Tributos e Contribuições	21.00	11.294.000,00
Tributos e Contribuições	21.00.00	11.294.000,00
ISS (148) e (91)	21.00.00.00	14.550,00
PIS e Cofins (91)	21.00.00.00	17.213,00

Declara, sob a pena da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e são responsáveis por todos os fatos da Notícia da Morte - Ma. 11 de Dezembro de 2013

GERSON DE SOUSA Assinado de forma digital
por GERSON DE SOUSA
XVT:39668967968

GERSON DE SOUSA KYE
Administrador
CPF: 046.480.674-48

JOAO JOSE SILVA DE
SILVEIRA 77254009348

RODRIGO SILVA DE SOUZA
Contador
CNPJ: 07.729.895-48 ERE: 0040540
RG:

Declaramos ser a prova da lei, que a informacion aqui vertida, é verdadeira e se responsabiliza por toda sua
Firma do Mandado - M. 11 de Dezembro de 2003

GERSON DE
SOLSA
KYT-39608967968

Gerson de Sousa RYT
Administrador
CPF: 216.916.674-48

JOÃO JOSÉ SILVA DE
SOUZA 772940956

JOÃO ROSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 71.948.893-48 (RG: 000004-8)
RJ



Número de documento: 355035432-040300 (24/11)
[https://pse.fonasa.cl/Objetos/ConsultarDocumento?idDocumento=355035432-040300 \(24/11\)](https://pse.fonasa.cl/Objetos/ConsultarDocumento?idDocumento=355035432-040300 (24/11))
 Anexo al documento de: RENO FUMAGALLI SANCHEZ, J. NIS - 3000100 30-07-11

Núm. 150275427 - Pág. 16



Nome do documento: 200303423-0400001244141
<https://pau.br/4236ProcessoConsulDocumentoAtivo.aspx?c=0303423420400001244141>
 Assunto: Atividade em: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - INSP0000 0141 02

Num. 150275427 - P. 40

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

**6.1.2 ARCO-ÍRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA (CNPJ: 07.181.330/0001-70
(DRE e BALANÇO PATRIMONIAL) E EXERCÍCIO 2024**

AGROPECUARIA AGRICOLA VAPORARIUM LTDA CNPJ: 07.161.339/0001-70 Fica Santa Helena, s/n, Lote 11, Vila do Sol, MS		NIRE: 21306742/4 Data: 04/12/2004 0100000		DISTRIC. CONTABILIDADE LTDA Ingo de Marcellino MA Data: / /	
--	--	--	--	---	--

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo	1	78.686.925,000
Circulante	1.1	75.646.873,70
Disponível	1.1.01	4.255.126,960
Transferências em caixa	1.1.01.01	24.867,960
Caixa (2)	1.1.01.01.01	34.880,000
Banco conta movimento	1.1.01.02	2.877,960
Banco Bradesco S/A (12)	1.1.01.02.02	30.811,040
Banco Itaú S/A (14)	1.1.01.02.04	19.000,000
Banco Sula S/A (1807)	1.1.01.02.13	67,960
Apliquêdo	1.1.01.03	4.589.628,000
Apliquêdo Banco de Nordeste (1)	1.1.01.03.04	109.493,700
Apliquêdo Bradesco Invest Fidej (1.1229)	1.1.01.03.06	4.268,670
Apliquêdo Banco Sula (1.1497)	1.1.01.03.07	19.000,000
Apliquêdo Banco Itaú S/A (1.1807)	1.1.01.03.09	2.426,120
Apliquêdo Banco de Brasil Fundo Fidej (1.1336)	1.1.01.03.09	4.301.116,930
Clientes	1.1.04	26.732.257,000
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica	1.1.04.01	26.732.257,000
Clientes Descontos (6)	1.1.04.01.01	26.732.257,000
Títulos a Receber	1.1.06	1.148.998,000
Títulos a Receber	1.1.06.01	1.148.998,000
Impressoras a Receber (1.173)	1.1.06.01.03	1.148.998,000
Créditos a receber	1.1.07	-----96,700
REAF - Compensar (1.11)	1.1.07.08	49.910
CSLL - Compensar (1.246)	1.1.07.09	260,000

Desenho, sob a pena da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e se responsabiliza por todas elas.
 Hugo de Macedo - Ma. 11 de Dezembro de 2020

GERSON DE SOUSA
KNT-39668967968
KNT-39668967968

JOSÉ JOSÉ SILVA DE SOUZA 7729409526
Atividade de forma digital por JAC JCS SILVA DE SOUZA 7729409526
JOSÉ JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 77.294.094-40 CEC: 99485-0 (RJ)

ARCO-GRS AGRICULTOPOS DO LITORAL
 CNPJ: 07.013.090/0001-91
 RUA SANTA EULÉRIA S/N LOTE 01 C/EMA 12 KM 1402
 64998-000 Ilheus de Maracá MA
 Data: 04/04/2004
 Balanço Patrimonial de 30.06.2004 até 31.03.2004

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Autopneus	1.1.01	**2.184.942,73
Mercadorias para Revenda	1.1.01.01	**2.174.942,73
Mercadorias Telemática (20)	1.1.01.01.37	2.174.942,73
Rebentos	1.1.01.02	****11.949,69
Novilhas de 10 a 24 meses (1238)	1.1.01.02.34	16.238,00
Cada de segundo (1.100)	1.1.01.02.35	211.769,69
Ativo Não Circulante	1.2	**3.399.849,70
Imobilizado	1.2.01	**3.343.529,70
Imóveis	1.2.01.01	**1.647.568,80
Terras (445)	1.2.01.01.01	1.647.568,80
Veículos e equipamentos	1.2.01.02	**1.698.496,84
Máquinas e equipamentos (476)	1.2.01.02.01	17.408.699,84
Informática	1.2.01.04	****4.575,00
Equipamentos de Processamento - Hardware (38)	1.2.01.04.01	5.575,00
Móveis e utensílios	1.2.01.03	****30.849,50
Móveis e Utensílios (488)	1.2.01.03.01	30.849,50
Veículos	1.2.01.06	****91.572,48
Veículos (500)	1.2.01.06.01	91.572,48
Automação	1.2.01.08	**6.789.682,90
Automação (538)	1.2.01.08.01	6.789.682,90
Depreciação Acumulada	1.2.04	**5.044.679,96
Depreciação Acumulada Imobilizado	1.2.04.01	**5.044.679,96
1) Depreciação Acum. Veículos, Máquinas e Equipamentos	1.2.04.01.01	3.175.518,96
2) Depreciação Acum. Veículos, Máquinas e Equipamentos	1.2.04.01.04	636.000,00

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e responsabilidade por todas elas.
 Bruno de Menezes, Mo 11 de Dezembro de 2014

GERSON DE SOUSA
KYT: 39468967968

Assinado de forma digital por GERSON DE SOUSA
KYT: 39468967968

GERSON DE SOUSA KYT
Administrador
CPF: 794.488.474-02

Assinado de forma digital por JOAO JOSE SOUZA 7729400968

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 77.294.009-68 CRC: 00968-2/O-0



Nome do documento: 255032A22W4000012647141
<https://pau.gov.br/Arquivos/ConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=255032A22W4000012647141>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 2550326 154122

Mum. 150075427 - Pág. 3



Number do documento: 2005004229400001040110
<http://pjs.jus.br/447/pjsProcessoConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=00004229400001040110>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS LAMAR - JUIZ DE DIREITO

Num. 150215427 - Pag. 4

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

AJCS-RES AGRONômICA S/A		DREX CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 07.163.980/00-20	NIRE 12.082.425/4 Data 06/08/2005		
FAC SANTA HELENA S/N LOTE 01 OLIVEIRA II KM 141	6399000	Jangadeiro do Maranhão	MA
		Data:	Folha: 3
Balanco Patrimonial de 01/01/2007 até 31/12/2007			
Descrição	Classificação	Exercício Atual	
+(-)Depreciação Acum. Equip. Móveis e C/Imóveis (7%)	1.204.R.01	R\$ 348.740	
+(-)Depreciação Acum. Equip. Veículos (50)	1.204.R.06	R\$ 10.000	
+(-)Depreciação Acum. Equip. Arrendados (31%)	1.204.R.09	R\$ 742.000	

ARCOS-08 AGROPECUARIAS LTDA		ORÇ. CONTABILIZADO LTDA		
CNPJ Nº 08.30466-79	NIRE 12080924 Data 04/01/2005			
FAZ SANTA FELICIA S/N LOTE 01 ILIUSIA 12 KM 1412	42569001	Região de Matriz	Ata	Data Folia
Relatório Patrimonial de 31/03/2004 até 31/03/2004				
Descrição	Classificação	Exercício Atual		
Passivo	2	49.000.000,00		
Circulante	2.1	15.375.940,00		
Fornecedores	2.1.0	11.607.040,00		
Fornecedores Nacionais	2.1.0.0	11.607.040,00		
UNIPROCAL UNAS PISCAS LTDA (2002)	2.1.0.0.20	8.035,00		
SEURAL PISCAS LTDA (2000)	2.1.0.0.30	4.000,00		
MAQUETEX COMERCIAL LTDA (2000)	2.1.0.0.25	4.000,00		
WALTERSONY COMERCIAL LTDA (2001)	2.1.0.0.31	2.100,00		
AMANTAS DO BRASIL COM REPRESENTAÇÃO	2.1.0.0.30	10.290,00		
APR COMERCIO DE PRODUTOS LTDA (2001)	2.1.0.0.30	10.000,00		
Agropecuária Fomento Lda (2000)	2.1.0.0.30	14.435,00		
AGROPECUARIA FERREIRA LTDA (2002)	2.1.0.0.30	2.100,00		
A L BRAGA PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTO	2.1.0.0.30	4.054,00		
A PROLIFERAÇÃO TINTAS LTDA ME - LULA (10/03)	2.1.0.0.30	4.200,00		
BATES S.A. (2004)	2.1.0.0.30	1.911.700,00		
BR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.1.0.0.30	1.200,00		
CANAL COMERCIO DE MAQUINAS FERRAMENTAS	2.1.0.0.30	2.100,00		
CASA MONTEIRA AGROPECUARIA LTDA (2000)	2.1.0.0.30	1.000,00		
COMERCIAL MARCAJO CARVEDO LTDA (10/02)	2.1.0.0.30	40.700,00		
COMERCIAL MARCAJO CARVEDO LTDA (2002)	2.1.0.0.30	14.600,00		
COMERCIO DE PROD. MAQUINAS LTDA (04/01)	2.1.0.0.30	22.000,00		
COMERCIAL MATROCHA IM. EXP. LTDA (10/01)	2.1.0.0.30	17.000,00		
ORDEMUS EQUIPAMENTOS E PELA. ME (11)	2.1.0.0.30	16.675,00		
DISTRIBUIDORA DE LUBRICANTES ALCOVADA	2.1.0.0.30	1.000,00		

Declara, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verídicas e não representam período ou
 Níngia da Marinhão - M. 11 de Dezembro de 2014

GERSON DE SOUSA
KYT 39668967968

GERSON DE SOUSA KYT
Administrative
CIV-200-016-0260

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA-7729400936

JOÃO JOSÉ SILVA DE SILVA
Cidade
ESP/PT2346195-6A CBC 30485-0
NO

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verídicas e não responsáveis por todos os fatos.
 Thiago da Miranda - Ma. 11 de Dezembro de 2024

GERSON DE SOUSA
KYT 30469967068

GERSON DE SOUZA RYT
Administrador
(11) 3063-0948

JOAO JOSE SILVA DE ASSINADO DE FORMA DIGITAL
SOLIZA:7729400936 por JOAO JOSE SILVA DE
SOLIZA:7729400936

ROMA (IRE) 22.VIII.1962
Comandante
EPI. TIZIANO G. G. (EPI. 1940-1962)
RE



Number of documents: 255323423440001546141
<https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2015.01546.x>
 Accepted manuscript to be reviewed for publication: 2015/05/26 12:12

Num. 190275427 - Pág. 5



Arquivo eletrônico por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 10/03/2015 21:42:27

Mem. 1507540T-Page 6

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

AMCO-BUS AGRARIAS FORASTORIL LTDA		ORÇEO CONTÁBIL DE 2024		ORÇEO CONTÁBIL DE 2024	
CNPJ: 07.241.000/00-70	NIRE: 21.20740294 Data: 04/01/2024	0599000	Diogo de Menezes	MA	Diogo
Faz Santa Helena, S/N, Lote 11, Gleba 12, km 14,2					
Balanco Patrimonial de 01/01/2024 até 31/12/2024					

Descrição	Classificação	Exercício Atual
FERTILIZANTES TOCANTINS LTDA (094)	2.1.01.01.00	117.214,90C
FERTILIZANTES TOCANTINS LTDA (100)	2.1.01.01.00	5.684,37C
S.A. B. CONTROLE DE PRODUTOS AGRICOLAS	2.1.01.01.00	2.946,50C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	4.004,90C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	19.800,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	4.023,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	34.485,37C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	2.764,20C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	1.704,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	2.700.204,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	27.114,24C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	11.668,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	8.121,40C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	60,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	1.586,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	89.884,33C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	1.130,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	2.270,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	26.474,34C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	1.754,77C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	41.795,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	8.810,70C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	1.854.521,00C
INDUSTRIAS DE PRODUTOS AGRICOLAS EBTM	2.1.01.01.00	7.814,00C

AMCO-BUS AGRARIAS FORASTORIL LTDA		ORÇEO CONTÁBIL DE 2024		ORÇEO CONTÁBIL DE 2024	
CNPJ: 07.241.000/00-70	NIRE: 21.20740294 Data: 04/01/2024	0599000	Diogo de Menezes	MA	Diogo
Faz Santa Helena, S/N, Lote 11, Gleba 12, km 14,2					
Balanco Patrimonial de 01/01/2024 até 31/12/2024					

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Tributos e Contribuições	2.1.02	***425.944,00C
Tributos e Contribuições	2.1.02.00	***425.944,00C
IRPJ e Retenção (IRPJ)	2.1.02.00.01	117.047,00C
IRPJ e Retenção (IRPJ)	2.1.02.00.02	19.296,00C
IRPJ e Retenção (IRPJ)	2.1.02.00.04	6.454,40C
IRPJ e Retenção (IRPJ)	2.1.02.00.08	1.461.902,50C
IRPJ e Retenção (IRPJ)	2.1.02.00.09	786.951,00C
Prestações de Tributos e Contribuições	2.1.02.00	***425.944,00C
Prestações de Tributos e Contribuições (IRPJ)	2.1.02.00.01	117.047,00C
Obrigações com Pessoal	2.1.03	***264.227,00C
Salários	2.1.03.00	***264.227,00C
Salários e Pagos (Paga)	2.1.03.00.01	184.227,00C
Pagamentos Não Classificados	2.1	***825.134,70C
Emprestimos e Financiamentos e Pagos	2.2.01	***825.134,70C
Emprestimos	2.2.01.00	***425.944,00C
Emprestimos Bancos de Brasil (1148)	2.2.01.00.01	288.236,00C
Emprestimos Bancos Brasileiros (1149)	2.2.01.00.11	307.518,00C
Financiamentos	2.2.01.02	***425.944,00C
Outros Financiamentos (1147)	2.2.01.02.01	21.211.554,00C
Financiamentos Bancos Nacionais (1148)	2.2.01.02.08	18.467.071,34C
Participação Capital	2.3	***1.770.221,00C
Capital Social	2.3.01	***964.131,00C
Capital Social (1174)	2.3.01.00	394.518,00C
Reservas	2.3.02	***806.090,00C

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.
Diogo de Menezes - MA, 31 de Dezembro de 2024

GERSON DE SOUSA
Assinado de forma digital por GERSON DE SOUSA
CPF: 396.689.679-08
GERSON DE SOUSA RYT
Administrador
CPF: 396.689.679-08

JOAO JOSE SILVA DE SOUSA
Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUSA
CPF: 772.940.059-88
JOAO JOSE SILVA DE SOUSA
Contador
CPF: 772.940.059-88 CEC: 004464-0
RJ

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.
Diogo de Menezes - MA, 31 de Dezembro de 2024

GERSON DE SOUSA
Assinado de forma digital por GERSON DE SOUSA
CPF: 396.689.679-08
GERSON DE SOUSA RYT
Administrador
CPF: 396.689.679-08

JOAO JOSE SILVA DE SOUSA
Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUSA
CPF: 772.940.059-88
JOAO JOSE SILVA DE SOUSA
Contador
CPF: 772.940.059-88 CEC: 004464-0
RJ



Número do documento: 2502024254940000139487141
https://pje.trf4.jus.br/40399/Processo/ConsultaDocumentoBelView.aspx?ar=2502024254940000139487141
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 01053029.10.42.22

Núm. 150275427 - Pág. 7



Número do documento: 2502024254940000139487141
https://pje.trf4.jus.br/40399/Processo/ConsultaDocumentoBelView.aspx?ar=2502024254940000139487141
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 01053029.10.42.22

Núm. 150275427 - Pág. 8

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujuadvogado@hotmail.com
(098) 2222-0080
(098) 98229-9590
www.ejadvconsumjus.com.br

ABTO-RES AGRICULTURA LTDA		ORÇ. CONTABILIZADA LTDA	
CNPJ: 07.181.709/00-79	Nº: 1.208.4294 Data: 06/01/2024	CNPJ: 07.181.709/00-79	Nº: 1.208.4294 Data: 06/01/2024
FAT. SANTA HELENA S/N LOTE II OLIVEIRA II KM 10	0790000	FAT. SANTA HELENA, SN	0790000
	Estado de Maranhão		MA
			Diário: Folha: 1
Balanco Patrimonial de 01/01/2024 até 31/12/2024			
Descrição	Classificação	Exercício Atual	
Reserva de Lucros - Reserva Legal (125)	23.02.01	*15.760.893,40	
Reserva Legal (125)	23.02.01.01	15.760.893,40	
Reserva de Lucros a Realizar (126)	23.02.01.02	15.614.893,40	
Lucros/Prejuízos Acumulados no Resultado	23.01	*31.375.786,80	
Prejuízos Realizados Acumulados	23.01.01	*31.375.786,80	
Prejuízos Acumulados (134)	23.01.01.02	31.375.786,80	

ABTO-RES AGRICULTURA LTDA		ORÇ. CONTABILIZADA LTDA	
CNPJ: 07.181.709/00-79	Nº: 1.208.4294 Data: 06/01/2024	CNPJ: 07.181.709/00-79	Nº: 1.208.4294 Data: 06/01/2024
FAT. SANTA HELENA, SN	0790000	FAT. SANTA HELENA, SN	0790000
	Estado de Maranhão		MA
			Diário: 8
			Folha: 8
Descrição	Classificação	Código	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			74.254.473,40
Receita de Mercadorias	3.1.00.01.02	1429	74.018.838,40
Receita de Serviços	3.1.00.01.03	1430	235.635,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			674,20
Imposto sobre Circ. Mercadorias e Serviços - ICMS	3.2.00.01.03	1440	674,20
- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			74.254.473,40
(-) CUSTOS DIRETOS			72.159.548,14
Custos das Mercadorias Vendidas	4.1.00.01.01	1775	6.719.158,90
Salários e remunerações	4.1.00.01.04	1775	1.914.493,50
Custos com Locação e Manutenção	4.1.00.01.08	1812	47.157.057,70
Despesas com Aquisição	4.1.00.01.11	1819	14.150.000,00
(-) CUSTO PESSOAL APLICADO			1.152.130,00
13º Salário	4.3.00.02.04	1900	138.490,10
Férias	4.3.00.02.05	1905	115.000,50
Rescisões	4.3.00.03.01	1915	136.700,00
FGTS Multa Rescisória	4.3.00.03.04	1919	1.124,50
Previdência Social	4.3.00.04.01	1960	930.178,40
FGTS	4.3.00.04.02	1965	179.414,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			6.307.508,50
Honorários Advocatícios	4.3.02.01.01	2010	2.752,00
Honorários de Consultoria	4.3.02.01.03	2040	44.194,00
Aluguel	4.3.03.01.01	2080	53.405,00
Taxas Diversas	4.3.03.01.07	2110	149,90
Luz	4.3.03.01.08	2096	21.927,40
Material de Uso Comum	4.3.03.02.04	40	1.119.852,00
Despesas Diversas	4.3.03.02.06	2152	77.652,90
Combustível	4.3.03.03.04	2160	3.824.218,10
Telefone e Telegrafemas	4.3.03.04.02	2180	789,00
Depreciações	4.3.03.07.01	2345	1.046.619,90

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, não responsabilizando por todas elas.
Estado de Maranhão - MA, 31 de dezembro de 2024

GERSON DE SOUSA
Assinado de forma digital por GERSON DE SOUSA
CPF: 396.686.7968

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
CPF: 772.940.009.68

GERSON DE SOUSA KYT
Administrador
CPF: 396.686.7968

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.009.68
CRC: 000465-0

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras, não responsabilizando por todas elas.
Estado de Maranhão - MA, 31 de dezembro de 2024

GERSON DE SOUSA
Assinado de forma digital por GERSON DE SOUSA
CPF: 396.686.7968

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
CPF: 772.940.009.68

GERSON DE SOUSA KYT
Administrador
CPF: 396.686.7968

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.009.68
CRC: 000465-0
RG: 20.037.020.078-9



Número do documento: 255232342244000015847147
https://pca.brazil.gov.br/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=255232342244000015847147
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30/03/2025 10:42:11

Nº: 156275427 - Pág. 9



Número do documento: 255232342244000015847147
https://pca.brazil.gov.br/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=255232342244000015847147
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30/03/2025 10:42:11

Nº: 156275427 - Pág. 10

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
(098) 2222-0080
(098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

12319 - ARCCO-IRIS AGROSILVOPASTORIL LTDA	ORTEC CONTABILIDADE LTDA				
CNPJ: 07.181.330/0001-70	Nire: 21200748294	Data: 06/01/2005			Diário: 0
FAZ SANTA HELENA, SN	PERDIDOS	65939000	Itinga do Maranhão	MA	Folha: 9
Demonstração do Resultado do Exercício em	31/12/2024				

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS			0,00C
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			7.484.345,62D
Despesas com Encargos	4.5.03.01.04	11208	6.769.557,00D
Juros	4.5.04.01.01	2555	679.752,35D
Despesas Bancárias	4.5.04.01.05	2130	34.767,85D
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	2600	268,42D
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			0,00C
RECEITAS FINANCEIRAS			479,36C
Rendimento das Aplicações Financeiras	3.3.02.05.01	1610	479,36C
(=) RESULTADO ANTES DO IRE E CS			12.928.562,54D
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUCRO			2.261.395,96D
IRPJ	4.6.02.01.02	2381	1.461.992,50D
CSSL	4.6.02.01.03	2382	799.403,46D
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			15.189.958,50D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Itinga do Maranhão - Ma, 31 de dezembro 2024.

GERSON DE SOUSA Assinado de forma digital
por GERSON DE SOUSA
KYT:39668967968

GERSON DE SOUSA KYT
Administrador
CPF:396.689.679-68

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA:77294009368 Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA:77294009368

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF:772.940.093-68 CRC: 009405-O
RG:0336710320078 SESP/MA



Número do documento: 25053020422249400000139461141
<https://pje.jma.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumentoAtivView.seam?nd=25053020422249400000139461141>
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30/05/2025 20:42:22

Num. 150275427 - Pág. 11

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

6.1.3 Quadro comparativo e EXERCÍCIOS 2022/ 2023 e 2024

COMPARATIVO ARCO-ÍRIS 2022-2024					
CONTA	2022	2023	2024	Δ% 23/22	Δ% 24/23
Receita Líquida	65.755.585,29	101.956.676,63	74.254.673,49	55,10%	-27,20%
Custo (CPV/CSP)	15.317.140,41	78.065.320,94	72.159.549,14	409,70%	-7,60%
Lucro Bruto	50.438.444,88	23.891.355,69	2.095.124,35	-52,60%	-91,20%
Despesa Operacional	44.667.942,66	11.650.670,57	7.539.820,63	-73,90%	-35,30%
Despesa Não Operacional (Fin+Trib)	47.876,74	9.889.786,13	7.484.345,62	20556,80%	-24,30%
EBTIDA	6.427.934,67	13.079.602,00	-4.398.076,29	112,10%	144,50%
Caixa e Equivalentes	655.548,53	1.639.071,13	4.555.120,96	150,00%	177,90%
Imobilizado Líquido	14.114.154,19	27.339.910,63	33.959.849,78	93,70%	24,20%
Patrimônio Líquido	18.329.064,18	16.360.211,14	1.170.252,64	-10,70%	-92,80%
Lucratividade	5,7%	0,8%	-20,5%	-4,90%	19,70%
Solvência Geral (x)	1,71x	1,55x	1,01x	-9,40%	-34,80%
Endividamento Geral (x)	0,59x	0,65x	0,99x	10,20%	52,30%
Liquidez Geral (x)	1,16x	0,63x	0,52x	-45,70%	-17,50%
Liquidez Seca (x)	5,92x	2,31x	2,37x	-61,00%	2,60%

6.1.3.1 Detalhamento- quadro comparativo

Receita Líquida. 65,8 → 102,0 → 74,3 (+55,1% em 23/22; -27,2% em 24/23): forte expansão em 2023, seguida de retração relevante em 2024.


Custo (CPV/CSP). 15,3 → 78,1 → 72,2 (+409,7%; -7,6%): salto de custos em 2023 e leve alívio em 2024, ainda em patamar muito elevado.


Lucro Bruto. 50,4 → 23,9 → 2,1 (-52,6%; -91,2%): compressão severa da margem bruta, encerrando 2024 praticamente no zero operacional.

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Despesa Operacional. 44,7 → 11,7 → 7,5 (-73,9%; -35,3%): ajuste significativo da estrutura de despesas.

Despesa Não Operacional (Fin.+Trib.). 0,05 → 9,9 → 7,5 (↑ forte em 2023; queda em 2024): pressão extra-resultado (financeiro/tributário) ainda relevante.

EBITDA. 6,4 → 13,1 → -4,4 (+112,1%; -144,5%): reversão de sinal em 2024, refletindo custo alto e menor escala.

Caixa e Equivalentes. 0,7 → 1,6 → 4,6 (+150,0%; +177,9%): reforço de liquidez imediata.

Imobilizado Líquido. 14,1 → 27,3 → 34,0 (+93,7%; +24,2%): expansão do ativo imobilizado (capex/ativação).

Patrimônio Líquido. 18,3 → 16,4 → 1,17 (-10,7%; -92,8%): erosão patrimonial acentuada em 2024.

Lucratividade (margem líquida). 5,7% → 0,8% → -20,5%: virada para margem negativa em 2024, coerente com o EBITDA negativo do período.

Solvência Geral (x). 1,71 → 1,55 → 1,01: queda até o limiar de 1,0, indicando pouca folga de ativos para cobrir passivos totais.

Endividamento Geral (x). 0,59 → 0,65 → 0,99: alavancagem crescente, aproximando-se de 1,0 em 2024.

Liquidez Geral (x). 1,16 → 0,63 → 0,52: abaixo de 1 desde 2023; risco de cobertura do passivo exigível com o ativo realizável.

Liquidez Seca (x). 5,92 → 2,31 → 2,37: permanece >1 (colchão em ativos muito líquidos);

KMX AGRONEGÓCIO LTDA (CNPJ: 19.368.049/0001-20 (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL) EXERCÍCIO 2022

ACQUA ACQUEDOTTI ITALIA		GRUPPO CONTABILIZZAZIONE E SERVIZI	
CNP: 01364040000-20	Year: 2020/07/31	04/07/2021	
Indirizzo: 30133 S.S., viale Francesco Crispi, Zona Rurali (22142) 239-040		Data di Modifica: 000	
Riepilogo Patrimoniale del 04/07/2021 alla 11/23/2021		Stato: 1	Versione: 2
Descrizione	Conto	Esercizio Anni	
Ativo		99.001.333,20	
Creditore	1.1	9.176.425,100	
Impagati	1.101	99.14.204,100	
Finanziarie con conto	1.101.01	99.13.360,000	
Cassa (25)	1.101.01.01	21.340,000	
Appl. Imp.	1.101.01	99.13.000,000	
Appl. Imp. Stato del Nord (Rend. Fici) (3000)	1.101.01.01	20.000,000	
Chiese	1.101	99.10.000,000	
Individuazione Pross. Piacenza (Rend. Fici)	1.101.01	99.10.000,000	
Obbl. Imp. (Rend. Fici)	1.101.01.01	97.500,000	
Individuazione	1.101	99.000.000,000	
Individuazione Obbl. Imp.	1.101.01	99.000.000,000	
Individuazione per Distribuzione di Cassa (17)	1.101.01.01	1.000.000,000	
Titolo a Rend. Fici	1.101	99.1421.000,000	
Titolo a Rend. Fici	1.101.01	99.1421.000,000	
Impagati a Rend. Fici (1007)	1.101.01.01	1.421.000,000	
Impagati	1.101	99.140.000,000	
Impagati con conto	1.101.01	99.140.000,000	
Prodotto a Rend. Fici per Vendita (12)	1.101.01.01	440.000,000	
Ativo Non Classificato	1.2	99.141.700,000	
Individuazione	1.201	99.141.700,000	
Impagati	1.201.01	99.141.700,000	
Impagati (44)	1.201.01.01	60.000.000,000	
Impagati a Rend. Fici	1.201.01	99.141.700,000	

Notare: tutti gli anni di età, da 1 a 100, sono compresi. Gli esultanti e le meraviglie si vedono che

Ensayo de Simulación 35 de diciembre de 2022

EDUARDO
MACAGUAN 00162573000

EDWARD H. AGA
Associate
THE NEW YORK

JORDI JOSE SILVA DE
SOLAZ: 77294009508

JOHN RINE MELTZER, JR.
 Counsel
 CRITTELMANSON, INC. HONOLULU
 2615 KALANIANA'OLANI BLVD., 11TH FLOOR
 HONOLULU, HI 96813

LIVRE ACERVO GONÇALVES		ORTOCONTABILIDADE GONÇALVES	
CNPJ: 07.934.899/00-20	Nº: 212004748	04/2013	
Endereço: R. 303, 35, andar: Rua Santa Eulália, Zona Rural - CEP: 658-000-000		Página de Movimento: 161	
Intervalo Período: de 01/01/2012 até 31/12/2012		Data: 1 / Página: 1	
Descrição	Classificação	Exercício Anual	
Máquina e equipamentos (470)	1.210.00.01	27.587.286,40	
Informática	1.210.04	****14.523,649	
Equipamentos de Processamento – Hardware (480)	1.210.00.01	15.425,40	
Móveis e utensílios	1.210.06	****9.203,069	
Móveis e Utensílios (490)	1.210.00.01	9.200,00	
Veículos	1.210.08	****24.302,069	
Veículos (500)	1.210.00.01	474.302,00	
Outros imobilizações	1.210.09	****1.099,009	
Aquecedor Substituição (502)	1.210.00.01	1.099,00	
Depreciação acumulada	1.210	****1.000.428,00	
Depreciação Acumulada Imobilizável	1.210.11	****1.000.428,00	
(1) Depreciação Acum. Agn. Máquinas e Equipamentos (1)	1.210.00.01	1.700.000,00	
(2) Depreciação Acum. Agn. Hardware (2)	1.210.00.04	420,00	
(3) Depreciação Acum. Agn. Móveis e Utensílios (3)	1.210.00.01	844,00	
(4) Depreciação Acum. Agn. Veículos (4)	1.210.00.06	186.240,00	

De las actividades de la vida diaria, las actividades de la vida diaria de la persona con discapacidad intelectual son las que se refieren a las actividades que se realizan en el hogar y en la comunidad, y que son las que se refieren a las actividades que se realizan en el hogar y en la comunidad, y que son las que se refieren a las actividades que se realizan en el hogar y en la comunidad.

Received March 22, 2005; accepted May 10, 2005.

EDUARDO
MACAGNANREUTZON
E

ESR-10000 M.M. 10/14
 Adminstrator
 CPE - 10/14/10

JOSÉ JOSÉ SILVA DE
SOLDA: 77.940.0934

RODRIGO SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 72.940.93-08 ENE 0040
RUA CARLOS DE FREITAS, 100 - JARDIM
SANTO AMARANTE - SÃO PAULO - SP



<https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-2053242/v1>
<https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2021.04.07.21251111v1>
 bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/2021.04.07.21251111>; this version posted April 10, 2021. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.

Mem. 1907540T - Page 48



Autore del documento: PEDRO FONSECA DANTOS AMORIM - 906026 3542 22

Num. 15375477 - Pag. 47

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

KREDOBROGOCIO LTDA	CRTD CONTABILIDADE EIRELI ME
CNPJ 09.860.048/00-20	Nº 2.0384734 04/2001
Rua Nova BR 03, 35, s/n - Vila Pampas Estreia, Zona Rural	Rua de Maracá MA
Balanco Patrimonial de 01/01/2002 até 31/12/2002	Data: Folha: 1

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Passivo	2	98.65.31.532
Credores	2.1	94.29.49.532
Fornecedores	2.1.0	99.69.99.532
Passos Faltas ou Passos Jurídicos	2.1.0.0.0	99.69.99.532
CALCULO DO SISTEMA DE CALCULO LUTA JURIDICA	2.1.0.0.0.0	1.42.03.032
Lançamento Marginal Luta (LDR)	2.1.0.0.0.0.0	19.94.302
VOTACAO EM CREDITOS NO SA (11.09)	2.1.0.0.0.0.0	202.97.942
Tributos e Contribuições	2.1.0	9999.99.09.532
Tributos e Contribuições	2.1.0.0.0	9999.99.09.532
IRPJ e Recolher (IRPJ)	2.1.0.0.0.0.0	10.94.302
CST e Recolher (IRPJ)	2.1.0.0.0.0.0	90.20.232
PIS e Recolher (PIS)	2.1.0.0.0.0.0	20.94.402
COFINS e Recolher (COFINS)	2.1.0.0.0.0.0	7.94.302
IRRF e Folha e Recolher (IRRF)	2.1.0.0.0.1.1	5.20.302
Obrigações com Pessoal	2.1.0	9999.99.09.532
Salários	2.1.0.0.0	9999.99.09.532
Salários e Pagos (PAG)	2.1.0.0.0.0.0	20.94.402
Credores	2.1.0	99.99.09.09.532
Credores diversos	2.1.0.0.0	99.99.09.09.532
Credores - Passos Faltas e Jurídicos (PJF)	2.1.0.0.0.0.0	20.99.09.09.532
Passivo Não Circulante	2.2	94.29.49.09.532
Emprestimos e Financiamentos e Pagos	2.2.0	94.29.49.09.532
Emprestimos	2.2.0.0.0	99.99.09.09.532
Empréstimos Recuperação (RECU)	2.2.0.0.0.0.0	4.70.94.302

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e não transmitem erro por toda via.

EDUARDO MACAGNAN 12000 Inscricao de firma digital por EDUARDO MACAGNAN 12000
 MACAGNAN 12000
 Data: 2013.01.15 10:01:49
 EDUARDO MACAGNAN
 Administrador
 CPF: 067.928.736-0

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA 77294010 Inscricao de firma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA 77294010
 SOUZA 77294010
 Data: 2013.01.15 10:01:49
 JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
 Contador
 CPF: 077.641.858-6 CRC: 00461
 RUA JOSE DE SOUZA, 100
 80107-010 CURITIBA, PR

KMR AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ: 13.966.900/0001-20 Sit: 33084748 IN: 12300
 Avenida BR 010, 35, s/nº, Fátima Garcia, Cruz Alta - RS 95994-000 Estado do Rio Grande do Sul - RS
 Balanço Patrimonial de 31/12/2021 até 31/12/2022 Data: 31/12/2022

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Outros Emprestimos (13)	2.2.0.01.0	9.686.907,90
Emprestimos Banco de America SA (1307)	2.2.0.01.04	1.055.039,00
Emprestimos Itaú Unibanco S.A. (1302)	2.2.0.01.01	1.902.490,00
Emprestimos Banco do Brasil S.A. (1304)	2.2.0.01.06	1.155.397,00
Financiamentos	2.2.0.02	18.594.473,90
Outros Financiamentos (14)	2.2.0.02.05	4.055.564,00
Banco Jdta Chase S.A. (1397)	2.2.0.02.04	1.688.427,00
Banco Cempilar S.A. (1396)	2.2.0.02.07	768.87,00
Financiamento - Banco do Brasil S.A. (1370)	2.2.0.02.06	1.618.126,00
Banco CDB Industrial Capital S.A. (1371)	2.2.0.02.02	7.175.073,00
Participações Sociais	2.3	14.025.456,00
Capital Social	2.3.0	***12.000,00
Capital Social Integralizado	2.3.0.01	***12.000,00
Capital Social (17)	2.3.0.01.0	12.000,00
Reservas	2.3.02	25.290.055,00
Reserva de Lucros - Reserva Superavit	2.3.02.01	25.290.055,00
Reserva de Lucros - Reserva (124)	2.3.02.01.04	25.290.055,00
Provisões Obrigatórias acumuladas no Resultado	2.3.05	14.044.928,18
Provisões Obrigatórias acumuladas	2.3.05.01	14.044.928,18
Lucros Superavit Integralizados (125)	2.3.05.01.01	14.044.928,18

Declaram, sub jurământ, că toată informația este corectă, că redactarea este responsabilă pentru toate datele.

Diogo de Mendonça, 31 de dezembro de 2022.

EDUARDO MACAGNAN@UNICENTRO.RIO EDUARDO MACAGNAN Administrador CPF: 067.625.724-01	Assunto de Intermediária por CNPJ MACAGNAN@UNICENTRO.RIO CNPJ: 000.000.000-00 CNPJ: 000.000.000-00	JOAO JOSE SILVA DE CNPJ: 000.000.000-00 Assunto de Intermediária por CNPJ CNPJ: 000.000.000-00 CNPJ: 000.000.000-00
---	--	--



Nome do documento: 2025004204400001364741
<https://ppl.us/3r447jg> Processo Consultivo em Defesa da Lei nº 13.257/2014 (2025004204400001364741)
 Assinatura eletrônica por: FIDEL FONSECA SILVA JUNIOR - 2025003 25-02-25

Mem. 15075427 - Page 48



Nimen ja dokumentti: E000294259400021940141
<https://pa.ja.fi/141/tj/Prosessi/Consultations/infView.aspx?id=E000294259400021940141>
 Luotettu tietokoneella: 07/02/2024 08:02:34 - 07/02/2024 08:02:34

Num. 150775477 - Pag. 48

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

EMP. - ADM. AGRICOLA LTDA		DRETC CONTABILIDADE EIRELI ME			
CNPJ 15.344.440/0001-20	Nº: 22084734	Data: 04/12/2021	ZONA RURAL	0999000	Tempo de Mensal: MA
RUA BR 101 SETOR FAZENDA ESTRELA DA					Folha: 5
Demonstração de Resultado do Exercício em 31.12.2021					

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			67.910.85,92
Receita de Mercadorias	3.1.01.01.02	3420	67.851.728,73C
Bonificação	3.1.01.01.03	3521	58.557,13C
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			11.287,82D
Imposto sobre Com. Mercadorias e Serviços -	3.2.01.01.03	3445	11.287,82D
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			67.898.798,82C
(-) CUSTOS DIRETOS			2.318.366,81D
Mercadorias Tributadas	4.1.01.01.01	3725	1.907.669,38D
Salários e ordenados	4.1.01.01.01	3755	410.413,54D
(-) CUSTOS INDIRETOS			0,00C
(-) CUSTO PESSOAL APLICADO			30.716,34D
13º Salário	4.3.01.02.04	3900	18.822,00D
Férias	4.3.01.02.05	3902	10.790,12D
Aviso Prévio	4.3.01.03.01	3925	94.812,79D
Previdência Social	4.3.01.04.01	3960	136.758,11D
FGTS	4.3.01.04.02	3965	15.538,41D
FGTS Multa Rescisória	4.3.01.04.04	3968	12.154,82D
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			48.548.470,61D
Honorários de Consultoria	4.3.02.01.03	3240	34.992,00D
Aluguel	4.3.03.01.01	3380	14.764,41D
Despesas Diversas	4.3.03.01.07	3110	11.535.511,82D
Luz	4.3.03.01.12	3306	5.254,96D
Material de Consumo	4.3.03.02.07	3138	32.829.688,91D
Combustível	4.3.03.03.04	3140	3.909.492,80D
Telefone e Telegramas	4.3.03.04.02	3180	309,04D
Internet	4.3.03.04.04	3124	290,80D
Despesa com locação de veículo	4.3.03.05.04	3100	76.740,70D
Outras Despesas e Seguros	4.3.03.06.05	2225	12.554,81D

Subscrevo as informações aqui contidas sob as penas da lei, declarando que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

Ilhéus do Maranhão, 31 de dezembro de 2021.

EDUARDO
MACANHAN DE SOUZA
Administrador
CPF: 007.829.720-00

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 072.840.081-48 - CRC: 008405
RG: 033671033079 - SSP/MA

EMP. - ADM. AGRICOLA LTDA		DRETC CONTABILIDADE EIRELI ME			
CNPJ 15.344.440/0001-20	Nº: 22084734	Data: 04/12/2021	ZONA RURAL	0999000	Tempo de Mensal: MA
RUA BR 101 SETOR FAZENDA ESTRELA DA					Folha: 6
Demonstração de Resultado do Exercício em 31.12.2021					

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Depreciações	4.5.03.07.01	2345	1.373.247,05D
Associações e Sindicatos	4.5.05.04.04	2356	1.485,42D
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS			23.109,98D
ITBI	4.4.01.01.11	1856	23.109,98D
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			58.293,59D
Despesas Bancárias	4.5.01.01.03	2130	10.952,60D
Juros/Atualizações	4.5.04.01.01	2615	37.241,40D
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	2600	10.099,59D
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			0,00C
RECEITAS FINANCEIRAS			40.340,62C
Outras Receitas	3.3.02.05.03	1620	40.340,62C
(=) RESULTADO ANTES DO IRE E CS			16.681.442,59C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUC			2.668.522,48D
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.6.02.01.01	2715	1.335.721,70D
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - C	4.6.02.01.02	2730	712.798,67D
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			14.012.920,11C

Subscrevo as informações aqui contidas sob as penas da lei, declarando que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

Ilhéus do Maranhão, 31 de dezembro de 2021.

EDUARDO
MACANHAN DE SOUZA
Administrador
CPF: 007.829.720-00

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 072.840.081-48 - CRC: 008405
RG: 033671033079 - SSP/MA



Número do documento: 25030324224400010840141
https://pje.trf4.jus.br/43/pje/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado?processo=25030324224400010840141
Assinado eletronicamente por PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 20210223.10:42:22

Núm. 150275427 - Pág. 50



Número do documento: 25030324224400010840141
https://pje.trf4.jus.br/43/pje/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado?processo=25030324224400010840141
Assinado eletronicamente por PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 20210223.10:42:22

Núm. 150275427 - Pág. 51

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
(098) 2222-0080
(098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

6.2.1 KMX AGRONEGÓCIO LTDA (CNPJ: 19.368.049/0001-20 (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL) E EXERCÍCIO 2023.

EMP. AGRUPADO LTDA		NRE: 2.0006759 Data: 04/12/2017		ORÇ. CONSOLIDADA LTDA	
CNPJ: 16.360.849/0001-20		00000000		000	
Endereço: BR-010, S/N, Centro Financeiro, CEP:05554-000		Cidade: São Paulo		UF: SP	
Data: 01/12/2017		Data: 01/12/2017		Folha: 1	
Balancete Patrimonial de 01/12/2017 até 11/12/2017					
Descrição	Classificação	Exercício Atual			
Ativo	1	16.763.309,05			
Circulante	1.1	12.575.930,00			
Disponível	1.1.01	*****62.395,03			
Reservas em caixa	1.1.01.01	*****3.303,00			
Caixa (CF)	1.1.01.01.01	3.303,00			
Aplicações	1.1.01.02	*****1.280.240			
Aplicações Banc. Interbanc. - Contas Imprescrit. (CF)	1.1.01.02.01	7.300,00			
Clientes	1.1.01.03	*****58.122,63			
Realizáveis: Prémio Físico e Acertado	1.1.01.03.01	*****58.122,63			
Duplicatas a receber (CF)	1.1.01.03.01.01	58.122,63			
Acréscimos	1.1.01.04	*****1.048.000,00			
Acréscimos: Reservas	1.1.01.04.01	*****1.048.000,00			
Acréscimos para Distribuição de Lucros (CF)	1.1.01.04.01.01	1.048.000,00			
Empréstos	1.1.01.05	*****29.442.200			
Empréstos em trânsito	1.1.01.05.01	*****58.642,20			
Prestitos e Mercadorias para Venda (CF)	1.1.01.05.01.01	29.442,20			
Ativo Não Circulante	1.2	4.187.378,95			
Indisponível	1.2.01	16.763.309,05			
Imobiliz.	1.2.01.01	16.816.330,23			
Terrenos (CF)	1.2.01.01.01	76.012,31			
Máquinas e equipamentos	1.2.01.01.02	54.672.386,90			
Máquinas e equipamentos (CF)	1.2.01.01.02.01	54.672.386,90			
Intangíveis	1.2.01.02	*****1.876,66			
Exercícios em Processamento - Balancete (CF)	1.2.01.02.01	1.876,66			

[illegible]

Declaram, amb totes les paraules de la llei, que la informació que aquí contem és veritable i no responem cap responsabilitat per tota altra informació de qualsevol tipus.
Firma de l'Alcalde - Dña. T. de Domènec de 30/12

EDUARDO
MACAGNAN 0678
2672006

Acreditado de forma
Digital por **EDUARDO**
MACAGNAN 007626738
00

ESMER MACAGNAN
Administrador
C79-00-028-724-00

JOMO JOSE SILVA DE SOUZA/7729400936
B

Declara, sub la pede de lei, pe se înfruntare cu conștiința, că informațiile și nu se repetă în nici un fel.

EDUARDO
MACAGNAN 0078
2872000

Asistente de forma
digital por E3,4000
MACAGNAN 007828720
00

E3,4000 MACAGNAN
Administrador
(77) 007 333 734-0

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA-7729400936
8
SOUZA-7729400936
JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF 772.940.093-68 (CRE 1094654)
RG



Numero di documento: 2005024229400017948747
<http://api.irc.ca/4/Ciga/Process/Canada/Document/uk/Viewer?m=2005024229400017948747>
 Autore: anonimizzato da: RCMP/RCMPCA (ANYA LAMON - 00000000 26-03-02)

Num. 1502TS4GT - Pag. 38



Nome do documento: D5532AC224400001D617A1
<https://pau.gov.br/43/gg/ProcessoConsultasDocumentos?view=detail&id=D5532AC224400001D617A1>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30360326 20.03.20

May 1997/427 • Page 39

KMS ALBERGOCCO LTDA		NRE 23884749 Data 04/2011		OTEC CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 17.960.498/00-20		NRE 23884749 Data 04/2011			
Rodovia BR 108, 55, s/nº Foz de Iguaçu - Paraná CEP 85940-000		Foz de Iguaçu - PR			
Relatório Gerencial de 01/08/2010 a 31/12/2010					

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Prêmio	2	14.734.594,42
Credenciamento	21	11.540.639,44
Formação	210	****42.086,54
Prêmio Fixo ou Prêmio Indefinido	21.01.01	****42.086,54
ASSOCIACAO DE PRODUTORES (ASPRO)	21.01.01.01	15.410,00
AMAZONAS DO BRASIL COM REPRESENTACAO	21.01.01.01	47.000
ATACADO COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS TBM	21.01.01.01	1.363,48
Larousse Virginia Ltda (200)	21.01.01.01	30.217,500
GRUPO DE INVESTIMENTOS AGRICOLAS I	21.01.01.01	30.300,00
PRIMA MOVIDA LTDA (2000)	21.01.01.01	40.536,90
TICOMING BORGES LTDA (33)	21.01.01.01	249,00
UNIPAC UNAO PECAS LTDA (2000)	21.01.01.01	1.071,00
VOCCANTINI CIMENTOS S/A (1119)	21.01.01.01	20.372,90
Tributos e Contribuições	2100	****11.528,92
Tributos e Contribuições	21.01.01	****11.528,92
IRPJ e Retenção (00)	21.01.01.01	67.119,48
CSL e Retenção (00)	21.01.01.01	37.139,15
IRPJ e Retenção (02)	21.01.01.01	68.303,94
IRPJ e Retenção (02)	21.01.01.01	11.211,00
IRPJ e Retenção (02)	21.01.01.11	6.627,90
Outorgas com Prejuízo	21.06	****11.528,92
Suporte	21.06.01	****11.528,92
Suporte e Paga (00)	21.06.01.01	18.728,92
Prêmio Não Credenciado	22	12.040.666,44

Declaro sob a pena de lei, que as informações aqui fornecidas, são verdadeiras e não representam perdas ou
lucros de momento - 16A, 11 de Dezembro de 2021

EDUARDO MACAGNAN 007638
72008

Realizado de forma digital
por EDUARDO
MACAGNAN 007638/72008

EDUARDO MACAGNAN
Administrador
(11) 5072-8350/5040

JOÃO JOSÉ SILVA DE
SOUZA 77254009988

Assinada de forma digital
por JOÃO JOSÉ SILVA DE
SOUZA 77254009988

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Custode
(79) 772 540099-88 (CEL: 389460-2)
RG:

KMX AGRONEGOCIOS LTDA CNPJ: 16.969.040/0001-30 Endereço: BR-010, 95, s/nº, Fazenda Santa Cruz CEP: 6909-400 65090000 Município: São João do Araripe - MA Data: 11/01/2013		OTIC CONTABILIDADE LTDA NRE: 120864744 Data: 04/12/2013 Cidade: São João do Araripe - MA
--	--	---

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Empreitas e Rendimentos e Pagos	2.1.0	72.845.343,00
Empreitas	2.1.0.01	50.295.343,00
Empreitas (1142)	2.1.0.01.01	1.70.000,00
Outras Empreitas (1150)	2.1.0.01.02	9.990.000,00
Empreitas Base da Amarela S/A (1167)	2.1.0.01.04	2.000.000,00
Empreitas Ind. Tachira S.A. (1182)	2.1.0.01.05	1.900.000,00
Empreitas Base do Brasil S/A (1170)	2.1.0.01.06	10.000.000,00
Empreitas Unidões S.A. (121)	2.1.0.01.10	10.270.000,00
Empreitas Clonias (1906)	2.1.0.01.11	1.300.000,00
Financiamentos	2.1.0.02	24.340.000,00
Outros Financiamentos (110)	2.1.0.02.01	4.000.000,00
Depósitos e Aumento de Capital (1166)	2.1.0.02.02	1.800.000,00
Banco John Deere S.A. (1197)	2.1.0.02.03	10.000.000,00
Banco Caterpillar S.A. (1196)	2.1.0.02.07	500.000,00
Financiamentos - Banco do Brasil S/A (1173)	2.1.0.02.08	3.000.000,00
Banco Citic Industrial Capital S.A. (1177)	2.1.0.02.09	1.000.000,00
Participação Equilada	2.1	24.000.000,00
Capital Social	2.1.01	****120.000,00
Capital Social Integralizado	2.1.01.01	****120.000,00
Capital Social (117)	2.1.01.01.01	120.000,00
Reservas	2.1.02	40.705.000,00
Reserva de Lucros / Sobras / Superávit	2.1.02.01	40.705.000,00
Reserva de Lucros e Realizações (124)	2.1.02.01.04	40.705.000,00
Provisões, Dúvidas, Atrasamentos ou Rescaldas	2.1.03	18.520.000,00

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui fornecidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas as
 informações de Viratim - Ma, 11 de Dezembro de 2013

EDUARDO
MACAGNAN 08782
872006

Assinado de forma digital
por EDUARDO
MACAGNAN/08782006

EDUARDO MACAGNAN
Administrador
CPF: 087.820.006-11

JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA-77294009368

Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA-77294009368

JOAO JOSE SILVA DE SOLZA
Contador
CPF: 772.940.305-68. CRC: 099405-0
Nº:



Number of documents: 2533243234400010481141
<https://pubs.rsc.org/lookup/doi/10.1039/C5CC00010A>
 Contact information for: PETER FONGEKA SATWA LAMAR, 200600126-02-02

Page 15075-007 - Page 40



Número de documento: Z06030423940000104811W
 https://pro.fpa.gov.br/Ojs/ProcessoCredenciamentoEditaveis/view/206030423940000104811W
 Assinado eletronicamente por: FREDERICO FONSECA SANTOS JUNIOR - MANTIDA EM USO

Num. 150275427 - Pág. 41

KNEI - KNEI AGRICULTURA LTDA		ORÇ. CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ: 08.368.649/0001-20	NRE: 2120047740 Data: 04/12/2023		
Rodovia BR 101, S/N, s/n, Fazenda Estrela - CEP: 65000-000	04/12/2023	Ilha de Maracá	MA
Balanço Patrimonial de 01/01/2023 até 31/12/2023		Dólar: 1	Folha: 1

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Prejuízo líquido transferido	2.3.01.01	9.324.927,000
Prejuízo líquido transferido (140)	2.3.01.01.01	9.324.927,000

KNEI - KNEI AGRICULTURA LTDA		ORÇ. CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ: 08.368.649/0001-20	NRE: 2120047740	Data: 04/12/2023	
Rodovia BR 101, S/N, s/n, Fazenda Estrela - CEP: 65000-000	04/12/2023	Ilha de Maracá	MA
Demonstração de Resultado do Exercício de 01/01/2023 até 31/12/2023		Dólar: 1	Folha: 1

Descrição	Classificação	Cota	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			34.225.154,280
Receita de Mercadorias	3.1.01.01.02	1420	34.225.154,280
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			0,000
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			34.225.154,280
(-) CUSTOS DIRETOS			28.386.866,540
Mercadorias Tributadas	4.1.01.01.01	1725	241.362,060
Custos e produção agrícola	4.1.01.01.03	9913	21.790.815,820
Salários e ordenados	4.1.05.01.01	1755	276.799,610
(-) CUSTOS INDIRETOS			0,000
(-) CUSTO PESSOAL APLICADO			169.355,940
TP Salário	4.3.01.02.04	1908	25.872,800
Férias	4.3.01.02.05	1905	20.847,460
Avanço Pró-viço	4.3.01.03.01	1925	9.176,260
Previdência Social	4.3.01.04.01	1960	88.314,950
Fótos	4.3.01.04.02	1965	27.344,480
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			22.066.326,980
Aluguel	4.3.05.01.01	2088	36.948,000
Despesa Diversas	4.3.05.01.07	2110	4.084.895,340
Luz	4.3.05.01.12	2096	902,390
Material de Consumo	4.3.05.02.07	2138	15.708.820,750
Combustível	4.3.05.03.04	2160	1.487.840,950
Despesa com locação de veículo	4.3.05.05.04	7101	24.204,080
Depreciações	4.3.05.07.01	2245	1.663.328,580
Associações e Sindicatos	4.3.05.08.04	2256	488,910
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS			0,000
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			20.682,450
Despesa Bancária	4.5.01.01.03	2138	8.998,150
Juros/Multas	4.5.04.01.01	2555	10.862,300

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e responsabilidade por todas elas.
Ilha de Maracá - MA, 31 de dezembro de 2023

EDUARDO MACAGNAN Assinado de forma digital por EDUARDO MACAGNAN
2872000 00
EDUARDO MACAGNAN
Administrador
CPF: 087.828.720-00

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
77294009988
JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.883-88
RG: 00367832070 BEBPMMA

Sob as penas da lei, declaro que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Ilha de Maracá - MA, 31 de dezembro de 2023

EDUARDO MACAGNAN Assinado de forma digital por EDUARDO MACAGNAN
2872000 00
EDUARDO MACAGNAN
Administrador
CPF: 087.828.720-00

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
77294009988
JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.883-88
RG: 00367832070 BEBPMMA



Num. 153275477 - Pág. 42



Num. 153275477 - Pág. 43

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
☎ (098) 2222-0080
📠 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

39893 - KMX AGRONEGOCIO LTDA	ORTEC CONTABILIDADE LTDA					
CNPJ: 19.368.049/0001-20	Nire: 21200847748	Data: 04/12/2013				Diário: 1
ROD BR 010 - SETOR FAZENDA	ZONA RURAL	65939000	Itinga do Maranhão	MA		Folha: 7
Demonstração do Resultado do Exercício em	31/12/2023					

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	2600	822,14D
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			0,00C
RECEITAS FINANCEIRAS			252,71C
Outras Receitas	3.3.02.05.03	1620	252,71C
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CS			17.287.764,92D
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUCRO			1.041.162,08D
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.6.02.01.01	2725	671.241,74D
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - C	4.6.02.01.02	2730	369.920,34D
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			18.328.927,00D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Itinga do Maranhão - Ma, 31 de dezembro 2023

EDUARDO
MACAGNAN:007828720
00
Assinado de forma digital
por EDUARDO
MACAGNAN:00782872000
EDUARDO MACAGNAN
Administrador
CPF:007.828.720-00

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA:77294009368
Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA:77294009368
JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF:772.940.093-68 CRC: 009405-Q
RG:0336710320078 SESP/MA



Número do documento: 25053020422249400000139461141
<https://pje.tjma.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25053020422249400000139461141>
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30/05/2025 20:42:22

Num. 150275427 - Pág. 44

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

6.2.2- KMX AGRONEGÓCIO LTDA (CNPJ: 19.368.049/0001-20) (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL E EXERCÍCIO 2024)

KMX AGRONEGÓCIO LTDA		DRE CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 19.368.049/0001-20	NRE 112004719 Data 04/12/2024		
Fazenda KM 016, 06, sítio Fazenda Caribé - CEP 65934-000	Grupo de Mercado	MA	Banco Tabela
Balanco Patrimonial de 01/01/2024 até 31/12/2024			
Descrição	Classificação	Exercício Atual	
Ativo	1	100.980.543,40	
Circulante	1.1	***1.363.871,72	
Disponível	1.1.0	****1.316.969	
Reservadas em caixa	1.1.0.01	****1.316.969	
Caixa (75)	1.1.0.01.01	1.316.969	
Clientes	1.1.0.02	****768.871,00	
Recebimentos Futuros Fidei e Jantins	1.1.0.03	****768.871,00	
Duplicatas a receber (77)	1.1.0.03.01	768.871,00	
Estoque	1.1.0.04	****50.779,60	
Estoque em trânsito	1.1.0.04.01	****50.779,60	
Previdência e Mensalidade para Venda (23)	1.1.0.05.01	50.779,60	
Ativo Não Circulante	1.2	***99.616.671,68	
Imobilizado	1.2.0	100.980.543,40	
Imóvel	1.2.0.01	***99.616.671,68	
Terra (49)	1.2.0.01.01	99.616.671,68	
Máquina e equipamentos	1.2.0.02	***1.000.000,00	
Máquina e equipamentos (47)	1.2.0.02.01	1.000.000,00	
Veículo	1.2.0.03	****1.000.000,00	
Equipamento de Processamento - Bateria (48)	1.2.0.04.01	1.000.000,00	
Móvel e acessórios	1.2.0.05	****1.000.000,00	
Ativo e Circulante (46)	1.2.0.06.01	9.999,00	
Passivo	1.2.0.06	***29.761,00	
Passivo (50)	1.2.0.06.01	29.761,00	
Outros Imobilizações	1.2.0.07	****1.000.000,00	

KMX AGRONEGÓCIO LTDA		DRE CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 19.368.049/0001-20	NRE 112004719 Data 04/12/2024		
Balanco 01/01/24, sede Fazenda Caribé - CEP 65934-000	Razão Social: KMX	MA	Brasil - Folha: 2
Balanco Patrimonial de 01/01/2024 até 31/12/2024			
Descrição	Classificação	Exercício Atual	
Apelidos: (202)	1.2.0.08.01	1.000.000,00	
Depreciação Anualizada	1.2.0	***99.616,68	
Depreciação Anualizada Imobilizada	1.2.0.01	***99.616,68	
(1) Depreciação Anual: Água, Máquina e Equipamento (7)	1.2.0.01.01	1.000.000,00	
(2) Depreciação Anual: Água, Máquina (77)	1.2.0.01.01	1.000.000,00	
(3) Depreciação Anual: Água, Máquina e Equipamento (77)	1.2.0.01.01	1.000.000,00	
(4) Depreciação Anual: Água, Máquina (240)	1.2.0.01.01	29.761,00	
(5) Depreciação Anual: Apêndice (240)	1.2.0.01.01	1.000,00	

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e responsáveis por todas elas.
São Luís - MA, 31 de Dezembro de 2024

EDUARDO
MACAGNAN
2872000
Assinado de forma digital por EDUARDO MACAGNAN
CPF 007.021.724-00

JOAO JOSE SILVA DE
SILVA 7729400936
8
Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SILVA
CPF 772.940.093-60

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e responsáveis por todas elas.
São Luís - MA, 31 de Dezembro de 2024

EDUARDO
MACAGNAN
2872000
Assinado de forma digital por EDUARDO MACAGNAN
CPF 007.021.724-00

JOAO JOSE SILVA DE
SILVA 7729400936
Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SILVA
CPF 772.940.093-60



Numero do documento: 2024024224000070401141
Assinado digitalmente por: EDUARDO MACAGNAN
Assinado digitalmente por: EDUARDO MACAGNAN
Assinado digitalmente por: EDUARDO MACAGNAN

Num. 130275427 - Pág. 31



Numero do documento: 2024024224000070401141
Assinado digitalmente por: EDUARDO MACAGNAN
Assinado digitalmente por: EDUARDO MACAGNAN
Assinado digitalmente por: EDUARDO MACAGNAN

Num. 130275427 - Pág. 32

RTX SGRUVEGOCOLTA CNPJ: 06.940.688/00-20		SER: 2.20004748 Data: 04/02/2011		OTEE CONTABILIDADE LTDA	
Rua: 58 R. S. N., s/n, Fazenda Tapada CEP: 47034-000		2199888		Ilheus de Maracão MA	
Rua: Perimetral A-010/2003-01 11.320/04				Status: 1 Folha: 1	

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Pavão	1	18.068.543,40
Crescentos	1.1	11.931.147,68
Parasolados	1.1.06	****421.867,83
Passos Finais no Pavão Aerático	1.1.06.01	****421.867,83
Letreiro de Vigância (Lb) (708)	1.1.06.01.09	296,50
ORIENT. DIST. DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (1)	1.1.06.01.09	10.000,00
PEQUAD. AGRÍCOLA LTDA (3049)	1.1.06.01.09	51.490,93
TOCANTIN BOMBAZAS LTDA (212)	1.1.06.01.09	240,00
ENTRADA UNID. PFC (3) LTDA (704)	1.1.06.01.09	1.027,80
VOTANTIN CAMBOS SPA S/A (119)	1.1.06.01.09	202.897,90
Tributos e Contribuições	1.1.05	**1.594.654,90
Tributos e Contribuições	1.1.05.01	**1.576.253,18
IRPJ e Retenção (IRPJ)	1.1.05.01.01	680.262,34
CSLA e Retenção (IRPJ)	1.1.05.01.02	380.855,74
PIS e Retenção (PIS)	1.1.05.01.03	56.844,70
COFINS e Retenção (COFINS)	1.1.05.01.04	41.980,13
IRPJ e Retenção (IRPJ)	1.1.05.01.11	5.594,93
Parâmetros de Tributos e Contribuições	1.1.05.01	**1.520.003,64
Parâmetros de Tributos e Contribuições (IRPJ)	1.1.05.01.01	1.320.003,64
Obrigações com Pessoal	1.1.06	*****5.641,90
Salários	1.1.06.01	*****5.641,90
Salários e Pagos (949)	1.1.06.01.01	5.641,90
Passos No Crescentes	1.1	**75.642.594,17
Empreitada e Financiamentos e Pagos	1.1.06	**75.642.594,17

Declino, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todos os fatos de fato e de direito.

EDUARDO
MACAGNANLOTEZ
73000

EDUARDO MACAGNAN
Administrador
CIVIL 907.039.734-01

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA/77294009368

RUI JOSÉ SILVA DE SOUZA
Cidade
CPT-TEJANINGAS - CIL-UNICAMP

ANEX AGENSIA DOCTO LTRA		GRUPO CONGRUENCIA DE LTRA	
(CNPJ) 19.040.000/00-00		NIRE: 3200847748 Data: 04/02/2013	
Rodovia BR 106, 95, s/n, w/av. Pimenta da Veiga CEP 05750-000		05750000	Itapira de Minas - MG
Balanco Patrimonial de 01/01/2014 ate 31.12.2014		Data: / / Folha: 1	

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Emprestimos	2.2.0.01	52.285.332,00
Emprestimos Recorrentes (145)	2.2.0.01.02	5.711.688,00
Outros Emprestimos (146)	2.2.0.01.03	9.888.882,00
Emprestimos Bancos de Amortacao (45) (147)	2.2.0.01.04	1.085.638,00
Emprestimos Inter Unicoes S.A. (148)	2.2.0.01.05	1.382.688,00
Emprestimos Bancos de Brasil S.A. (170)	2.2.0.01.06	11.485.534,00
Emprestimos Empréstos S.A. (171)	2.2.0.01.10	10.178.387,00
Emprestimos Outros (290)	2.2.0.01.12	1.292.882,00
Financiamentos	2.2.0.02	25.347.019,73
Outros Financiamentos (145)	2.2.0.02.02	6.031.594,00
Banco Inter Odebre S.A. (147)	2.2.0.02.03	10.088.477,00
Banco Citicorp S.A. (149)	2.2.0.02.07	321.987,33
Financiamento - Banco de Brasil S.A. (170)	2.2.0.02.08	1.029.238,00
Banco NBI Industrial Capital S.A. (171)	2.2.0.02.09	5.172.637,00
Patrimonio Líquido	3.3	28.488.843,25
Capital Social	3.3.0	***128.888,00
Capital Social Integralizado	3.3.0.01	***128.888,00
Capital Social (177)	3.3.0.01.01	128.888,00
Reservas	3.3.02	54.736.259,00
Reservas de Lucros - Reserva Superavit	3.3.02.03	54.736.259,00
Reserva de Lucros a Realizar (245)	3.3.02.03.04	28.178.538,00
Provisões/Débitos Antecipados em Exercício	3.3.05	51.689.387,39
Provisões/Débitos Antecipados	3.3.05.01	51.689.387,39
Provisões/Débitos Antecipados (148)	3.3.05.01.02	6.089.387,39

Declaro, sob as penas da lei, que as informações apresentadas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

EDUARDO
MACAGNAN/0078287
2000

EDUARDO MACCONE
Administrador
CPE 987 828.734-88

JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA.7729400668

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 72.940.903-08 EXC: 006485



Arquivo eletrônico do: 35532432-9400001-044141
<http://ajaj.psu.edu/403g/Presso/ConsultDocuments/View.aspx?ar=35532432-9400001-044141>
 Análise eletrônica por: PEDRO FINEGA SANTOS JUNIOR - 30/07/2015 15:47:22



Num. 150275427 - Page 33

Número do documento: 20202242244000013041741
 https://pba.pba.br/40CliqueProcesso/ConsultarDocumento?ba=assin/br/20202242244000013041741
 Assinado eletronicamente por: FIDELIO FONSECA SILVA DE LIMA - 30/01/2021 15:42:22

Num. 150275427 - Pag. 34

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

EMP. - ADM. ADMINISTRATIVO LTDA				DREX CONTABILIDADE LTDA			
CNPJ 16.348.449/0001-20	Rev. 21/08/2017	Data 04/12/2017		CNPJ 16.348.449/0001-20	Rev. 21/08/2017	Data 04/12/2017	
RDD 00000000000000000000	2017/12/31	2017/12/31	2017/12/31	RDD 00000000000000000000	2017/12/31	2017/12/31	2017/12/31
Demonstração do Resultado do Exercício em				Demonstração do Resultado do Exercício em			
31/12/2017				31/12/2017			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual	Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			34.816.771,19C				
Receita de Mercadorias	3.1.01.01.02	3420	34.816.771,19C				
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			0,00C				
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			34.816.771,19C				
(-) CUSTOS DIRETOS			23.985.208,25D				
Mercadorias Tributadas	4.1.01.01.01	1125	1.295.568,00D				
Custos c/ produção agrícola	4.1.01.01.02	9913	22.530.000,00D				
Salários e ordenados	4.1.03.01.01	1155	161.648,25D				
(-) CUSTOS INDIRETOS			0,00C				
(-) CUSTO PESSOAL APLICADO			139.384,10D				
13º Salário	4.3.01.02.04	1908	5.926,40D				
Férias	4.3.01.02.05	1905	15.306,84D				
Avanço Pró-lab	4.3.01.03.01	1905	43.928,90D				
Previdência Social	4.3.01.04.01	1908	55.944,68D				
PJTS	4.3.01.04.02	1905	18.095,38D				
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			13.417.129,53D				
Despesas Diversas	4.3.03.01.07	2118	1.906.203,34D				
Material de Consumo	4.3.03.02.07	2118	7.417.521,37D				
Combustível	4.3.03.03.04	2168	344.663,02D				
Depreciações	4.3.03.07.01	2168	1.748.732,75D				
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			303.572,04D				
Juros Multas	4.5.04.01.01	2155	303.572,04D				
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			0,00C				
RECEITAS FINANCEIRAS			0,00C				
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CS			3.028.433,93D				
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUCRO			1.861.253,25D				
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.6.02.01.01	2125	685.232,12D				
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - C	4.6.02.01.02	2128	1.176.021,13D				

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Ranga do Maranhão - MA, 31 de dezembro de 2017.

EDUARDO
MACAGNAN 00762872
000
Assinado de forma digital
por EDUARDO
MACAGNAN 00762872000
Eduardo Macagnan
Administrador
CPF: 007.628.728-00

JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA 77294009368
Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA 77294009368
JOAO JOSE SILVA DE SOLZA
Contador
CPF: 772.940.093-68 CRC: 008455-5
RG: 033671000076 DESPMA

EMP. - ADM. ADMINISTRATIVO LTDA				DREX CONTABILIDADE LTDA			
CNPJ 16.348.449/0001-20	Rev. 21/08/2017	Data 04/12/2017		CNPJ 16.348.449/0001-20	Rev. 21/08/2017	Data 04/12/2017	
RDD 00000000000000000000	2017/12/31	2017/12/31	2017/12/31	RDD 00000000000000000000	2017/12/31	2017/12/31	2017/12/31
Demonstração do Resultado do Exercício em				Demonstração do Resultado do Exercício em			
31/12/2017				31/12/2017			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual	Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			4.889.587,18D				

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Ranga do Maranhão - MA, 31 de dezembro de 2017.

EDUARDO
MACAGNAN 00762872
000
Assinado de forma digital
por EDUARDO
MACAGNAN 00762872000
Eduardo Macagnan
Administrador
CPF: 007.628.728-00

JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA 77294009368
Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA 77294009368
JOAO JOSE SILVA DE SOLZA
Contador
CPF: 772.940.093-68 CRC: 008455-5
RG: 033671000076 DESPMA



Número do documento: 25503242294600010841141
https://brs.jus.br/413/p/ProcessoConsultasDocumentos/brs/assessor/25503242294600010841141
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30157025 20-4232

Núm. 150275427 - Pág. 35



Número do documento: 25503242294600010841141
https://brs.jus.br/413/p/ProcessoConsultasDocumentos/brs/assessor/25503242294600010841141
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30157025 20-4232

Núm. 150275427 - Pág. 36

6.1.3 Quadro comparativo anos/2022/ 2023 e 2024

COMPARATIVO KMX 2022-2024					
CONTA	2022	2023	2024	Δ% 23/22	Δ% 24/23
Receita Líquida	67.898.798,83	34.225.154,28	34.816.771,15	-49,60%	1,70%
Custo (CPV/CSP)	2.318.106,92	28.306.806,54	23.985.208,32	1121,10%	-15,30%
Lucro Bruto	65.580.691,91	5.918.347,74	10.831.562,83	-91,00%	83,00%
Despesa Operacional	3.955.932,35	23.185.682,92	19.229.750,57	486,10%	-17,10%
Despesa Não Operacional (Fin+Trib)	81.403,57	20.682,45	303.572,04	-74,60%	1367,80%
EBTIDA	62.948.006,61	-15.604.206,60	-976.129,14	-128,00%	-84,20%
Caixa e Equivalentes	244.254,53	82.195,83	3.510,99	-66,30%	-95,70%
Imobilizado Líquido	95.742.700,19	102.211.638,47	99.584.505,72	6,80%	-2,60%
Patrimônio Líquido	44.025.456,00	24.496.529,00	20.406.841,82	-44,40%	-16,70%
Lucratividade	21,50%	-53,6%	94,60%	75,10%	148%
Solvência Geral (x)	1,79x	1,31x	1,25x	-26,80%	-4,60%
Endividamento Geral (x)	0,56x	0,77x	0,80x	37,50%	3,90%
Liquidez Geral (x)	0,07x	0,03x	0,02x	-57,10%	-33,30%
Liquidez Seca (x)	0,23x	1,41x	0,27x	513,00%	-80,90%

Detalhamento quadro comparativo.

Receita Líquida. 67,9 → 34,2 → 34,8 (-49,6% em 23/22; +1,7% em 24/23): queda forte em 2023 e estabilidade no ano seguinte.

Custo (CPV/CSP). 2,3 → 28,3 → 24,0 (+1.121,1%; -15,3%): explosão de custos em 2023 com leve recuo em 2024.

Lucro Bruto. 65,6 → 5,9 → 10,8 (-91,0%; +83,0%): compressão severa em 2023 e recuperação parcial em 2024.

Despesa Operacional. 4,0 → 23,2 → 19,2 (+486,1%; -17,1%): estrutura ainda pesada, embora em queda no último exercício.

Despesa Não Operacional (Fin.+Trib.). 0,08 → 0,02 → 0,30 (-74,6%; +1.367,8%): reelevação relevante em 2024.

EBITDA. 62,9 → -15,6 → -1,0 (-128,0%; -84,2% em termos absolutos): melhora do negativo em 2024, mas ainda abaixo de zero.

Caixa e Equivalentes. 0,24 → 0,08 → ~0,00 (≈ R\$ 3,5 mil): redução contínua do caixa. Imobilizado Líquido. 95,7 → 102,2 → 99,6 (+6,8%; -2,6%): base de ativos praticamente estável no biênio.

Patrimônio Líquido. 44,0 → 24,5 → 20,4 (-44,4%; -16,7%): erosão patrimonial persistente.

Lucratividade (margem líquida). 21,5% → -53,6% → 94,6%: salto expressivo em 2024 conforme tabela. *Obs.: caso prevaleça a versão revisada do gráfico com -94,6%, é necessária conciliação/ nota explicativa para dirimir a divergência.*

Solvência Geral (x). 1,79 → 1,31 → 1,25 (-26,8%; -4,6%): redução da folga de ativos sobre passivos totais.

Endividamento Geral (x). 0,56 → 0,77 → 0,80 (+37,5%; +3,9%): alavancagem crescente. Liquidez Geral (x). 0,07 → 0,03 → 0,02 (-57,1%; -33,3%): abaixo de 1 em todo o período (baixa capacidade de cobertura do passivo exigível).

Liquidez Seca (x). 0,23 → 1,41 → 0,27 (+513,0%; -80,9%): pico em 2023 e retorno a patamar baixo; checar metodologia/composição.

6.3 ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA (CNPJ: 10.567.502/0001-52) (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2022)

[illegible]

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativos	1	107.480.063,00
Creditos	1.1	79.521.873,00
Disponível	1.1.01	74.321.440,50
Yanuetária em caixa	1.1.01.01	*****0,00
Caixa (2)	1.1.01.01.01	80.000,00
Banco conta corrente	1.1.01.02	74.152.459,99
Banco Caixa Econômica Federal (CF)	1.1.01.02.05	1.523.000,00
Banco Safra (CFI)	1.1.01.02.16	44.670,00
Aplacados	1.1.01.03	772.602.774,00
Aplicação Banco Santander - Contas Expressas (CF)	1.1.01.03.11	1.500,00
Aplicação Banco Safra (CFI)	1.1.01.03.17	88.000,00
Aplicação Santander CDB - RDB (RDB)	1.1.01.03.18	159.740,00
Aplicação Banco de Brasil Fundo Fielis (RDB)	1.1.01.03.19	18.700,00
Aplicação Banco Safra CDB Flix de Caixa (RDB)	1.1.01.03.20	1.707.000,00
Clientes	1.1.04	70.548.120,00
Investimentos: Preços Fixos e Juros	1.1.04.01	70.548.120,00
Duplicata a receber (CF)	1.1.04.01.01	38.541.677,00
Clientes (Preço de Suprimento) (CF)	1.1.04.01.07	31.996,00
Ajustamentos	1.1.05	726.063.005,50
Ajustamentos Diversos	1.1.05.01	726.063.005,50
Ajustamento para Distribuição de Lucros (IT)	1.1.05.01.04	26.303.893,90
Créditos a receber	1.1.07	75.096.321,40
Créditos Tributários a receber	1.1.07.01	*****0,00
RNS a Receber (20)	1.1.07.01.11	75.096,40

Explicare, sub se termen de lei, sau cu informații sau servicii, din conștiința și în responsabilitate pe toată viața.

Reçu en préfecture le 21 décembre 2011.

LEIDE DIANA SIBICHUMA
MACKINAW@CERN.CH
LEIDE DIANA SIBICHUMA MACKINAM
Adminstrator
CERN, CH-1211, CH-12

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA 77294083588
JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Candidato
CPF: 772.940.835-88 CRI: 88485
REGISTRO INSCRIÇÃO: 2022 - 304

ORTEL WZ00P030C00 LUMA

CNPJ: 16.973.801/00-01 Ser.: J200000209 06/12/2009

Rodovia BR 010, 106 - CEP: 05903-040 Marabá Nova Imperatriz - MA

Balanco Patrimonial de 01/01/2007 até 31/12/2007

Data: Hora:

Descrição	Classificação	Exercício Anal.
Obras Civis e Rebras	1.1.03.02	**4.767.438,548
Obras Civis e Rebras (RBR)	1.1.03.02.0	4.767.438,548
Empreitos	1.1.04	**12.312.451,640
Empreitos em trânsito	1.1.04.01	**12.312.451,640
Produtos e Materiais para Venda (22)	1.1.04.01.07	12.312.451,640
Ativos Não Circulantes	1.2	**6.937.266,816
Investimentos	1.2.01	****16.846,328
Investimentos	1.2.01.01	****16.846,328
Contratos (41)	1.2.01.01.01	16.846,328
Imobilizável	1.2.01	**9.805.726,268
Imóveis	1.2.01.01	**1.688.868,068
Terras (42)	1.2.01.01.01	1.688.868,068
Máquinas e equipamentos	1.2.01.01	****26.478,068
Máquinas e equipamentos (43)	1.2.01.01.01	26.478,068
Infraestrutura	1.2.01.04	****27.226,816
Equipamentos de Processamento - Hardware (44)	1.2.01.04.01	27.226,816
Móveis e utensílios	1.2.01.05	****25.126,068
Móveis e Utensílios (45)	1.2.01.05.01	25.126,068
Veículos	1.2.01.06	**1.022.186,376
Veículos (50)	1.2.01.06.01	1.022.186,376
Depreciação Acumulada	1.2.04	****12.897,648
Depreciação Acumulada Imobilizável	1.2.04.01	****12.897,648
(+) Depreciação Acum. Aquis. Máquinas e Equipamentos (4)	1.2.04.01.01	2.671,968
(+) Depreciação Acum. Aquis. Rebras (70)	1.2.04.01.04	1.674.068

(Declara, sob as penas da lei, que a informação aqui escrita, não constitui e não se constitui por toda a sua

Imprimir: 11 de diciembre de 2022

LEIDE DIANA SUNDHARA
MACAGNANUS007812481
Adminstrator
CNPJ: 06.764.246-75

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA 772-940-0938
Assistente de Desenvolvimento CAD
1000 W. DE SOUTHWESTERN
SUITE 2000 DALLAS TEXAS 75201-4199

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Consultor
CPL 772-940-0938-4M CRO 00040
NO 1000 W. DE SOUTHWESTERN DALLAS TEXAS 75201-4199



Número do documento: 25558294234940000139461141
<https://pba.jus.br/403/pba/Processo/ConsultarDocumento?flow=consultar-25558294234940000139461141>
 Assinado eletronicamente por: FÉLIX FONSECA SANTOS JUNIOR - 3055025 204332

No. 150315427 - Pág. 71

[illegible]

Num: 150275427 - Pág. 72

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

[illegible]

UNIFIL AGRONOMICA LTDA			ORÇ. CONTABILIZADA 1993/1994		
CNPJ: 04.547.502/0001-02	Sex: 2/20/2004	04/03/2009			
Endereço: R. 100, 100, CEP: 6956-140	Município: Nova	Inscrição: MA			
Informe Período de 1/1/1993 até 12/31/2002					
					Dígitos: Faltas:
Descrição	Classificação				
Passivo	2				
Capital	21				
Reserva	210				
Reserva Fidei ou Passivo Jurídico	210.01				
AGROPECUÁRIA AGRONOMICA LTDA (970)	210.01.01				
AGROPEC. E EXPL. LTDA - EPP (924)	210.01.01.01				
RES. LEGIS. AGRICOLA UNIFIL (1946)	210.01.01.01.01				
COOPER. UNIFIL (984)	210.01.01.01.01.01				
DOF. AGRICULTORES INDUSTRIAL LTDA (294)	210.01.01.01.01.01.01				
DO. PONTAGRASS S.A. (980)	210.01.01.01.01.01.01.01				
DO. PONTAGRASS S.A. (827)	210.01.01.01.01.01.01.01.01				
FIAT CHRYSLER AUTOMOV. BRAS. LTD.	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
FRUTIFLORANTES TOCANTIN LTDA (77)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
GRUPO PROJETO AGRICOLA LTDA (949)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
Instit. Instrum. de Invest. - FID - (100)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
LI. PONTAGRASS COMERCIAL LTDA - ME (121)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
MIRAFLEX - MIRAFLEX CARBON LTDA (948)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
NOVO DESGRASS LTDA (13)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
SOFARMA IND. QUIM. E FARMAC. TOC. S.A. - (2)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
SOFARMA IND. QUIM. E FARMAC. TOC. S.A. - SP	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
SOFARMA IND. QUIM. E FARMAC. TOC. S.A. - TO	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
POLO AGRICOLA LTDA (102)	210.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01				
PRONEX AGRICOLA LTDA (944)	210.01				
Rod. Del. Agrícola Lda. (1905)	210.01				

Declara, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e não comprometerá terceiros.

Declara, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de sua exclusiva responsabilidade.

Ingeniería 31 de diciembre de 2001

LEE SHIA SHING WAI
MACAU MALDORETTI
LEE SHIA SHING WAI MACAU
Administrador
CPF: 303.76.340-5

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA: 37294089988
JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Canoas
CP: 72240-05-40 CEC: 00405
BOLSAFACULDADE DEP - MA

Intervista 38 de dicembre del 2012

LEON TRANA SINDHARA
MACANANISITIA 1487
Kontak: 0812 345 678
0812 345 678
0812 345 678
0812 345 678
LEON TRANA SINDHARA MACANAN
Administrator
0812 345 678

**JOAO JOSE SILVA DE
SOLZA-77284029368**
Alameda Antunes Ribeiro por
CNC 1004019132
Guaia (Foz de Iguaçu)
Jornal 77284029368-0100

JOAO JOSE SILVA DE SOLZA
Consultor
CNPJ 772840193-01 CNC 100401
RUA ANTUNES RIBEIRO, 132
GUARUJÁ, SP 13.082-100



Numero di documento: 202200421440001266141
<https://pubs.aip.org/jap/article/doi/10.1063/1.5000000/1440001266141>
 Acquisito elettronicamente per: P2020 F2062CA 04700 JAWON - 3005202 25-4225

Num. 152175417 - Pág. 73



Name of document: 250001X22440001/2447 M
<https://www.ccr.ca/4336-Process/Consultation/Document/Document/250001X22440001/2447 M>
 Access information on: FTHO FTHOCC/IMAT/ANOR - 200/003.10.02

Item 15075427 - Pkg. 74

REVISTA MEXICANA DE CIENCIAS SOCIALES
 ISSN 0035-0018
 Avenida del Ejército 200 C.P. 06000 México, D.F.
 Tel.: 5623 4111 Fax: 5623 4112
 E-mail: revista@comunicacion.unam.mx

Descrição	Classificação	Exercício Real
SAFRA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (112)	2.18.01.00	426.000,00
EPICAM SUCROENI H&E S.A. (104)	2.18.01.00	66.000,00
TECHNOMIL BRASIL DISTRIBUICAO DE PRODUT	2.18.01.00	7.677.000,00
UNIOEL INDUSTRIA ECONOMICA DE CIMENTO	2.18.01.00	106.401,44
VULCANIZANTES MONTE SA (1139)	2.18.01.00	134.811,00
Emprestimos e capital de giro	2.180	11.893.960,26
Emprestimos bancarios	2.180.01	11.893.960,26
Emprestimos Banco de Brasil S.A. (87)	2.180.01.00	1.803.960,26
Emprestimos Banco Sudo (923)	2.180.01.07	2.188.000,00
Tributos e Contribuicoes	2.180	11.800.885,28
Tributos e Contribuicoes	2.180.01	11.800.885,28
IRPJ e Recolher (88)	2.180.01.00	724.412,10
CLL e Recolher (89)	2.180.01.02	393.404,60
PIS e Recolher (20)	2.180.01.05	21.867,78
PIS e Recolher (22)	2.180.01.06	1.037.920
IRRF e Retencao (91)	2.180.01.10	1.287.060
Obrigações com Pessoal	2.180	****66.960,23
Salarios	2.180.01	****66.960,23
Salarios e Paga (74)	2.180.01.00	46.960,23
Contas a pagar	2.180	11.838.307,86
Contas Contas a Pagar	2.180.01	11.838.307,86
Contas Creditadas a Pagar (1076)	2.180.01.00	11.838.307,86
Pagavel Não Circulante	2.180	117.839.913,66
Emprestimos e Financiamentos a Pagar	2.180	12.262.912,92

Declaram, sob a pena da lei, que as informações aqui prestadas são verídicas e não se comprometem por tudo que

[illegible]

OYUNEL MARMERONEN LTM CNPJ: 06.967.502/0001-02		OUTRO CONTABILIDADE GERAL ME	
Rua Maria M. O. M. CEP: 1500-000 Ribeirão Preto/SP	Nome: ZILSONEIDE Matrícula: 100	06/03/2009	
Balança Patrimonial de 01/01/2002 até 31/12/2002		Data:	Fatura:

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Empreendimentos	2.2.0.01	18.04.04,42
Empreendimentos Terminados (114)	2.2.0.01.02	254.002,42
Empreendimentos em Curso - Especificação Federal (1174)	2.2.0.01.07	9.134.400,00
Empreendimentos em Curso - Especificação S/A (1175)	2.2.0.01.08	1.019.511,00
Financiamentos	2.2.0.02	117.123.720,00
Financiamentos - Faltando a Pagar S/A (119)	2.2.0.02.06	7.121.150,00
Participações Sociais	2.3	151.730.002,42
Capital Social	2.3.0	11.000.000,00
Capital Social Integralizado	2.3.0.01	11.000.000,00
Capital Social (117)	2.3.0.01.01	1.000.000,00
Reservas	2.3.05	14.001.452,92
Reserva de Lucros - Reserva - Superávit	2.3.05.03	14.001.452,92
Reserva de Lucros - Resultado (120)	2.3.05.03.04	14.001.452,92
Projeções/Orçamentos Acumulados e Resultado	2.3.10	16.128.546,00
Projeções/Orçamentos Acumulados	2.3.10.01	16.128.546,00
Lucros/Superávit Acumulados (125)	2.3.10.01.01	16.128.546,00

Declara, sub o pede de lei, ca se informeaza unitatea de verificare a te rogatiilor pe toate datele

Imprimir: 31 de dezembro de 2012

Assunto: processo digital nº		JOAO JOSE SILVA DE
LEITE DIANA SIMONEA	LEITE DIANA SIMONEA	Assunto: processo digital nº 000
MACAGNAN-355134875	MACAGNAN-355134875	SOLICITAÇÃO DE
	DATA: 30/12/2012 15:49:09	DATA: 30/12/2012 15:49:09
LEITE DIANA SIMONEA MACAGNAN		JOAO JOSE SILVA DE
Administrador		Endereço
UF: RJ 30.12.2012		UF: RJ 30.12.2012 CAC: 00405



Numero di documento: 25000000344000023447141
<http://pa.ipsa.int.int/4/0pa/ProcessoConsultadocumenti/View.aspx?ip=25000000344000023447141>
 Titolo del documento: ATTO DI VERIFICA DELLO STATO DI CONSERVAZIONE DEI BENI CULTURALI

Num: 150075427 - Pág. 79



Número de documento: 20020400004000030401141
<http://pja.judicial.org/Procesos/Consultas/Documentos/Ver.aspx?ID=20020400004000030401141>
 Archivo descargado por: PEDRO PONCE SANCHEZ JUNIOR - 30/03/2015 10:42:21

Page 150275427 - Page 78

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

9941 - CEPIL MICROGOCUS LTA

CNPJ: 06.961.320/0001-11 Sit: 11386628 Data: 06/03/2009

Rodovia BR-20, 20 Maratão Novo AMPI-00

Desenvolvimento de Produtos de Função em 10/2003

Imposto: 000

Diário: 0

Folha: 7

Descrição	Classificação	Custo	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			73.790.188,90C
Receita de Mercadorias	3.1.01.01.02	1420	73.036.147,90C
Prestação de serviços	3.1.02.01.01	1435	29.666,50C
Beneficiação	3.3.01.01.03	1521	656.380,50C
=(D) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			118.990,41D
Imposto sobre Circ. Mercadorias e Serviços-	3.2.01.01.03	1465	118.039,20D
Pis e Finsicamento	4.6.02.01.04	2728	169,20D
Cofins e Patronato	4.6.02.01.05	2727	789,02D
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			73.592.219,90C
=(C) CUSTOS DIRETOS			49.708.562,50D
Mercadorias Tributadas	4.1.01.01.01	1725	49.477.434,60D
Salários e ordenados	4.1.03.01.01	1735	311.107,42D
=(C) CUSTOS INDIRETOS			692.652,10D
Despesa o Beneficiação	4.2.02.01.03	2382	568.457,00D
Despesa com Prêmios e ou Roubos	4.2.02.01.04	2384	3.095,10D
=(C) CUSTO PESSOAL APLICADO			206.925,60D
13º Salário	4.3.01.02.04	1900	25.354,10D
Férias	4.3.01.02.05	1905	12.479,20D
Outras Despesas	4.3.01.02.06	1925	68,00D
Comissão	4.3.01.02.10	664	5.819,00D
Avanço Pró-lab	4.3.01.05.01	1935	14.426,75D
Previdência Social	4.3.01.04.01	1960	94.394,55D
FGTS	4.3.01.04.02	1965	27.629,47D
FGTS Multa Rescisória	4.3.01.04.04	1966	522,10D
Formação Profissional	4.3.01.05.01	2080	5.108,00D
Serviços prestados - Autônomos	4.3.02.01.08	8063	112.843,50D
=(D) DESPESAS OPERACIONAIS			1.648.206,90D
Honorários Contábeis	4.3.02.01.02	2035	31.752,05D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

Improntable 31 de diciembre de 2002.

LEIDE DANA SHIMCHANA MACANAM 1330710473	Asesoría de Marketing Digital por E-mail 1330710473@MACANAM.COM TEL: 00202-27114816 FAX: 00202-27114816	JOSÉ JOSÉ SILVA DE SOLÍS 7724909366	Asesoría de Internet Digital por E-mail JOSE.SILVA@E-MAILS.COM TEL: 00202-27114816 FAX: 00202-27114816
LEIDE DANA SHIMCHANA MACANAM Administrador CPF:002.01.286.72		JOSÉ JOSÉ SILVA DE SOLÍS Contacto CPF:772.940.880-48 CRC: 088485 RUC: 00007820007000000000000000000000	

1968 - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		CENTRO DE CONTABILIDADE GERAL ME	
CNPJ 12.917.523/0001-01	Nº 113996249	Data 06/11/2008	
Balancete 31.12.2007	Mantido Novo	4995.140	
Demarcação de Reservas de Exercícios	31.12.2007		
		Impresso: 0	Valor: 0
		Folha: 1	

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Honorários de Consultoria	4.3.02.01.03	2040	72.830,000
Fretes e Carros	4.3.02.01.05	2050	1.211.364,500
Aluguel	4.3.03.01.01	2080	69.665,000
Água	4.3.03.01.04	2095	1.588,000
Reformas e Construção	4.3.03.01.06	2105	2.700,000
Despesas Diversas	4.3.03.01.07	2110	413.429,300
Taxa de Alvará	4.3.03.01.08	2032	1.217,600
Despesas com Seguros	4.3.03.01.11	2115	2.463,000
Luz	4.3.03.01.12	2096	16.605,250
Material de Expediente	4.3.03.02.01	2120	2.316,000
Despesas com Cartões	4.3.03.02.06	2137	19.076,360
Material de Consumo	4.3.03.02.07	2138	440.026,850
Despesas com Sistema de Informática	4.3.03.02.08	2142	11.784,000
Aluguel	4.3.03.03.01	2145	50.000,000
Manutenção e Conservação	4.3.03.03.03	2155	450,000
Combustível	4.3.03.03.04	2160	887.317,800
Despesas c/ Mant. Veículos	4.3.03.03.05	2165	43.536,940
Multas de infração de Trânsito	4.3.03.03.06	2157	199,890
Carros e Manutenção	4.3.03.04.01	2175	240,890
Internet	4.3.03.04.04	11234	994,020
Despesas com Viagens e Estadas	4.3.03.05.01	2185	26.159,260
Despesas com locação de veículo	4.3.03.05.04	7181	157.770,220
Locação de bens móveis	4.3.03.05.05	7185	30.000,000
Seguros Bens Imóveis	4.3.03.06.01	2215	1.661,020
Seguros Veículos	4.3.03.06.02	2220	75.808,620
Diversas Despesas c/ Seguros	4.3.03.06.05	2225	10.044,060
Depreciações	4.3.03.07.01	2245	46.895,370
Doações	4.3.05.02.02	2320	900,000
Multas e Autuações Monetárias	4.3.05.04.02	2380	12.366,670
Associação e Sindicatos	4.3.05.04.04	2396	8.734,000

Sob as penas da lei, declaro que as informações aqui contidas são verdadeiras, me responsabilizando por todas elas.

Imprimir: 31 de dezembro de 2022

LEIDE DIANA SHIRAHAMA NACAGAMAKI 147473 CPF: 002.103.81-73	JOAO JOSE SILVA DE SOLZA 7724099368 CPF: 772.940.028-48	Assinatura: Manoel Higashino e C.A. EPP 26 de 20/04/2022 Data: 02/03/2023 10:56:07
LEIDE DIANA SHIRAHAMA NACAGAMI Administrador	JOAO JOSE SILVA DE SOLZA Contador	
CPF: 002.103.81-73	CPF: 772.940.028-48 CRC: 004845 RG: 00871330328 SUSPENS	



Nome do documento: 356003432494000035601747
 http://pqi.bnu.br/403p/Proctos/Cur48/Documentos/flow_santfor-2013C3A32494000035601747
 Assunto(s) documentado(s): FOTOGRAFIA; SANTOS, JUNIOR, RUBEN DE ALMEIDA

Num. 150275427-Pag. 77



Numero di documento: J55824254W00002649147
<http://cra.cra.it/ra4/cra/ProcessoConsultadocumenti/View.aspx?IDDOCUMENTO=J55824254W00002649147>
 Numero telefonico verde: 800 704034 SWITZERLAND - 0265029316/32

Num. 150275407 - Pag. 79

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

EMP. ACROVOGADOR LTDA				DCTE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA	
CNPJ 10.917.923-000-42	Nº 123948234	Data 04/12/2022	Imposto MA	Dútilo II	
Endereço Rua R. 200	Município São José	Cidade 65065-140	Estado MA	Folha 9	
Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2022					

Descrição	Classificação	Custo	Exercício Atual
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS			99.830,420
IRPJ	4.4.01.01.01	2375	1.473,830
IRPF	4.4.01.01.02	2380	8.849,360
Taxas Diversas	4.4.01.01.03	820	47.725,180
ISS e Prestação de Serviços	4.4.01.01.04	2357	859,830
ICMS Diferencial de Alíquota	4.4.01.01.06	2378	1.701,630
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			621.601,380
Despesa Bancária	4.5.01.01.01	2130	36.835,840
Despesa com Encargos	4.5.01.01.04	7018	960.391,270
Juros/Multas	4.5.04.01.01	2355	55.811,040
Imposto de Renda	4.5.04.01.01	2395	101,360
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	2600	148,090
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			0,000
RECEITAS FINANCEIRAS			70.219,410
Outras Receitas	3.3.02.05.03	9620	70.219,410
(=) RESULTADO ANTES DO IR E CS			18.672.715,940
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUC			2.344.088,530
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.6.02.01.01	2725	1.513.972,750
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - C	4.6.02.01.02	2730	830.115,780
LUCRO OU PREJUIZO DO EXERCÍCIO			16.328.627,410

EMP. ACROVOGADOR LTDA				DCTE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA	
CNPJ 10.917.923-000-42	Nº 123948234	Data 04/12/2022	Imposto MA	Dútilo II	
Endereço Rua R. 200	Município São José	Cidade 65065-140	Estado MA	Folha 9	
Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2022					



Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, não responsabilizando por todos elas.

Imprimir: 31 de dezembro de 2022

LEIDE DIANA SHIROHARA
Administradora
CPF: 303.761.248-73

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.005-48 CRC: 09405
RG: 020871020079 SE-SP/MA

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todos elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Imprimir: 31 de dezembro de 2022

LEIDE DIANA SHIROHARA
Administradora
CPF: 303.761.248-73

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.005-48 CRC: 09405



Número do documento: 202202042304400015940141
Url: http://pplp.plp.br/ACQ/ProcessoConsultaDocumentoAtivo.aspx?n=202202042304400015940141
Assinado eletronicamente por PEDRO FOMICA SANTOS JÚNIOR - 20220201 21:42:23

Núm. 150275407 - Pág. 79



Número do documento: 202202042304400015940141
Url: http://pplp.plp.br/ACQ/ProcessoConsultaDocumentoAtivo.aspx?n=202202042304400015940141
Assinado eletronicamente por PEDRO FOMICA SANTOS JÚNIOR - 20220201 21:42:23

Núm. 150275407 - Pág. 80

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
(098) 2222-0080
(098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

ODIVEL AGRONEGOCIOS LTDA

CNPJ: 10.567.502/0001-52 NIRE: 21200660249 Data: 06/01/2009
Endereço: Rodovia BR 010, 200 CEP: 65903-140, Maranhão Novo, Imperatriz, MA
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2022 até 31/12/2022

ORTEC CONTABILIDADE EIRELI ME

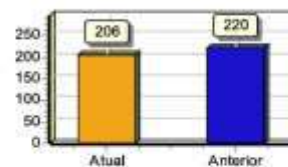
Diário: 0

Folha: 11

Liquidez de Recursos Próprios

Ativo Circulante - Passivo Circulante 42.038.246,01
Patrimônio Líquido 20.401.455,59 = 2,06

Quanto maior, melhor. A dependência de capitalização a curto prazo é de 206%



Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Imperatriz, 31 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital por LEIDE
LEIDE DIANA SHINOHARA
MACAGNAN:30376124873
Data: 2023.03.28 17:11:41 -0300

LEIDE DIANA SHINOHARA MACAGNAN
Administrador
CPF: 303.761.248-73

Assinado de forma digital por
JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA:77294009368
Data: 2023.03.28 17:11:06 -0300

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.093-68 CRC: 009405



Número do documento: 25053020422249400000139461141
<https://pje-ljma.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25053020422249400000139461141>
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30/05/2025 20:42:22

Num. 150275427 - Pág. 81

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

6.3.1 ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA (CNPJ: 10.567.502/0001-52) (DRE/BALANÇO PATRIMONIAL E EXERCÍCIO 2023)

ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA			
CNPJ: 10.567.502/0001-52	NIRE: 213884240	04/12/2003	ODIVÉL CONTABILIDADE LTDA
Rodovia BR-100, 200 - CEP: 65065-140	Imperatriz - MA	Direito: 6	Folha: 1
Balanço Patrimonial de 31/12/2023 até 31/12/2023			

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo	1	97.039.387,50
Circulante	1.1	77.231.741,30
Disponível	1.1.01	77.231.741,30
Transferências em caixa	1.1.01.01	****9.821,87
Caixa (22)	1.1.01.01.01	8.821,87
Banco e conta correntes	1.1.01.02	****9.821,87
Banco Caixa Econômica Federal (4)	1.1.01.02.01	8.821,87
Aplicações	1.1.01.03	77.231.741,30
Aplicação Banco Sula (3742)	1.1.01.03.01	1.894.194,20
Aplicação Banco do Brasil Fundo Fiel (10004)	1.1.01.03.02	25.862,47
Aplicação Caixa Econômica - CDB Flix (111)	1.1.01.03.03	2.664.817,22
Clientes	1.1.04	77.231.741,30
Restituições Prémio Fielidade e Jockey	1.1.04.01	77.231.741,30
Depósitos a receber (91)	1.1.04.01.01	49.914.136,72
(+) Depósitos descontados (10)	1.1.04.01.02	1.549.524,90
Adiantamentos	1.1.05	77.231.741,30
Adiantamentos Dividendos	1.1.05.01	77.231.741,30
Adiantamentos para Distribuição de Lucros (77)	1.1.05.01.01	1.770.231,30
Estoque	1.1.06	77.231.741,30
Estoque em trânsito	1.1.06.01	77.231.741,30
Produtos e Mercadorias para Venda (33)	1.1.06.01.01	20.451.422,67
Ativo Não Circulante	1.2	77.231.741,30
Investimentos	1.2.01	77.231.741,30
Investimentos	1.2.01.01	77.231.741,30

ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA			
CNPJ: 10.567.502/0001-52	NIRE: 213884240	04/12/2003	ODIVÉL CONTABILIDADE LTDA
Rodovia BR-100, 200 - CEP: 65065-140	Imperatriz - MA	Direito: 6	Folha: 2
Balanço Patrimonial de 31/12/2023 até 31/12/2023			

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Participação societária em outras empresas (41)	1.2.02.01.01	100.000,00
Constituição (411)	1.2.02.01.01	100.000,00
Imobilizável	1.2.03	77.231.741,30
Imóvel	1.2.03.01	77.231.741,30
Terra (44)	1.2.03.01.01	100.000,00
Imobilizável	1.2.03.02	77.231.741,30
Sócio e Imobiliário (774)	1.2.03.02.01	111.000,00
Maquinário e equipamentos	1.2.03.03	77.231.741,30
Maquinário e equipamentos (47)	1.2.03.03.01	1.424.614,00
Informática	1.2.03.04	77.231.741,30
Equipamentos de Processamento - Hardware (48)	1.2.03.04.01	25.517,32
Móveis e utensílios	1.2.03.05	77.231.741,30
Móveis e Utensílios (49)	1.2.03.05.01	30.730,98
Veículo	1.2.03.06	77.231.741,30
Veículo (50)	1.2.03.06.01	7.122.106,57
Depreciação acumulada	1.2.04	77.231.741,30
Depreciação acumulada Descontada	1.2.04.01	77.231.741,30
(-) Depreciação Acum. Aguard. Maquinário e Equipamento (2)	1.2.04.01.01	40.174,80
(-) Depreciação Acum. Aguard. Veículos (17)	1.2.04.01.04	1.794,90
(-) Depreciação Acum. Aguard. Móveis e Utensílios (17)	1.2.04.01.03	1.414,27
(-) Depreciação Acum. Aguard. Veículos (18)	1.2.04.01.06	40.698,70

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e não se responsabilizam por todas elas.
Imperatriz, 31 de Dezembro de 2023

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e não se responsabilizam por todas elas.
Imperatriz, 31 de Dezembro de 2023

LIBER DAVAN SERRAVALLE, Advogado de Honorário
MACACAN, 30/12/2023
OAB/MA 10.832
CNPJ: 10.567.502/0001-52

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA, Advogado de Honorário
SOUZA, 30/12/2023
OAB/MA 10.832
CNPJ: 10.567.502/0001-52

LIBER DAVAN SERRAVALLE, Advogado de Honorário
MACACAN, 30/12/2023
OAB/MA 10.832
CNPJ: 10.567.502/0001-52

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA, Advogado de Honorário
SOUZA, 30/12/2023
OAB/MA 10.832
CNPJ: 10.567.502/0001-52



Número do documento: 255320422494000013841141
https://pse.pse.jus.br/43799/Processo/ConsultarDocumento/Ver/Assinatura/255320422494000013841141
Assinado eletronicamente por: PÉRCIO FONSECA SANTOS JÚNIOR - 30552023 214222

Núm. 150275427 - Pág. 62



Número do documento: 255320422494000013841141
https://pse.pse.jus.br/43799/Processo/ConsultarDocumento/Ver/Assinatura/255320422494000013841141
Assinado eletronicamente por: PÉRCIO FONSECA SANTOS JÚNIOR - 30552023 214222

Núm. 150275427 - Pág. 63

OFFICIL AERONAUTICACION LTDA
 CIP: 10.512.92900-12 NIRE: 22.0004004 AÑO: 2008
 Avenida RR 101, 200 CEP: 4590-440 Ingresos: M4 Egreso: 0 Folia: 1
 Balance Patrimonial de 01.01.2003 al 31.12.2003

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Totais	1	10.639.347,93
Créditos	11	19.832.743,99
Previdências	1.101	11.518.099,29
Pensão Fixa ou Por Vida Antida	1.101.01	11.518.099,29
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPESP)	1.101.01.01	1.661.143
AGRICULTORES RORSEIROS AGRICULTORES LITA (RORSEIROS)	1.101.01.02	121.990,00
CAVALARIA E LULAS LITA - IPP (IPP)	1.101.01.03	471.948,00
ALTO PORTO VERDE LITA (RORSEIROS)	1.101.01.04	36.884,42
CALCADA INDUSTRIA DE CALCADA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.05	61.874,34
COOPERATIVA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.06	36.400,00
DO PORTO DO BRASIL LITA (RORSEIROS)	1.101.01.07	1.011.948,00
INSTITUTO DE AGRICULTURA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.08	888.000,00
INSTITUTO DE AGRICULTURA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.09	138.763,32
MINERACAO SAO LULA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.10	2.448,00
MINERACAO - MINERACAO XANDE LITA (RORSEIROS)	1.101.01.11	46.321,94
MINERACAO DE SAO LULA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.12	31.874,94
NACIONAL MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICULTURAIS	1.101.01.13	6.059,00
NOVA DO BRASIL LITA (RORSEIROS)	1.101.01.14	1.291.260,00
NOVA DO BRASIL LITA (RORSEIROS) - CIL	1.101.01.15	1.124.452,42
NOVA DO BRASIL LITA (RORSEIROS) - CIL	1.101.01.16	1.888.192,34
PORTO VERDE SAO LULA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.17	6.912,00
PETROLIO INDUSTRIA DE CONSTRUCAO LITA (RORSEIROS)	1.101.01.18	6.081,34
Rendimentos de Aguardente (RORSEIROS)	1.101.01.19	492.890,00
RORSEIROS INDUSTRIA DE AGRICULTURA LITA (RORSEIROS)	1.101.01.20	4.234.128,00

Declaro, sob a pena da lei, que as informações aqui arroladas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.
(Assinatura: T. de Oliveira de 2021)

LEIF DARI SHINOMI
BACHOMI (BUTU) 141
I
LEIF DARI SHINOMI
BACHOMI
CIVIL 141 141 141

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA 7729400936
Atualizado em 02/03/2015
CNPJ 000000000000000000
Data de emissão 02/03/2015

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Estado
CNPJ 7729400936 CMC 000000
RUA DE SANTO ANTONIO, 1000 - SAO PAULO, SP

CEVEL AGRONÓCIOS LTDA CNPJ 18.987.502/0001-42 NIRE 1139866249 04/03/2009 ORTEC CONTÁBILIDADE LTDA
Rodovia BR 010, 289 CEP 65905-140 Imperatriz MA, Brasil - Folia 4
Balanco Patrimonial de 01/01/2023 até 31/12/2023

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Balanço Delimitação Agrícola (Lda) (1197)	2.1.01.00.00	1.879.071.000
SAFRA MACHETES E IMPLEMENTOS LTDA (1128)	2.1.01.00.00	629.495.000
SPECIAL MACHINERY SRL S.A. (2044)	2.1.01.00.00	211.429.250
SCULLS INDUSTRIA QUIMICA LTDA (1778)	2.1.01.00.00	254.000.000
TECNOVIT BRASIL DIST DE PROD AGR LTDA (4)	2.1.01.00.00	579.600.000
TECNOVIT BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUT	2.1.01.00.00	800.000.000
TOCANTIN CAMARÕES LTDA (817)	2.1.01.00.00	67.634.900
UNIOGEL INDUSTRIA E COMERCIO DE SEMENÇ	2.1.01.00.00	2.000.000
UNIOGEL SEMENTILS INDUSTRIA E COMERCIO L	2.1.01.00.00	469.238.530
Z. V. LIMA NETO (1049)	2.1.01.00.00	2.500.000
Emprestimos p/ capital de giro	2.1.03	***6.646.815,00
Emprestimos Bancarios	2.1.03.02	***6.646.815,00
Emprestimos Banco do Brasil S.A. (887)	2.1.03.02.00	1.375.000.000
Emprestimos Banco Sula (9126)	2.1.03.02.00	1.029.600.000
Tributos e Contribuições	2.1.05	***56.668.183,00
Tributos e Contribuições	2.1.05.00	***56.668.183,00
IRPJ e Recolher (888)	2.1.05.00.00	448.621.700
CPL e Recolher (885)	2.1.05.00.00	240.882.130
PIS e Recolher (929)	2.1.05.00.00	21.673.240
FCT e Recolher (925)	2.1.05.00.00	11.771.300
ICMS e Recolher (917)	2.1.05.00.10	180.750.130
IRPF e Folha e Recolher (921)	2.1.05.00.11	5.000.210
Obrigacoes com Previd	2.1.06	*****57.493.800
Adiantos	2.1.06.00	*****57.493.800

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Assinatura: 11 de Dezembro de 2013

LEIDE DIANA SINGHAR
WACANA@STN1407
leide@stn1407.com
leide@stn1407.com

JOAO JOSE SILVA DE
SOUZA-772940958
8

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.958-68 (RG: 00440)
BOLSA DE TRIBUTACAO - MA



Número do documento: 2003024239400001946141
<https://pep.ipea.br/447/pep/ProcessoConsultDocument/View.aspx?n=2003024239400001946141>
 Assunto: demonstração por PEDRO FIDELIS SANTOS JUNIOR - 3600000 20.01.02

Name: 15075427 - Page 64



Avaliado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 30/05/2023 23:43:03

Num. 150275427 - P. 44

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

[illegible]

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativos a Pagar (240)	2.1.06.01.01	57.455,90C
Passivo Não Circulante:	2.2	25.487.019,83C
Exercícios e Provisões a Pagar	2.2.01	25.487.019,83C
Exercícios	2.2.01.01	18.556.455,38C
Exercícios Rescisos (1145)	2.2.01.01.01	26.885,44C
Exercícios Banco de America S/A (1147)	2.2.01.01.04	52928,49C
Exercícios Caixa Econômica Federal (1149)	2.2.01.01.07	16.721.796,23C
Exercícios Banco Itaú S/A (1153)	2.2.01.01.10	1.611.951,38C
Provisões	2.2.01.02	7.930.564,55C
Banco Volkswagen S/A (116)	2.2.01.02.01	6.956.564,55C
Provisão Imposto	2.2	25.487.019,83C
Capital Social	2.3.01	22.586.000,00C
Capital Social Integralizado	2.3.01.01	22.586.000,00C
Capital Social (117)	2.3.01.01.01	2.000.000,00C
Reservas	2.3.01	26.211.796,23C
Reservas de Lucros - Sobre o Superávit	2.3.01.01.01	26.211.796,23C
Reservas de Lucros - Realizar (120)	2.3.01.01.01	36.211.796,23C
Projetos/Ativos Acumulados e Realizáveis	2.3.01	22.586.000,00C
Projetos/Ativos Acumulados	2.3.01.01	22.586.000,00C
Lucros/Prejuízos de Exercícios (22)	2.3.01.01.01	4.000.000,00C

Declara, sob a pena da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e não se constituem por dados falsos.
Brasília, 11 de Novembro de 2012.

LEIDE DIANA Administradora de la Universidad
SABIDIANA Administradora de la Universidad
MACGAMAH Administradora de la Universidad
875
LEIDE DIANA SHEROMAH MACGAMAH
Administradora
(772) 336-7248 (T)

JOSÉ JOSÉ SILVA DE Administrador de la Universidad
SOLAZA Administrador de la Universidad
875
JOSÉ JOSÉ SILVA DE SOLAZA
Coordinador
(772) 336-7248 (T) (C) (M)
875 (772) 336-7248 (T) (C) (M)

5949 - COMTEL AGROPECUARIOS LTDA			ORTEC CONTABILIDADE LTDA		
CNPJ: 08.967.002/0001-52	Nº: 2.2666049	Data: 06/01/2009			
Rua: 183, 200	Município: São	UF: MS - MS	Imposto:	MA	Diário: 1
Demonstração de Resultados do Exercício em:					Folha: 4
31/12/2008					

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			51.062.593,84C
Receita de Mercadorias	3.1.01.01.02	1420	49.555.639,79C
Beneficiário	3.1.01.01.03	1821	1.526.886,05C
-(DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			242.236,91D
Imposto sobre Cae: Mercadorias e Serviços	3.2.01.01.03	1468	242.190,37D
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.2.02.01.03	1508	106,56D
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			50.840.230,91C
-(CUSTOS DIRETOS			36.719.540,80D
Mercadorias Tributadas	4.1.01.01.01	1725	35.984.659,87D
Suínos e ordenados	4.1.03.01.01	1735	735.380,82D
-(CUSTOS INDIRETOS			32.628,64D
Despesa c/ Beneficiário	4.3.02.01.03	2282	325.156,64D
Despesa com Perda de Roubos	4.3.02.01.04	2284	1.342,00D
-(CUSTO PESSOAL APLICADO			560.429,90D
Gratificações	4.3.01.01.07	1870	17.000,00D
Serviços Extraordinários	4.3.01.02.02	1890	530,00D
13º Salário	4.3.01.02.04	1900	51.522,91D
Férias	4.3.01.02.05	1905	12.145,87D
Outras Despesas	4.3.01.02.09	1925	4.994,00D
Comissão	4.3.01.02.33	664	97.014,40D
Aviso Prévio	4.3.01.03.01	1935	71.593,87D
Previdência Social	4.3.01.04.01	1960	208.242,90D
FGTS	4.3.01.04.02	1963	60.663,93D
FGTS Multa Rescisória	4.3.01.04.04	1966	8.252,24D
Serviços prestados - Autônomos	4.3.02.01.09	8063	28.575,00D
-(DESPESAS OPERACIONAIS			6.055.176,12D
Honorários Contábeis	4.3.02.01.02	2035	15.000,00D
Honorários de Consultoria	4.3.02.01.03	2040	7.132,00D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

LEIDE GRANA SHIMAZAKI MACAGNANI
Administradora
CPF: 003.761.240-73

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Controlador
CPF: 072.943.063-69 CRC: 009495
-00000001 CONTROLADOR SOCIÁRIO



Number of documents: 20030403040001040141
<http://gsa.gov/xac40type/Process/Consult/DocumentDetail.aspx?doc=20030403040001040141>
 Access document on: FEDRA F040074 04/07/03 14000 - 000000 04/07/03

Num. 15025427 - Pag. 06



Nome do documento: 2207020422344000001340141
<https://pba.jus.br/470/pba/Processo/ConsultarDocumento?View=assin%2F2207020422344000001340141>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 20060205 20:42:22

Nurs. 150275427 - Pág. 67

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

5949 - DREXEL AGROPECUARIA LTDA		DREXEL CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 16.587.502/0001-02	Nº 1120066144	Data: 06/01/2019	
Endereço: R. R. S. 290	Município: Nova	Imposto: MA	Diário: 6
Demonstração do Resultado do Exercício em:	31.12.2017	Folha: 7	

Descrição	Classificação	Custo	Exercício Atual
Preços e Corretas	4.3.02.01.05	2050	100.510,540
Serviços Terceiros - PJ	4.3.02.01.07	2046	50.479,900
Serviços Terceiros - PF	4.3.02.01.08	2047	152.970,500
Aluguel	4.3.03.01.01	2080	79.500,000
Água	4.3.03.01.04	2085	1.334,500
Reformas e Consertos	4.3.03.01.06	2085	18.190,000
Despesas Diversas	4.3.03.01.07	2110	705.221,600
Taxa de Alvari	4.3.03.01.08	2032	855,000
Despesa com Seguros	4.3.03.01.11	2113	2.022,580
Luz	4.3.03.01.12	2086	64.261,320
Material de Expediente	4.3.03.02.01	2120	781,000
Despesa com Cartões	4.3.03.02.06	2117	54.458,960
Material de Consumo	4.3.03.02.07	2128	838.942,860
Despesa com Sistemas de Informática	4.3.03.02.08	2142	18.797,850
Manutenção e Consertos	4.3.03.03.01	2155	26.084,140
Combustível	4.3.03.03.04	2160	2.125.253,140
Despesa c/ Manut. Veículos	4.3.03.03.05	2165	122.961,770
Multas de Infração de Trânsito	4.3.03.03.06	2167	634,710
Correios e Malotes	4.3.03.04.01	2175	58,610
Internet	4.3.03.04.04	11234	6.601,960
Despesa com Viagens e Estadas	4.3.03.05.01	2185	88.581,020
Despesa com locação de veículo	4.3.03.05.04	7181	168.159,520
Locação de bens móveis	4.3.03.05.05	7185	464.040,000
Seguros Veículos	4.3.03.06.02	2220	268.207,540
Outras Despesa c/ Seguros	4.3.03.06.05	2225	14.804,250
Depreciações	4.3.03.07.01	2245	405.000,400
Contribuições	4.3.05.02.01	2125	5.000,000
Dotações	4.3.05.02.02	2200	1.924,900
Multas e Acrescimos Monetários	4.3.05.04.02	2280	62.748,210
Associações e Sindicatos	4.3.05.04.04	2286	5.700,270

Só as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

LEIDE DANA SHENOWARA BACAGNAM
Administrador
CPF: 303.761.248-73

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
CPF: 772.940.054-48
RG: 008403

5949 - DREXEL AGROPECUARIA LTDA		DREXEL CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 16.587.502/0001-02	Nº 1120066144	Data: 06/01/2019	
Endereço: R. R. S. 290	Município: Nova	Imposto: MA	Diário: 6
Demonstração do Resultado do Exercício em:	31.12.2017	Folha: 8	

Descrição	Classificação	Custo	Exercício Atual
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS			
IPVA	4.4.01.01.01	2175	42.147,620
IPTU	4.4.01.01.02	2180	1.448,320
Taxas Diversas	4.4.01.01.03	828	5.595,180
ICMS Diferencial de Alíquota	4.4.01.01.06	2179	26.433,790
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			
Despesa Bancária	4.5.01.01.03	2130	21.855,580
Resultado na Venda	4.5.02.04.01	2485	584.848,240
Empréstimos Bancários	4.5.03.01.02	2110	616.786,550
Juros/Multas	4.5.04.01.01	2155	79.345,820
Imposto de Renda	4.5.04.04.01	2191	20.861,240
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	2600	479,410
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			
RECEITAS FINANCEIRAS			
Outras Receitas	3.3.02.01.03	1150	8.196,710
Outras Receitas	3.3.02.05.03	1620	177.118,390
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CS			
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUC			
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.6.02.01.01	2725	999.875,580
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - C	4.6.02.01.02	2730	535.216,350
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			

Só as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.

LEIDE DANA SHENOWARA BACAGNAM
Administrador
CPF: 303.761.248-73

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
CPF: 772.940.054-48
RG: 008403



Número do documento: 20030004234400010467147
https://pse.pse.br/4039/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=20030004234400010467147
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 36180320-214222

Núm. 150275427 - Pág. 88



Número do documento: 20030004234400010467147
https://pse.pse.br/4039/Processo/ConsultaDocumentoDetalhado.aspx?cd=20030004234400010467147
Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 36180320-214222

Núm. 150275427 - Pág. 89

6.3.ODIVÉL AGRONEGÓCIOS LTDA (CNPJ: 10.567.502/0001-52)
(DRE/BALANÇO PATRIMONIAL E EXERCÍCIO 2024.

ORÇ. AGROPECUÁRIA LTDA		ORÇ. CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ: 09.547.92/0001-02		REF: 11/2006/09 Período: 04/01/2009	
Endereço: BR 106, 200 CEP: 45650-240		Imposto:	
Endereço: Paralela de MATOZOS em 11/12/2004		IN /	Data: Folha: 1
Descrição	Classificação	Exercício Atual	
Alm.	1	76.004.045,50	
Créditos	11	76.004.083,00	
Débitos	1.10	76.700.054,40	
Transferência em caixa	1.10.01	****1.025,60	
Caixa (27)	1.10.01.01	75.000,00	
Aplicação	1.10.01	75.720.000,00	
Aplicação Banco Sudo (242)	1.10.01.03	1.000.000,00	
Aplicação Banco do Brasil Fundo FIC (244)	1.10.01.09	110.073,00	
Aplicação Caixa Econômica - CDB FIC (225)	1.10.01.02	1.719.927,00	
Clientes	1.10	76.004.010,00	
Exercícios Anteriores Prorrogação e Juros	1.10.01	76.004.010,00	
Duplicatas a receber (35)	1.10.01.01	30.510.543,50	
o Duplicatas descontadas (38)	1.10.01.02	1.740.000,00	
Adiantamentos	1.10	77.100.000,00	
Adiantamentos Diversos	1.10.01	77.100.000,00	
Adiantamentos para Distribuição de Lucros (71)	1.10.01.08	2.100.573,00	
Finanças e Reservas	1.10	77.000.750,00	
Finanças e Reservas	1.10.01	77.000.750,00	
Contas Finanças e Reservas (74)	1.10.01.03	41.700,00	
Impostos a Receber (703)	1.10.01.05	47.000,00	
Reservas	1.10	76.700.000,00	
Reservas em trânsito	1.10.01	76.700.000,00	
Previdência e Reservas para Faltas (70)	1.10.01.07	16.700.000,00	
Ativo Não Circulante	12	75.720.000,00	

ORFVET - VGR0906G0C00 LTDA		NIRE: 120666559 Data: 04/12/2009		ORFET - CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ: 16.567.562/0001-02		4090-140		Ma	Valor
Inscrição 016, 20 CEP: 40905-140		Imposto			
Relatório Período de 01/01/2024 até 31/12/2024					
Descrição	Classificação	Exercício Atual			
Despesas	1.2.0	****213.714,70			
Despesas	1.2.0.0	****213.714,70			
Participação societária em outras empresas (47)	1.2.0.0.01	180.000,00			
Contratos (48)	1.2.0.0.02	111.714,70			
Indicadores	1.2.0	10.525.526,00			
Despesa	1.2.0.0	***1.200.000,00			
Taxas (49)	1.2.0.0.01	1.000.000,00			
Despesas	1.2.0.02	***90.000,00			
Serviço de Internet (75)	1.2.0.02.02	90.000,00			
Máquinas e equipamentos	1.2.0.03	***1.034.433,00			
Máquina e equipamentos (76)	1.2.0.03.01	1.034.433,00			
Informática	1.2.0.04	****6.317,00			
Equipamentos de Processamento - Hardware (40)	1.2.0.04.01	6.317,00			
Móveis e utensílios	1.2.0.05	***26.129,00			
Móveis e Utensílios (40)	1.2.0.05.01	26.129,00			
Veículos	1.2.0.06	***1.122.386,70			
Veículos (50)	1.2.0.06.01	1.122.386,70			
Depreciação Acumulada	1.2.0	***97.866,66			
Depreciação Acumulada Indefinida	1.2.0.01	***97.866,66			
-() Depreciação Acum. Equip. Máquinas e Equipamentos (7)	1.2.0.01.01	40.176,46			
-() Depreciação Acum. Equip. Hardware (50)	1.2.0.01.04	2.708,50			
-() Depreciação Acum. Equip. Móveis e Utensílios (76)	1.2.0.01.05	2.614,27			
-() Depreciação Acum. Equip. Veículos (50)	1.2.0.01.06	462.069,43			

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e não representam por toda a sua Importação Manuêlis - Rta. 11 de Dezembro de 2014

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verídicas e não respondemos por todas elas.
Imperatriz, Maranhão - 16 de Dezembro de 2014

Assinado de forma digital
LEIDE DIANA SBRIO-NARA por LEIDE DIANA
WACAGNAN-RENTON OAB/RS 98084
WACAGNAN-RENTON(OAB)
LEIDE DIANA SBRIO-NARA WACAGNAN
Advocadora
CPF: 08.761.246-7

JOÃO JOSÉ SILVA DE
SOLAZA-77294009368
Assinado de forma digital
por JOÃO JOSÉ SILVA DE
SOLAZA-77294009368
JOÃO JOSÉ SILVA DE SOLAZA
Consultor
(CPF: 772.940.093-68) (CNPJ: 00000000/00000000)

LEGE DRAMA SHINGHARA
MAGANIN 0070 2473
LEGE DRAMA SHINGHARA
MAGANIN 0070 2473

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA 7729408936
Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA 7729408936
JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Cidade
CPF: 77294089-36 CRC: 09403
RS



Numele și zădărnici: TUDOR DĂBĂLAȘTEI [987] W
<https://ps.ps.lu.it/4/Cipe/Proiecte/ConsulteDocumentale/view.asp?c=00000000000000000000000000000000> W
 Asigurați-vă că informațiile sunt corecte și complete înainte de a fi publicate în sistem.

[illegible]

Num. 15075427 - Pág. 54

Num: 150275427 - Pág. 53

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

MODEL: W2000X30178A	ORIG CONTAINER/LTR			
CST: 91367323000-11	NO. 210000000 Date: 06/01/2009			
Enduse: 00 0 0 0 00 CST: 0295-140	0503-140	Deposited	MA	State: Title:
Document Path: 4-01-00 0024 and 01-02-004				

Denominação	Classificação	Exercício Real
Produtos	1	42.824.875,90
Cereais	11	14.445.735,26
Ferramentas	11.01	15.087.365,90
Pratos Fritos ou Pratos Fritados	11.01.01	15.087.365,90
AGROPECUARIAS AGRICOLAS LTDA (AGT)	11.01.01.01	38.015,12
ALMEIDA E LULAS LTDA - EPP (ALU)	11.01.01.01	47.680,00
AMAZONAS DO BRASIL COM E REPRESENTAÇÃO	11.01.01.01	8.143,70
CALAMAY INDUSTRIA DE CALÇADOS LTDA (CAL)	11.01.01.01	8.373,80
CHOCORUM LTDA (CHOC)	11.01.01.01	16.408,00
INDIA TECNOLOGIA AGRICOLA LTDA (ITA)	11.01.01.01	120.000,00
NOVO BRASIL AGRICULTURA LTDA (NOB)	11.01.01.01	138.703,00
JOHNS SANTOS ROCHA COMERCIO (JOH)	11.01.01.01	7.700,70
LEILA COMERCIO E VAREJAMA COMERCIO E SER	11.01.01.01	1.175,20
MARFIO AGRICULTURA LTDA (MAR)	11.01.01.01	30.495,90
MOMESIMO DO DE MARQUES LTDA (MTM)	11.01.01.01	25.654,00
NEUFARM DO QUÍMICO E FARMACEUTICA S.A. - SP (N)	11.01.01.01	85.121,60
Indústria de Máquinas Agrícolas (20.01)		428.000,00
Indústria de Máquinas Agrícolas (20.01.01)		479.073,00
DAFRA MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA (DAF)	11.01.01.01	428.485,00
ESCAMA MACHADO BRASIL S.A. (ESCAM)	11.01.01.01	40.588,00
SOLIS DO BRASIL QUÍMICA LTDA (SOL)	11.01.01.01	40.584,70
TRATAMENTO QUÍMICO BRASIL INDUSTRIA QUÍM	11.01.01.01	149.206,00
TRICONTIN BRASIL INDUSTRIA AGRICOLA	11.01.01.01	130.000,00
TRICONTIN BRASIL INDUSTRIA DE PRODUTOS	11.01.01.01	1.064.133,00

Declaro sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

LEGE DUNA
SINCRONA
MACRONUMEROS 124
73

Assinado de forma digital
por LEGE DUNA
MACRONUMEROS 124
MACRONUM 107612473

LEGE DUNA SINTONIA MACRONUM
Administradora
CPF: 05.761.247-3

JOAO JOSE SILVA DE
SOLUZA 7729409346

Assinado de forma digital
por JOAO JOSE SILVA DE
SOLUZA 7729409346

JOAO JOSE SILVA DE SOLUZA
Cadeado
CPF: 77.294.093-46 CEC: 09402
801



Nihon shohinme: 350035423440001348141
<http://www.jpia.jp/ja/42/ja/Process/Consult/DocumentDetail.aspx?hp=350035423440001348141>
 Copyright © 2009 by JPIA. All rights reserved.

Num. 15275477 - Pag. 55

OBJETO: ATRIBUIÇÃO DE LTB		ORIENTADOR: ENRIQUE LIMA	
CNPJ: 09.547.302/0001-02	SIRE: 212066404 Data: 30/03/2009		
Rua: 88, 913, 300 CEP: 69065-140	69065-140	Tempo: 1h	MA
Relatório Gerenciado: 20-03-2009 at 10:12:00		Data: _____ Folia: _____	

Descrição	Classificação	Exercício Anterior
TOTAL DO CAMBÓRIO LÍQUIDO	2.1.0.0.39	13.685.502
INSCRIÇÃO INDUSTRIAL E COMÉRCIO DE SERVIÇOS	2.1.0.0.39	2.080.000
INSCRIÇÃO ALIMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	2.1.0.0.39	1.647.627.993
Emprestimos p/ capital de giro	2.1.0.0	***13.777.668.939
Emprestimos Bancários	2.1.0.0.02	***13.777.668.939
Emprestimos Banco do Brasil S.A. (967)	2.1.0.0.02.01	140.250.000
Emprestimos Banco Sula (128)	2.1.0.0.02.07	3.029.040.000
Tributos e Contribuições	2.1.0.0	***13.909.275.646
Tributos e Contribuições	2.1.0.0.01	***13.909.097.830
IRPJ e IRPJ (980)	2.1.0.0.01.01	1.032.207.180
CIE e IRL (982)	2.1.0.0.01.02	378.319.590
PIS e COFINS (928)	2.1.0.0.01.03	340.725.220
PIS e COFINS (929)	2.1.0.0.01.06	11.405.590
ICMS e IRL (927)	2.1.0.0.01.10	980.130
IRRF e IRL e rendimentos (927)	2.1.0.0.01.11	10.952.120
Provisionamento de Tributos e Contribuições	2.1.0.0.03	*****24.217.000
Provisionamento de ICMS (929)	2.1.0.0.03.01	24.217.000
Obrigações com Pessoal	2.1.0.0	*****46.411.100
Saldos	2.1.0.0.00	*****46.411.100
Saldos a Pagar (948)	2.1.0.0.00.00	46.411.100
Passivo Não Circulante	2.2	***13.966.377.590
Emprestimos e Financiamentos a Pagar	2.2.0.0	***13.966.377.590
Emprestimos	2.2.0.0.01	***14.099.089.000
Emprestimos Bancários (145)	2.2.0.0.01.02	244.000

Declaram, sob as penas da lei, que as informações aqui postadas são verdadeiras e são responsáveis por todas elas.
 Inocência Macedo e Silva, 11 de Novembro de 2014

LUIZ DANA SINDICATO MACAGNAN@GLOBO.COM 75	Assinado de forma digital por LUIZ DANA SINDICATO MACAGNAN@GLOBO.COM	JOAO JOSE SILVA DE Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA@729400966
LUIZ DANA SINDICATO MACAGNAN Administrador (08) 30131-244-7	JOAO JOSE SILVA DE SOUZA Contador (08) 771-546-894-48 (042-8949) RG	



Número de documento: 250000432044000013481141
<https://pau.usb.447/ga/ProcessoConsultadocuments/default.asp?op=250000432044000013481141>
 Assunto: Assunto: Assunto: ass. PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 20000000 00-01-00

Nun. 15027542T - P. 66

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

MODEL: VGR060006 LTA CPT: 10-97-00000-0 Balance: 00 0.0, 00 CPT: 000-10		DATE: 11/06/00 (Day: 06/11/2000) TIME: 14:00 Importer: MA Status: Follow	
---	--	---	--

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Impostos sobre os Lucros (S/A) (10)	22.01.01	10.73.000
Impostos sobre o Consumo (Folha) (179)	22.01.02	11.70.07.00
Impostos sobre o Consumo (S/A) (175)	22.01.01	12.43.00
Passivo Circulante	22.01.00	11.80.20.00
Devedores de Impostos (179)	22.01.02	1.00.07.00
Patrimônio Líquido	23	16.01.00.00
Capital Social	23.01	11.00.00.00
Capital Social Integralizado	23.01.01	11.00.00.00
Capital Social (177)	23.01.01	1.00.00.00
Reservas	23.01	11.01.00.00
Reserva de Lucros - Reserva Legal	23.01.01	11.01.00.00
Reserva de Lucros - Reserva (178)	23.01.01.01	11.01.00.00
Provisões, Passivos Contingentes e Passivos	23.01	11.01.00.00
Provisões, Passivos Contingentes e Passivos	23.01.01	11.01.00.00
Provisões, Passivos Contingentes e Passivos (179)	23.01.01.01	11.01.00.00

Declaro, sin reserva de ley, que la información proporcionada es verdadera y es responsabilidad por toda esta
Impresora: Veracruz - Méx. 11 de Diciembre de 2020

Assinado de forma digital
LEIEN DANA SUNDHARA per LEIEN DANA
WACANASIKUN 140
WACANASIKUN 140
LEIEN DANA SUNDHARA WACANAM
Admistrador
(79 94 34 1407)

JOAO JOSE SILVA DE ASSINADO DE FORMA DIGITAL
SOLUZA:7729400965 por JOAO JOSE SILVA DE
8 SOLUZA:7729400965
JOAO JOSE SILVA DE SOLUZA
Consultor
CPF:7729400965 CRC:0482
80

5949 - COTEL WINDOCCOR LTDA		OTEC CONTABILIDADE LTDA	
CNPJ 13.817.928/0001-02	Via: 20240408	Data: 06/03/2009	
Rodovia BR 308	Município: Porto	Imposto:	MA
Demarcação de Reserva de Exploração em	11/03/2004	6790-10	Folha: 1

Descrição	Classificação	Custo	Exercício Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			38.999.752,29C
Re venda de Mercadorias	3.3.01.01.02	3420	36.267.672,29C
Prestação de serviços	3.3.02.01.01	3425	18.000,00C
Dotação	3.5.01.01.05	1521	374.080,00C
)- DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			28.266,22D
Imposto sobre Circ. Mercadorias e Serviços -	3.2.01.01.05	3465	28.266,22D
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			38.971.546,07C
)- CUSTOS DIRETOS			27.968.731,60D
Mercadorias Tributadas	4.3.01.01.01	7725	27.228.473,20D
Salários e ordenados	4.3.03.01.01	7735	681.258,40D
)- CUSTOS INDIRETOS			80.985,24D
Despesa c/ Beneficiário	4.7.02.01.05	2205	80.985,24D
)- CUSTO PESSOAL APLICADO			538.311,61D
13º Salário	4.3.01.02.04	7908	46.467,45D
Férias	4.3.01.02.05	7905	52.192,82D
Outras Despesas	4.3.01.02.09	7925	155,00D
Comissão	4.3.01.02.10	664	117.861,23D
Aviso Prévio	4.3.01.03.01	7935	49.479,60D
Indenizações Trabalhistas	4.3.01.03.05	7945	8.800,00D
Previdência Social	4.3.01.04.01	7968	172.215,90D
FGTS	4.3.01.04.02	7965	60.875,45D
FGTS Multa Rescisória	4.3.01.04.04	7966	30.342,90D
Despesa c/ Plano de Saúde	4.3.01.08.02	2011	20.685,70D
)- DESPESAS OPERACIONAIS			4.880.217,40D
Exercícios Anteriores	4.3.02.01.02	2015	46.132,60D
Favorecimento de Consultoria	4.3.02.01.05	2048	249,80D
Frete e Correio	4.3.02.01.05	2056	238.982,45D
Despesas Diversas	4.3.02.01.06	2055	130,00D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
Irapueta, 31 de dezembro 2024.

LEIDE DIANA SHINCHAWA Avaliada de forma digital
MACACAWN3037612467 LEIDE DIANA SHINCHAWA
MACACAWN3037612467

LEIDE DIANA SHINCHAWA MACACAWN
Administrador
CPF: 303.761.246-73

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA-77294009368 Assinado de forma digital por JOAO JOSE SILVA DE SOUZA-77294009368

JOAO JOSE SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.093-68 CRC: 058465-0
RG: 000870330078 SP/SPMA



Nome do documento: 25502X22W4000012941.WT
<https://pau.gov.br/HQ/pa/ProcessoComArquivosPublicos.aspx?pr=25502X22W4000012941.WT>
 Número de inscrição no PPG: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 000005304232

Num. 150275427 - Pag. 57



Received document: 2023/03/24 04:00:11 PM
<https://doi.org/10.1016/j.cpa.2023.03.001>
 Accepted document: 2023/03/24 04:00:11 PM

Num. 150275427 - Pag. 58

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

TAM - QUEL 40000000 LIT		COTIZ. CONTINGUADA LIT	
COD 10 567 502000-02	Via: 211000000	Data: 06/01/2009	
Endereço: 010, 20	Município: São	Estado: RJ	Data: 8
Demografia de São Paulo de 2000	3107204	(2000-00)	Saldo: 7

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Serviços Terceiros - PJ	4.3.02.01.08	2847	493.133.230
Aluguel	4.3.03.01.01	2880	71.875.980
Água	4.3.03.01.04	2885	1.930.420
Despesas Diversas	4.3.03.01.07	2110	558.841.790
Taxa de Alvará	4.3.03.01.08	2832	895.260
Despesas com Seguros	4.3.03.01.11	2113	2.750.630
Luz	4.3.03.01.12	2886	183.883.760
Material de Expediente	4.3.03.02.01	2120	267.970
Outras Despesas	4.3.03.02.04	2133	3.966.990
Despesas com Informática	4.3.03.02.05	2136	4.280.880
Despesas com Cartões	4.3.03.02.06	2137	9.294.980
Material de Consumo	4.3.03.02.07	2138	1.549.869.180
Despesas com Sistemas de Informática	4.3.03.02.08	2142	17.482.030
Manutenção e Consertos	4.3.03.03.01	2155	5.431.860
Combustível	4.3.03.03.04	2160	1.201.420.540
Despesas c/ Mant. Veículos	4.3.03.03.05	2165	234.850.630
Multas de Infração de Trânsito	4.3.03.03.06	2137	2.851.180
Telefone e Telegrafias	4.3.03.04.02	2180	347.510
Outras Despesas	4.3.03.04.03	2185	1.330.080
Internet	4.3.03.04.04	11234	8.830.930
Despesas com Viagens e Estadas	4.3.03.05.01	2195	28.863.130
Outras Despesas	4.3.03.05.03	2205	10.880.380
Despesas com locação de veículo	4.3.03.05.04	7181	82.517.950
Seguro Veículos	4.3.03.06.02	2220	91.149.810
Outras Despesas c/ Seguros	4.3.03.06.05	2235	16.711.120
Doativos	4.3.03.02.02	2120	380.380
Despesas Judiciais	4.3.03.03.03	2235	29.833.960
Multas e Acrescimos Monetários	4.3.03.04.02	2190	325.820
Associações e Sindicatos	4.3.03.04.04	2196	6.845.350

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, não responsabilizando por todas elas.
Imperatriz Maranhão - Ma, 21 de dezembro 2024

LEIDE DIANA SHIROHARA *Illustrado de forma digital por*
MACACONAN3037612482 *(LEIDE DIANA SHIROHARA)*
3 *MACACONAN3037612482*

LEIDE DANA SRIWIDHARA KUNCANAM
Administrator
OFF 302.781.248-73

JOAO JOSE SILVA DE
SOLUZA:77294009368

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.065-48 CRC: 039406-D
RG: 010671302009-13/SP/AMA

SME - SERVIÇOS DE CONSULTORIA		ORÇ. CONTABILIZADOR LTDA	
INSTRUMENTO Nº 00000000-0	Nº 00000000	Data: 04/03/2009	
Endereço: R. 10, 200	Município: Novo	UF: (6001-10)	
Inscrição de Registro de Empresa em:		11/15/2004	
		Imposto:	ISS
			Folha: 6

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
(+) DESPESAS TRIBUTÁRIAS			62.891,87D
IPVA	4.4.01.01.01	2375	45.287,32D
IPFU	4.4.01.01.02	2380	5.541,82D
Taxas Diversas	4.4.01.01.03	828	8.282,93D
ICMS (Diferencial de Alíquota)	4.4.01.01.06	2378	4.979,80D
(-) DESPESAS FINANCEIRAS			244.161,11D
Despesas Bancárias	4.5.01.01.03	2130	17.675,96D
Despesas com Empréstos	4.5.03.01.04	7818	187.080,86D
Juros Multas	4.5.04.01.01	2955	38.961,13D
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	4.5.04.04.02	2580	524,17D
(-) DESPESAS PATRIMONIAIS			0,00C
RECEITAS FINANCEIRAS			0,00C
(=) RESULTADO ANTES DO IR E CS			3.893.753,24D
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ LUCRO			913.022,71D
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.6.02.01.01	2725	598.783,85D
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - C	4.6.02.02.02	2730	314.238,86D
LUCRO (OU PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO			4.006.775,53D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizando por todas elas.
 Imaculada Moraes - Ma, 31 de dezembro 2024

LEIDE DIANA SHINCHABA
HINCHAMAN 30576134679

LEIDÉ OMARA SHINGWAPU RUCADNAM
Administrator
(276) 310-7911 x446-73

JOAO JOSE SILVA DE
SOLIZ:77294009368

JOÃO JOSÉ SILVA DE SOUZA
Contador
CPF: 772.940.065-88 CRC: 008485
RGT: 0006710000078 SEBRAE/PA



Nome do documento: 22822422840001204141
<https://ppl.ilo.it/40type/Proceder/ConsultarDocumento?view=arhivo:22822422840001204141>
 Assunto determinador: PEDO FORNECA SAUTOS ANCH- 200701 20472

Wirtz, 150275427 - Page 58



Número do documento: 200802A220400009 1649141
<https://ppl.us/j/143jpePmoeoCnuaUeDocumenfof?view=usefr200802A220400009 1649141>
 Assinado eletronicamente por: FCBR PDS/CECA SANTOS JUNIOR - 803A003 754272

Num. 150275427 - Pág. 60

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail:eduiradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

6.3.3 Quadro comparativo anos/2022/ 2023 e 2024

COMPARATIVO ODÍVEL 2022-2024					
CONTA	2022	2023	2024	Δ% 23/22	Δ% 24/23
Receita Líquida	73.582.219,18	50.840.208,91	30.571.546,07	-30,90%	-39,90%
Custo (CPV/CSP)	49.788.542,28	36.719.940,69	27.919.731,96	-26,20%	-24,00%
Lucro Bruto	23.793.676,90	14.120.268,22	2.651.814,11	-40,70%	-81,20%
Despesa Operacional	3.956.917,35	6.937.360,75	5.338.529,01	75,30%	-23,00%
Despesa Não Operacional (Fin+Trib)	691.502,72	1.407.293,76	308.052,98	103,50%	-78,10%
EBTIDA	19.883.652,92	7.587.987,87	-2.643.777,08	-63,80%	137,40%
Caixa e Equivalentes	4.241.668,57	4.821.614,05	3.788.054,44	13,70%	-21,40%
Imobilizado Líquido	8.921.668,62	9.649.090,44	9.736.090,45	8,20%	0,90%
Patrimônio Líquido	33.730.002,42	33.609.619,09	26.515.568,72	-0,40%	-21,10%
Lucratividade	22,22	8,60%	-13,1%	-13,60%	-21%
Solvência Geral (x)	1,46x	1,63x	1,73x	11,60%	6,10%
Endividamento Geral (x)	0,69x	0,61x	0,58x	-11,60%	-4,90%
Liquidez Geral (x)	1,34x	1,45x	1,45x	8,20%	0,00%
Liquidez Seca (x)	1,33x	1,97x	2,90x	48,10%	47,20%

6.3.3.1 Detalhamento- quadro comparativo

Receita Líquida. 73,6 → 50,8 → 30,6 (-30,9% em 23/22; -39,9% em 24/23): retração contínua do faturamento.

Custo (CPV/CSP). 49,8 → 36,7 → 27,9 (-26,2%; -24,0%): custos caem, porém menos que a receita.

Lucro Bruto. 23,8 → 14,1 → 2,7 (-40,7%; -81,2%): compressão acentuada da margem bruta em 2024.

Despesa Operacional. 4,0 → 6,9 → 5,3 (+75,3%; -23,0%): aumento em 2023 e ajuste parcial em 2024.

Despesa Não Operacional (Fin.+Trib.). 0,69 → 1,41 → 0,31 (+103,5%; -78,1%): pressão forte em 2023 com alívio em 2024.

EBITDA. 19,9 → 7,6 → -2,6 (-63,8%; variação que leva a negativo em 2024): efeito combinado de menor escala e margem comprimida.

Caixa e Equivalentes. 4,24 → 4,82 → 3,79 (+13,7%; -21,4%): redução de caixa no último ano.

Imobilizado Líquido. 8,92 → 9,65 → 9,74 (+8,2%; +0,9%): base de ativos estável/levemente crescente.

Patrimônio Líquido. 33,73 → 33,61 → 26,52 (-0,4%; -21,1%): erosão patrimonial em 2024.

Lucratividade (margem líquida). 22,22% → 8,60% → -13,1%: mudança para resultado líquido negativo em 2024.

Solvência Geral (x). 1,46 → 1,63 → 1,73: melhora do colchão de ativos sobre passivos totais.

Endividamento Geral (x). 0,69 → 0,61 → 0,58: desalavancagem gradual.

Liquidez Geral (x). 1,34 → 1,45 → 1,45: >1 desde 2022; estabilidade em 2024.

Liquidez Seca (x). 1,33 → 1,97 → 2,90: forte melhora na liquidez imediata.

7. ANÁLISE CONSOLIDADA DO GRUPO ARCO- IRÍS

7.1 Receita líquida

A análise consolidada dos dados contábeis dos anos 2022, 2023 e 2024, do grupo recuperando, revela que o desempenho dos devedores ficou altamente concentrado a partir de 2023, na **Arco-íris AgrosilvoPastoril Ltda-** Cnpj nº 07.181.330/0001-70. Explico:

Em 2022, o Grupo faturou R\$ 207,2 milhões, com as três empresas contribuindo de forma integrada.

Em 2023, o total caiu para R\$ 187,0 milhões, uma queda de R\$ 20,2 milhões, ou seja -9,8%, a menos que 2022.

No ano de 2023, a empresa de maior desempenho foi a Arco-Íris, que passou, a partir de então, a representar 55% do faturamento de todo o grupo, enquanto Odível e KMX encolheram.

Já em 2024, o faturamento do grupo recuou para R\$ 139,6 milhões, ou seja, 25,3% a menos do ano anterior. O faturamento da Arco-Íris caiu de R\$ 102 milhões para R\$ 74,3 milhões, e Odível, que já vinha apresentando queda contínua de receita faturou apenas 30,6 milhões em 2024, tendo faturado 50,8 milhões em 2023 e 73,6 milhões em 2022. A KMX ficou próxima de estável em 2024, com faturamento de R\$ 34,8 milhões.

Em resumo: de 2022 a 2024 o Grupo perdeu R\$ 67,6 milhões de faturamento e ficou mais dependente ao desempenho da Arco-Íris- quando ela avança, o total melhora; quando recua, todo o consolidado sente.

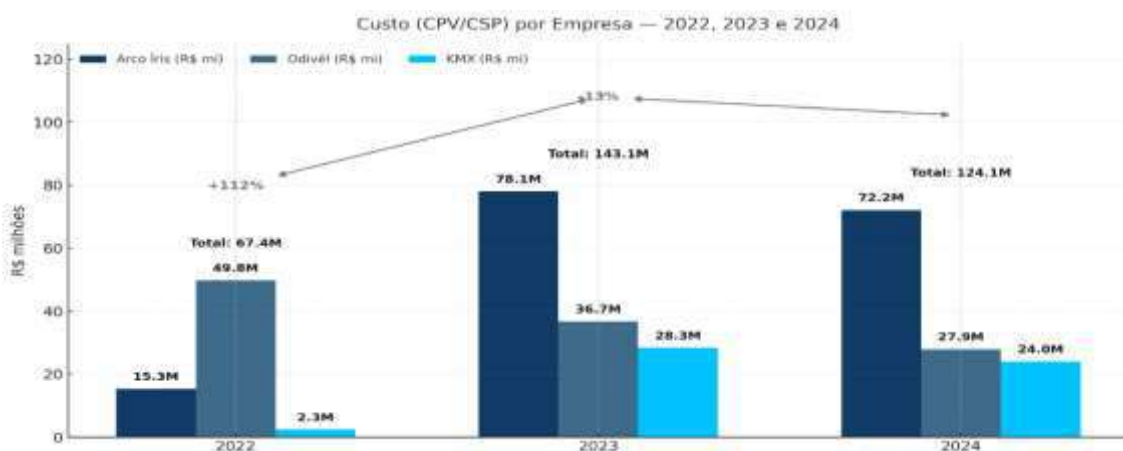




7.2 Custos

No consolidado do grupo, os custos subiram mais de 112% de 2022 para 2023- de R\$ 67,4 milhões → R\$ 143,1 mi) e caíram -13% de 2023 para 2024 (R\$ 143,1 mi → R\$ 124,1 mi). O pico de 2023 foi puxado, sobretudo, pela Arco Íris (R\$ 78,1 mi) e KMX (R\$ 28,3 mi). A Odível já mostrava ajuste (R\$ 36,7 mi).

Em 2024, as três reduzem custos: Arco Íris (R\$ 72,2 mi, -8% a/a), Odível (R\$ 27,9 mi, -24% a/a) e KMX (R\$ 24,0 mi, -15% a/a). Ainda assim, Arco Íris e KMX permanecem acima de 2022, enquanto Odível apresenta queda consistente. O comportamento indica pressão de insumos e operações em 2023 e início de correção em 2024. A trajetória é positiva, mas o grupo precisa consolidar o novo patamar para proteger a margem e o caixa.



São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

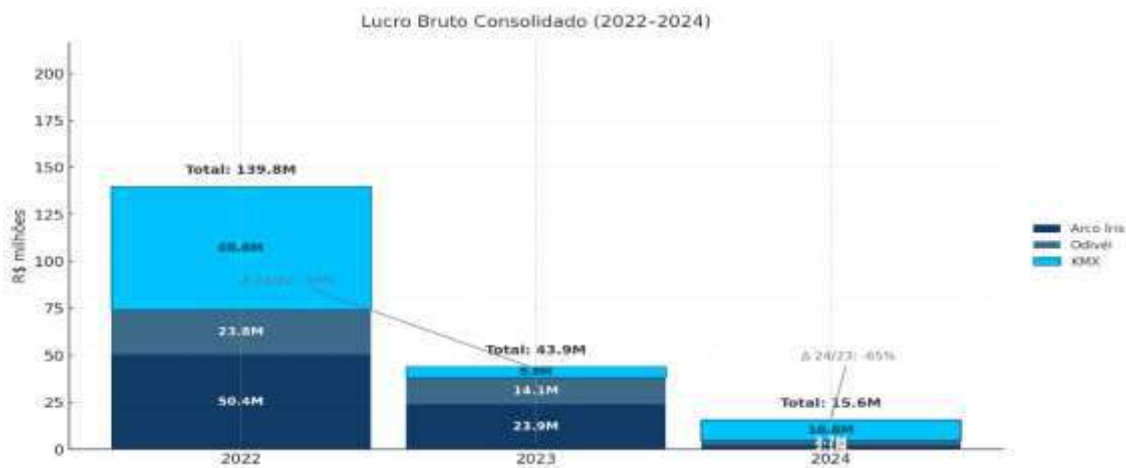
www.ejadvconsujus.com.br

7.3 Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado recuou de R\$ 139,8 milhões em 2022 para R\$ 43,9 milhões em 2023 (redução de 69%), e para R\$ 15,6 milhões em 2024 (redução de 65% em relação a 2023).

Em 2022, o resultado foi puxado pela KMX- R\$ 65,6 milhões, representando 47% de todo o lucro), e a Arco Íris- R\$ 50,4 milhões. Em 2023, houve colapso da KMX com uma redução de 91%, comparado ao ano 2022, com um lucro de apenas R\$ 5,9 milhões, e a Arco Íris com redução de 53% (R\$ 23,9 mi), além de Odível –41% (R\$ 14,1 mi);

Em 2024, a parcial recuperação da KMX (R\$ 10,8 mi) não compensou a forte contração da Arco Íris (R\$ 2,1 mi; –91%) e Odível (R\$ 2,7 mi; –81%). O quadro sugere pressão de custos e volatilidade setorial, recomendando diversificação de margens, reprecificação/hedge de insumos e planos de eficiência (especialmente quanto a Arco Íris e a Odível) para estabilizar o resultado.



7.4 Despesa operacional:

As despesas operacionais consolidadas somaram R\$ 52.580.792,36 em 2022, recuaram para R\$ 41.773.714,24 em 2023 (–20,6%) e para R\$ 32.108.100,21 em 2024 (–23,1%). Em 2022, a Arco Íris concentrou 85% do total (R\$ 44.667.942,66), com Odível e KMX em torno de 8% cada (R\$ 3.956.917,35 e R\$ 3.955.932,35). Em 2023, a composição mudou: a KMX passou a responder por 56% (R\$ 23.185.682,92), enquanto a Arco Íris ficou em R\$ 11.650.670,57 (28%) e a Odível em R\$ 6.937.360,75 (17%).

Em 2024, as três empresas reduzem gastos — Arco Íris –35%, Odível –23% e KMX –17% em relação a 2023 — e o mix permaneceu mais concentrado em KMX (60% | R\$ 19.229.750,57), seguido de Arco Íris (23% | R\$ 7.539.820,63) e Odível (17% | R\$ 5.338.529,01). A trajetória confirma ajuste de custos após o pico de 2022 na Arco Íris e de

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

📠 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

2023 na KMX; mas exige disciplina operacional, revisão de contratos e metas de despesa por empresa para preservar margem e caixa..



7.5 Despesas não operacionais (financeiras + tributárias)

No consolidado do grupo, as despesas não operacionais somaram R\$ 820,8 mil em 2022, subiram para R\$ 11,318 mi em 2023 (1.279% comparado a 2022) e recuaram para R\$ 8,096 mi em 2024 (–28,5% em relação a 2023).

Em termos societários, a Arco Íris passou de R\$ 47.876,74 (2022) para R\$ 9.889.786,13 (2023) e R\$ 7.484.345,62 (2024) — forte alta em 2023 e redução em 2024 (–24% a/a), ainda em patamar elevado; a Odível saiu de R\$ 691.502,72 (2022) para R\$ 1.407.293,76 (2023) e R\$ 308.052,98 (2024) — alta em 2023 e queda acentuada em 2024 (–78% a/a), retornando a nível baixo; a KMX registrou R\$ 81.403,57 (2022), R\$ 20.682,45 (2023) e R\$ 303.572,04 (2024) — valores baixos em 2022/2023 e alta em 2024, ainda muito abaixo de Arco Íris. Essas despesas não decorrem da produção (concentram-se em juros/encargos bancários e tributos não operacionais); o pico de 2023 foi puxado sobretudo pela Arco Íris e, em 2024, observa-se alívio no agregado com queda na Arco Íris e Odível, apesar da elevação na KMX

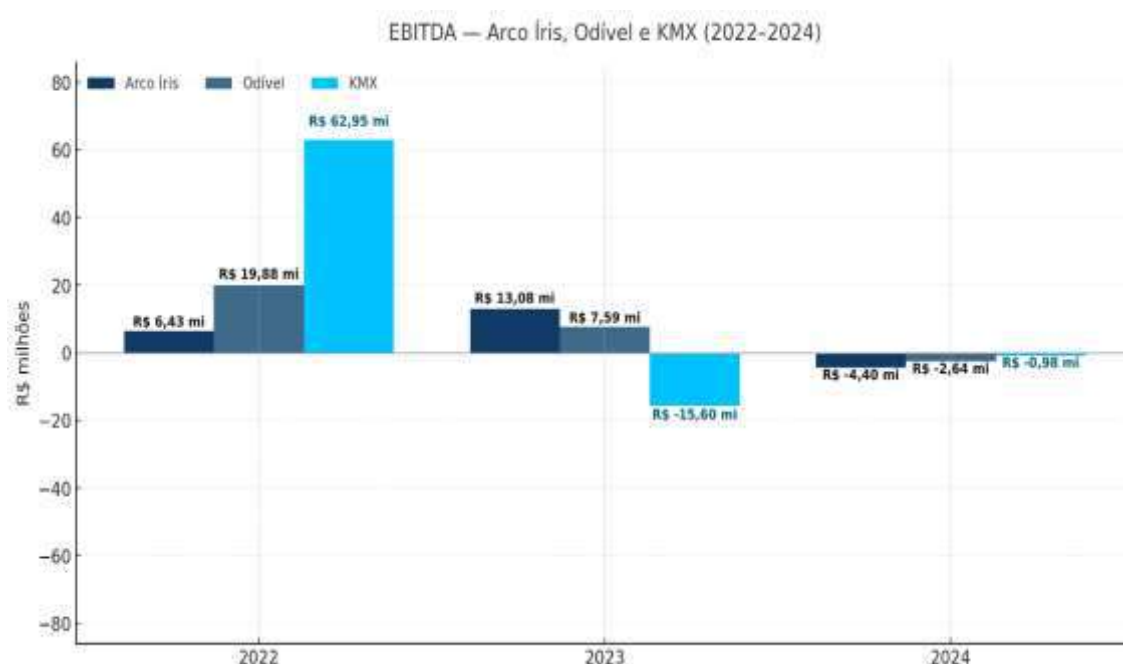


São Luís- MA
 Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
 Quadra- B, Galeria Fiore
 Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 ☎ (098) 2222-0080
 📠 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

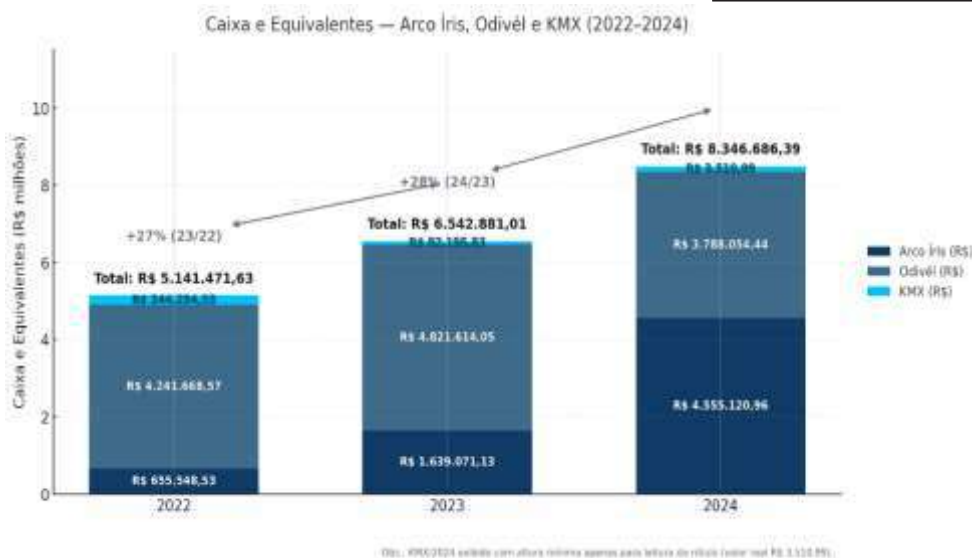
7.6 EBITDA

O resultado operacional (EBITDA), que mostra o lucro antes de juros e impostos, começou bem em 2022 com R\$ 87,23 milhões, puxado pela KMX com R\$ 61,62 milhões (71% do total). Em 2023, caiu para R\$ 2,16 milhões (-97,5%), dado a um bom desempenho da Arco Íris (R\$ 12,24 milhões), mas com prejuízo da KMX (R\$ -17,27 milhões). Em 2024, virou prejuízo de R\$ -10,86 milhões, com perdas em Arco Íris (R\$ -5,44 milhões), Odível (R\$ -2,69 milhões) e KMX (R\$ -2,72 milhões). Isso mostra que os custos altos e problemas operacionais afetaram o grupo.



7.7 Caixa e equivalentes:

No consolidado do grupo, o caixa passou de R\$ 5,14 mi (2022) para R\$ 6,54 mi (2023) (+27%) e R\$ 8,35 mi (2024) (+28%), mostrando melhora de liquidez. O avanço é sustentado, sobretudo, pelo Arco Íris (0,66 → 1,64 → 4,56 mi). Odível ajuda em 2023 e recua em 2024 (4,24 → 4,82 → 3,79 mi), enquanto a KMX mantém níveis baixos (0,24 → 0,08 → 0,00 mi), o que indica, mantendo-se essa tendência, capacidade de honrar compromissos de curto prazo.

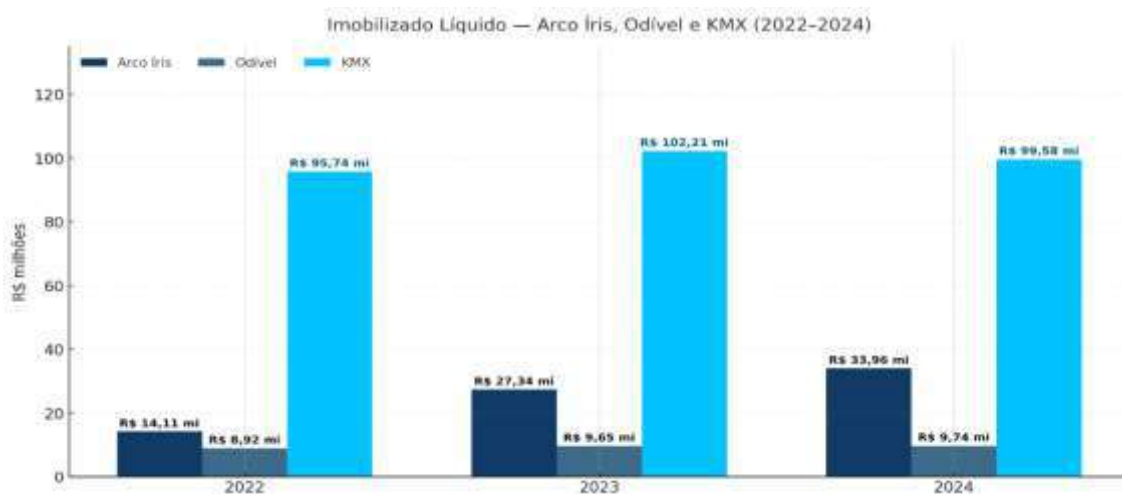


7.8. Imobilizado Líquido:

O imobilizado líquido consolidado do grupo cresceu de R\$ 118,78 mi (2022) para R\$ 139,20 mi (2023) (+17,2%) e avançou para R\$ 143,28 mi (2024) (+2,9%). A composição mostra predominância da KMX, embora em queda gradual de participação (80,6% em 2022 → 73,4% em 2023 → 69,5% em 2024), enquanto a Arco Íris amplia de forma consistente sua base de ativos (R\$ 14,11 mi → R\$ 27,34 mi → R\$ 33,96 mi, equivalendo a 11,9% → 19,6% → 23,7% do total).

A Odível permanece estável em torno de R\$ 8,92 mi → R\$ 9,65 mi → R\$ 9,74 mi (7,5% → 6,9% → 6,8%).

Em termos de dinâmica, a Arco Íris apresentou expansão forte do imobilizado (aprox. +93,7% em 2023 e +24,2% em 2024), a KMX registrou alta em 2023 (+6,8%) seguida de leve ajuste em 2024 (-2,6%), e a Odível evoluiu moderadamente (+8,1% em 2023; +0,9% em 2024).



São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

(098) 2222-0080

(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

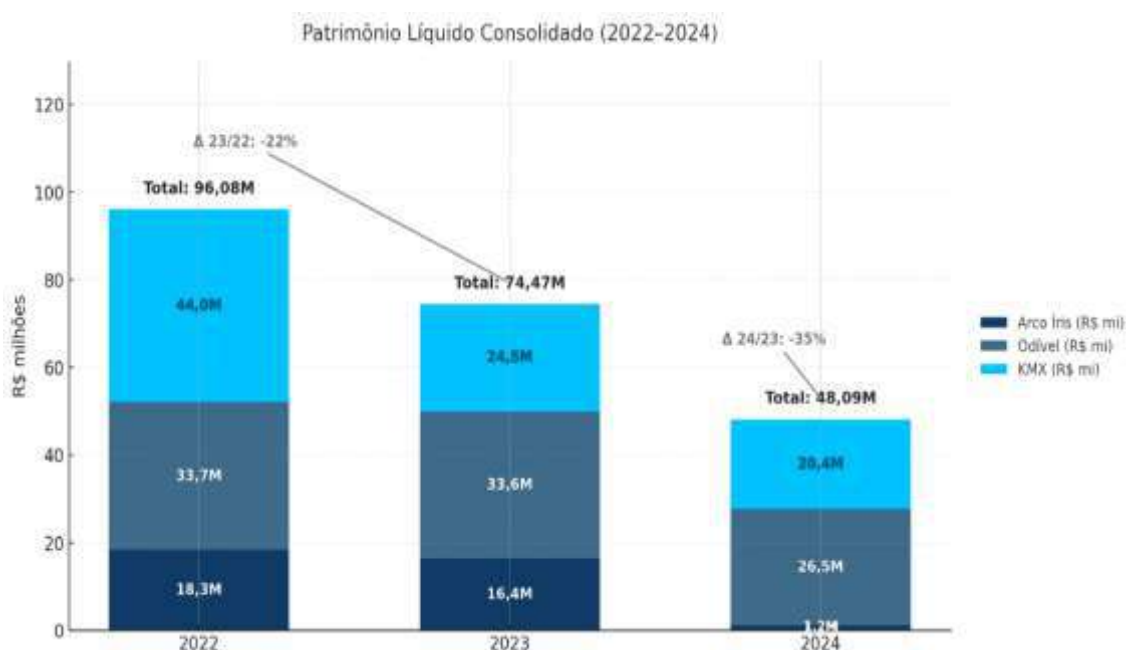
7.9 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido consolidado caiu de R\$ 96,08 mi (2022) para R\$ 74,47 mi (2023) (-22%) e R\$ 48,09 mi (2024) (-35%).

Em 2022, a composição foi KMX R\$ 44,0 mi (46%), Odível R\$ 33,7 mi (35%) e Arco Íris R\$ 18,3 mi (19%);

Em 2023, Odível passou a ancorar o PL (R\$ 33,6 mi; 45%), seguido de KMX R\$ 24,5 mi (33%) e Arco Íris R\$ 16,4 mi (22%);

Já em 2024, Odível ampliou a relevância (R\$ 26,5 mi; 55%), a KMX ficou em R\$ 20,4 mi (42%) e Arco Íris sofreu a maior erosão (R\$ 1,17 mi; 2%). A trajetória indica consumo de capital próprio por prejuízos, notadamente na Arco Íris.



7.10 Lucratividade:

A margem líquida (resultado líquido ÷ receita líquida) indica quanto sobra ou falta de cada R\$ 1,00 faturado após todos os custos e despesas.

Em 2022, o grupo operou no azul nas três empresas, com Arco-Íris 5,7%, Odível 22,2% e KMX 21,5% — um quadro de rentabilidade positiva. Em 2023, a margem se estreita: a Arco-Íris praticamente zero (0,8%), a Odível ainda permanece positiva (8,6%) e a KMX vira para o negativo (-53,6%), revelando perda de resultado após custos, despesas e efeitos financeiros. Em 2024, a situação se generaliza para o vermelho nas três controladas: a Arco-Íris registra -20,5% (conforme DRE e Balanço de 2024), a Odível -13,1% e a KMX -94,6%.

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

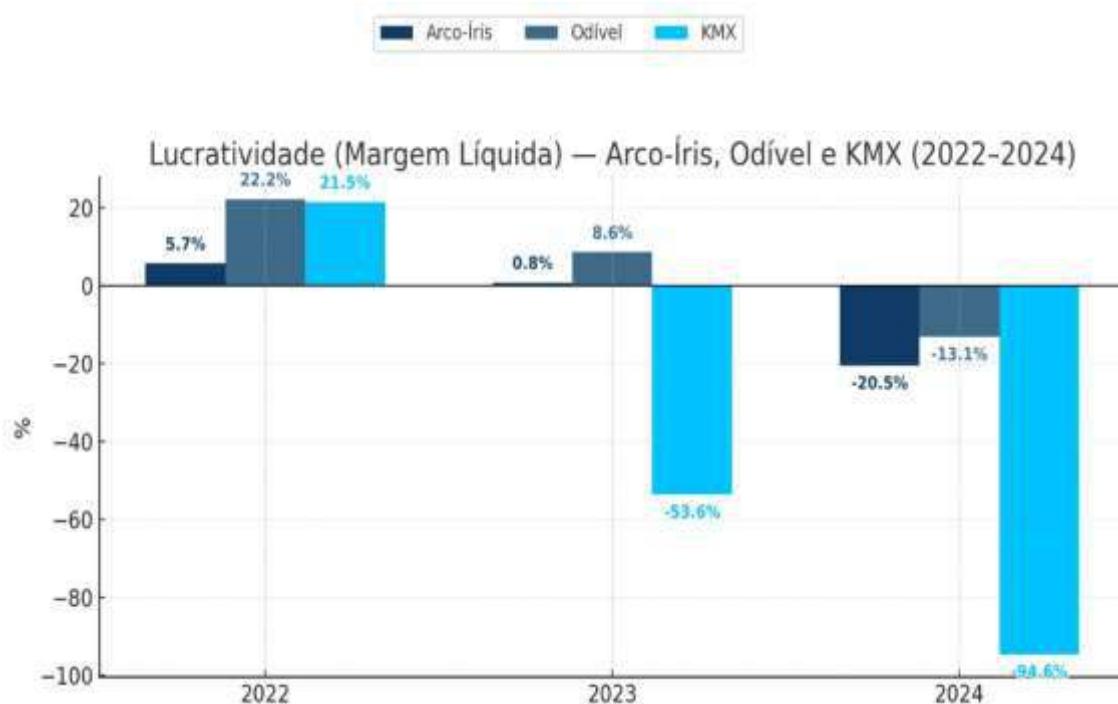
e-mail: edujradvogado@hotmail.com

(098) 2222-0080

(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Em termos simples, isso significa que, em 2024, a cada R\$ 1,00 de receita a Arco-Íris terminou o ano com R\$ 0,205 de prejuízo, a Odível com R\$ 0,131, e a KMX com R\$ 0,946, o que explica a perda de rentabilidade do consolidado e a sensibilidade crescente do resultado do grupo ao desempenho da Arco-Íris no último exercício.



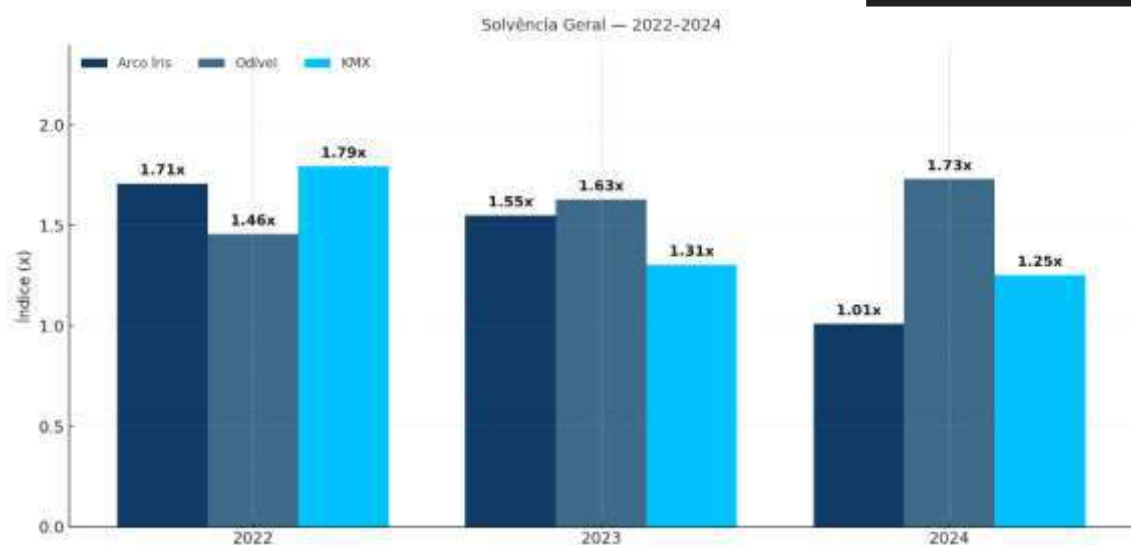
7.11. Solvência geral

O índice de solvência geral avalia a relação entre o patrimônio líquido e as dívidas totais, indicando a capacidade de honrar compromissos de longo prazo. Valores mais altos sugerem maior solidez. (2022–2024).

A Arco Íris recuou de 1,71x (2022) para 1,55x (2023) e 1,01x (2024), chegando ao limite em que o ativo total apenas cobre o somatório de passivos.

A Odível manteve-se acima de 1 e melhorou: 1,46x (2022) → 1,63x (2023) → 1,73x (2024), com folga crescente para honrar obrigações.

A KMX permaneceu acima de 1, ainda que em queda: 1,79x → 1,31x → 1,25x, seguindo com folga estrutural (decrecente); a Arco Íris encerra 2024 no limite; a Odível apresenta evolução positiva.



7.12 Endividamento Geral:

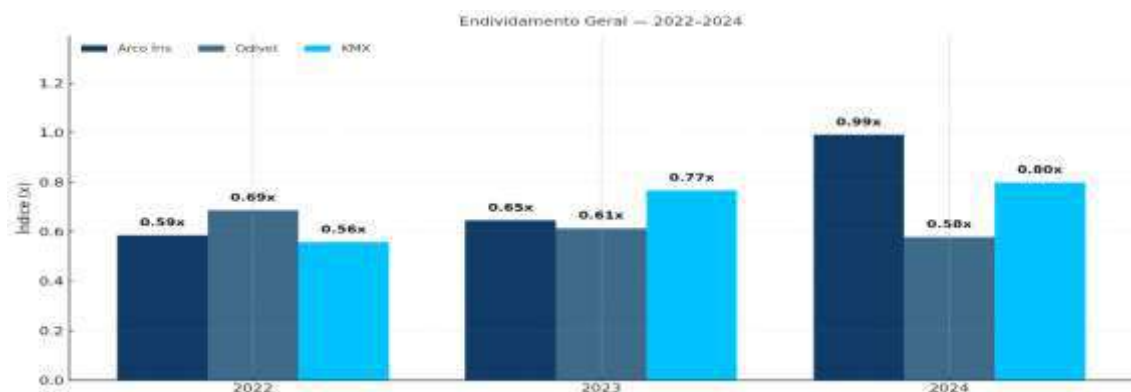
O índice de endividamento geral mostra a proporção da dívida total em relação ao patrimônio, indicando o nível de alavancagem financeira. Valores menores indicam menor dependência de dívidas, em 2022–2024).

A Arco Íris avançou de 0,59x (2022) para 0,65x (2023) e 0,99x (2024), aproximando-se do limite de 1x — sinal de maior alavancagem, que requer atenção a prazos e custo da dívida para evitar ultrapassar o ativo.

A Odível reduziu seu endividamento de 0,69x (2022) para 0,61x (2023) e 0,58x (2024), indicando desalavancagem e melhora do perfil de capital.

A KMX permaneceu abaixo de 1x, ainda que em leve alta (0,56x → 0,77x → 0,80x), exigindo disciplina financeira para não pressionar o índice.

Em síntese: Arco Íris opera no limite, Odível apresenta alívio consistente, e KMX mantém nível controlado, porém ascendente, o que exige uma gestão ativa do passivo (cronograma de amortizações e covenants), busca de menor custo efetivo (taxas/indexadores) e foco em geração de caixa operacional.



São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

📠 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

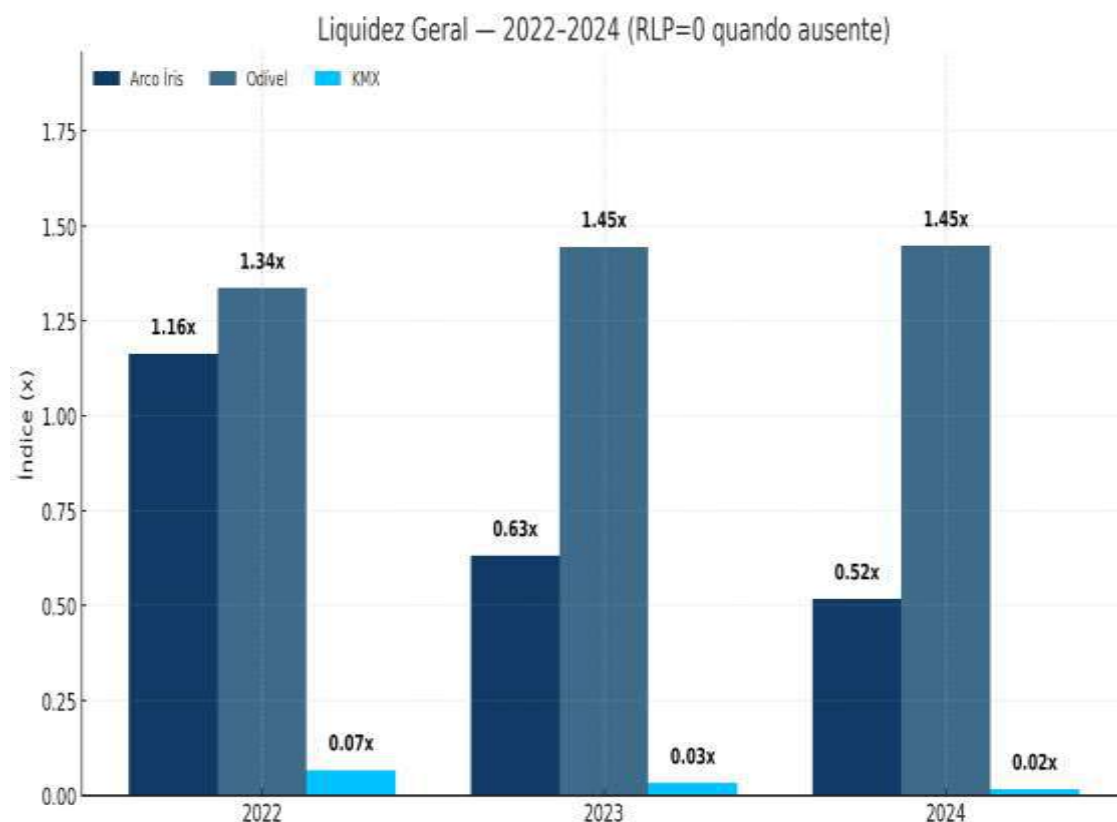
7.13 Liquidez Geral:

O índice de liquidez geral mede a capacidade das empresas de quitar suas dívidas de curto e longo prazo com seus ativos correntes. Valores acima de 1 indicam uma situação confortável.

Em 2022 o índice total foi de 1,34x, com Arco Íris contribuindo com 1,16x, Odivél com 0,07x e KMX com um valor mínimo (próximo de 0).

Já em 2023 o índice subiu para 1,45x, com Arco Íris em 0,63x, Odivél em 0,03x e KMX novamente com valor mínimo.

Em 2024 o índice permaneceu em 1,45x, com Arco Íris em 0,52x, Odivél em 0,02x e KMX com valor mínimo. A liquidez geral se mantém estável, mas a contribuição de Arco Íris diminuiu, enquanto Odivél e KMX têm participações insignificantes.



7.14 Liquidez Seca:

A liquidez seca, que indica se o grupo consegue pagar dívidas de curto prazo sem usar estoques (2022–2024). A Arco Íris preserva folga sem estoques, de 5,92x (2022) para 2,31x (2023) e 2,37x (2024) — todos acima de 1, sustentando a capacidade de honrar o

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

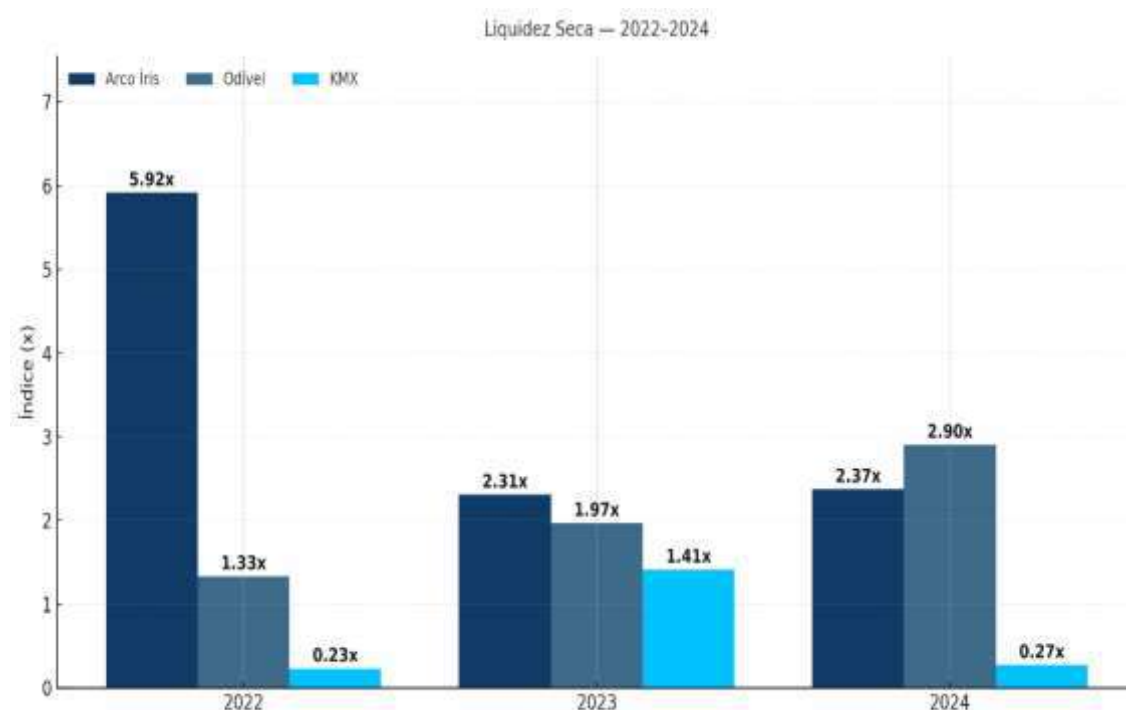
e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

📠 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

curto prazo apenas com realizáveis líquidos (normalização após o pico de 2022). A Odível caiu de 1,33x (2022) para 1,97x (2023) e 2,90x (2024), mantendo-se acima de 1 e com melhora em 2024 refletindo o PC revisado. A KMX oscilou: 0,23x (2022), melhora pontual para 1,41x (2023) e nova queda para 0,27x (2024), quadro crítico que demanda atenção imediata. Em síntese, o grupo combina sólida posição na Arco Íris, alívio em Odível e fragilidade elevada na KMX; recomenda-se gestão ativa do PC (renegociação e alongamento), reforço de caixa/recebíveis, revisão de prazos com fornecedores e disciplina de estoque, com monitoramento mensal.



7.15 Indicadores De Produção/ Pecuária 2023 e 2024

Pecuária — receita por categoria (2023 × 2024, R\$ milhões).

A receita total avançou de R\$ 6,46 mi (2023) para R\$ 7,18 mi (2024) (+11,1%). O crescimento foi homogêneo em todas as linhas:

Tourinhos/nelore (R\$ 2,95 → 3,28 mi), Descarte receptoras/angus (R\$ 1,13 → 1,26 mi), Novilhas (R\$ 1,90 → 2,11 mi) e Embrião nelore (R\$ 0,49 → 0,54 mi), mantendo o mesmo mix de participação: Tourinhos/nelore ~45,6%, Novilhas ~29,3%, Descarte ~17,5% e Embrião ~7,5% do total.

Como o avanço da receita acompanhou o aumento do volume nas quatro categorias (também ~+11%), a leitura indica ticket médio estável; operacionalmente, o desempenho veio de maior escala, não de preço.

São Luís- MA

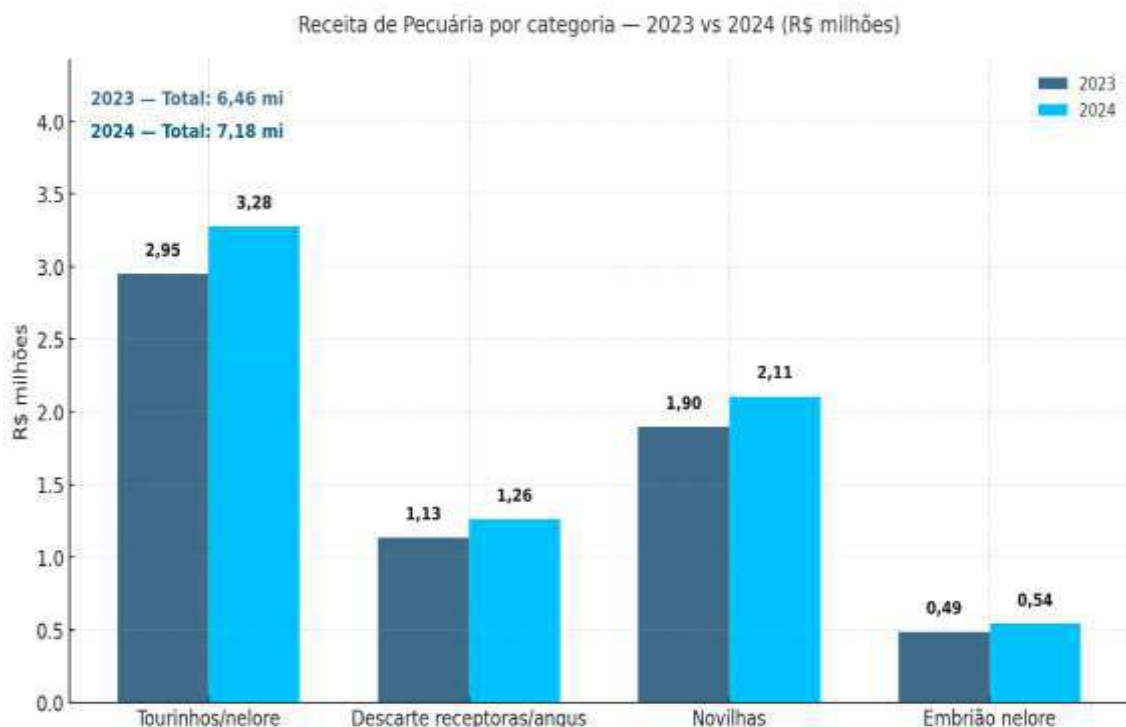
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br



7.16 Indicadores de Produção Agrícola

Produção agrícola — leitura executiva (Safr 22/23 × Safr 23/24).

A Receita Operacional Bruta do grupo passou de R\$ 187,264 mi para R\$ 139,280 mi (–25,6%). Por empresa:

- Arco-Íris caiu de R\$ 101,957 mi para R\$ 74,255 mi (–27,1%),
- Odível de R\$ 51,083 mi para R\$ 30,208 mi (–40,8%), e
- KMX ficou praticamente estável (R\$ 34,225 mi → R\$ 34,817 mi; +1,7%).
- A participação no total migrou levemente para a KMX: 22/23 — Arco-Íris 54,5%, KMX 18,3%, Odível 27,3%; 23/24 — Arco-Íris 53,3%, KMX 25,0%, Odível 21,7%.

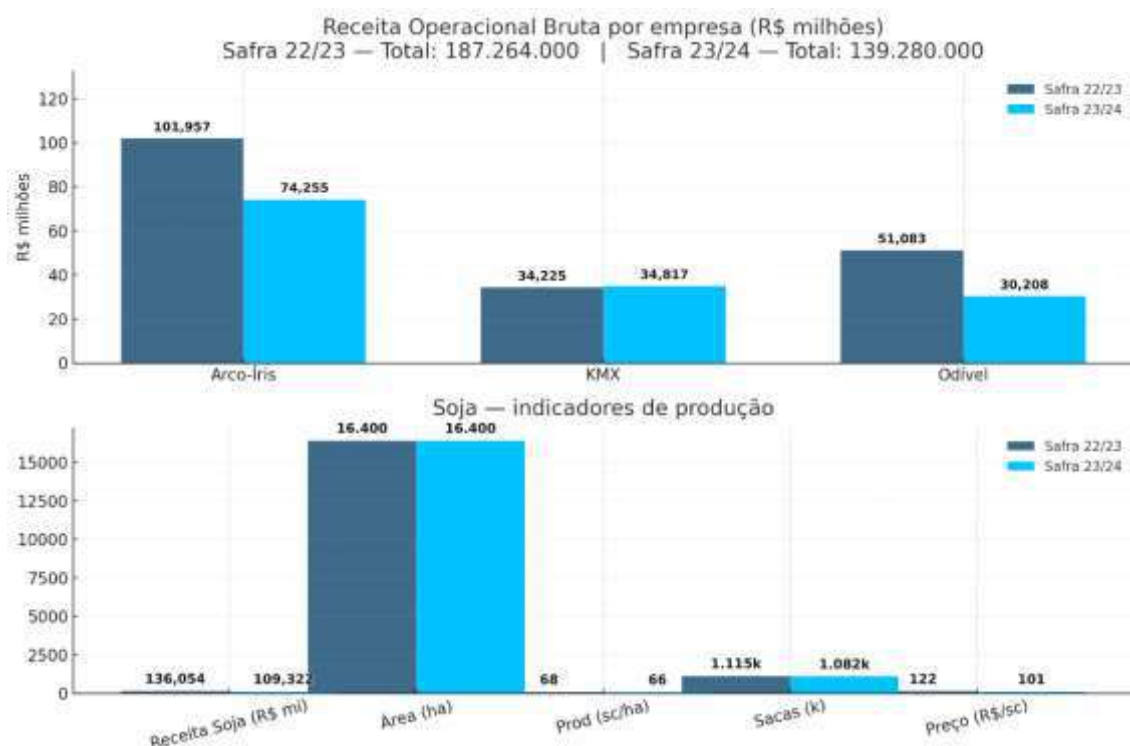
Nos indicadores de soja, a receita recuou de R\$ 136,054 mi para R\$ 109,322 mi (–19,6%), com área plantada estável (16.400 ha) e leve queda de produtividade (68 → 66 sc/ha; –2,9%).

O volume de venda passou de 1.115,2k para 1.082,4k sacas (–2,9%), enquanto o preço médio caiu de R\$ 122 para R\$ 101 por saca (–17,2%).

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 (098) 2222-0080
 (098) 98229-9590
www.ejadvconsujus.com.br

A redução da soja decorre majoritariamente de preço (queda do indicador), com pequena contração de volume.



7.17 Receita x Custo

A comparação entre Receita Líquida e Custo (CPV/CSP) confirma o aperto das margens diretas em 2024 e explica a deterioração do resultado.

Na Arco-Íris, o ano de 2022 ainda mostrava estrutura de custos enxuta (CPV em 23,3% da receita, ou R\$ 15,3 mi sobre R\$ 65,8 mi). Em 2023, a relação sobe para 76,6% (R\$ 78,1 mi sobre R\$ 102,0 mi), comprimindo a margem bruta. Em 2024, o CPV alcança 97,2% da receita (R\$ 72,2 mi diante de R\$ 74,3 mi), praticamente zerando a folga operacional e deixando o resultado sensível a qualquer variação de despesas.

Na Odível, a trajetória é semelhante: 2022 com CPV em 67,7% (R\$ 49,8 mi sobre R\$ 73,6 mi), 2023 em 72,2% (R\$ 36,7 mi sobre R\$ 50,8 mi) e 2024 em 91,3% (R\$ 27,9 mi sobre R\$ 30,6 mi).

Esse patamar estreito em 2024, somado às despesas operacionais e financeiras, explica a virada para margem líquida negativa já registrada na seção de lucratividade.

Na KMX, 2022 aparece com CPV atipicamente baixo (3,4%; R\$ 2,3 mi sobre R\$ 67,9 mi), pedindo nota explicativa. Em 2023, a relação salta para 82,7% (R\$ 28,3 mi sobre R\$ 34,2 mi) e recua em 2024 para 68,9% (R\$ 24,0 mi sobre R\$ 34,8 mi); ainda assim, o

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

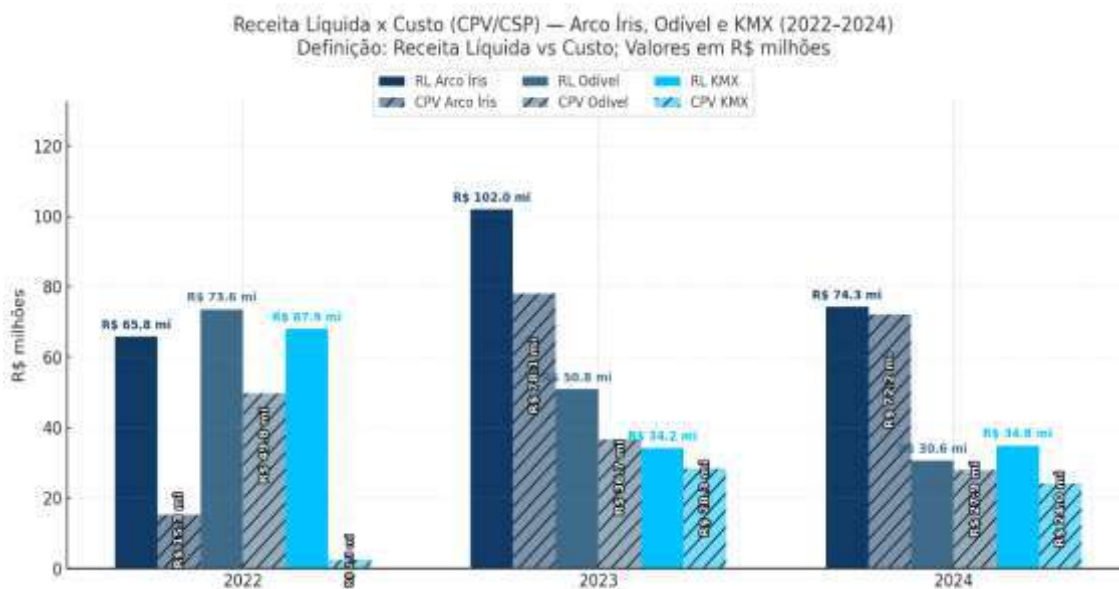
e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

📠 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

resultado líquido de 2024 permanece negativo, indicando que o peso está nas despesas fora do CPV (operacionais, financeiras e/ou eventos não recorrentes).



7.18 Receita x Resultado

O resultado (calculado como Receita Líquida × margem líquida) mostra a virada do grupo entre 2022 e 2024.

Na Arco-Íris, o resultado passa de R\$ 3,7 mi em 2022 para R\$ 0,8 mi em 2023 e vira para negativo em 2024: -R\$ 15,2 mi, sobre uma receita de R\$ 74,3 mi (margem -20,5%, conforme DRE 2024).

A Odível segue trajetória descendente: R\$ 16,3 mi (2022), R\$ 4,4 mi (2023) e -R\$ 4,0 mi (2024, margem -13,1%) em meio à forte queda de receita (R\$ 30,6 mi em 2024).

Na KMX, a deterioração é mais aguda: R\$ 14,6 mi (2022) → -R\$ 18,3 mi (2023) → -R\$ 32,9 mi (2024) com receita praticamente estável (R\$ 34,8 mi), o que indica que a pressão está menos na venda e mais nas despesas/efeitos não operacionais.

Consolidando os três exercícios, o grupo sai de +R\$ 34,6 mi (2022) para -R\$ 13,1 mi (2023) e -R\$ 52,1 mi (2024). Em 2024, o resultado negativo não decorre apenas da KMX: Arco-Íris (-R\$ 15,2 mi) e Odível (-R\$ 4,0 mi) também contribuíram para o déficit do consolidado.

São Luís- MA

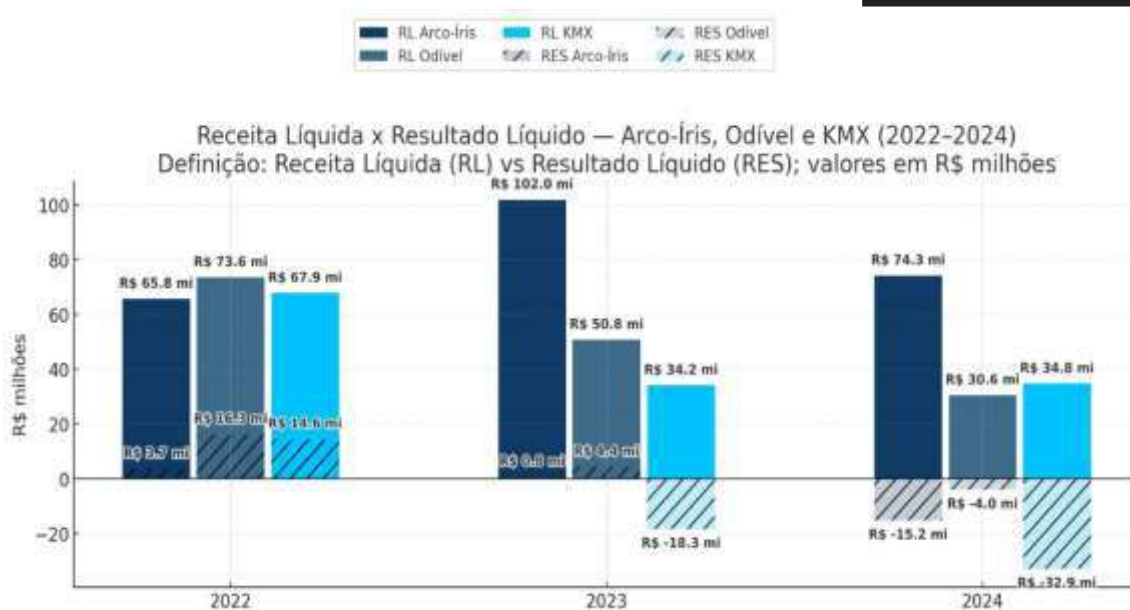
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

(098) 2222-0080

(098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br



8.FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL PARA 2025/ 2026- PROJETO PELOS DEVEDORES

Em sua petição inicial e no documento que a acompanha, inserido no Id 150275428- Relatório do Fluxo de Caixa e de sua Projeção- o grupo devedor, em recuperação judicial, projeta para 2025 e 2026, o seguinte fluxo de caixa:

Projeção de Fluxo de Caixa - Estimativas 2 anos

Grupo Arco Íris R\$ mil	2025	2026
Entrada de Caixa Operacional	12.180	168.903
Soja (19.500 ha)	-	156.200
Milho (1.300 ha)	8.580	8.949
Sorgo (1.200 ha)	3.600	3.755
Saída de Caixa Operacional	(9.475)	(132.482)
Custos Diretos da Produção	(6.390)	(83.087)
Gesso	-	(2.441)
Calciário	-	(6.102)
Manutenção do Maquinário	(725)	(1.512)
Arrendamentos	-	(18.571)
Despesas com Pessoal	(966)	(2.015)
Despesas de Reestruturação	-	(1.991)
Provisão para IRPJ e CSLL	(1.394)	(18.763)
Fluxo de Caixa Operacional (a)	2.705	36.422
Investimentos/Benfeitorias	(200)	(200)
Fluxo de Caixa de Investimentos (b)	(200)	(200)
Pagamento de Dívida Corrente	(301.726)	(69.367)
Despesas Financeiras	(50.921)	(9.459)
Dívidas em Atraso	(71.692)	-
Fluxo Pagamento de Dívida (c)	(424.338)	(78.826)
Fluxo de Caixa Total (a+b+c)	(421.833)	(42.604)



Numero do documento: 3505302942238940000139481142
<http://pje.trf4.jus.br/44399/Processo/Consulta/documento/arquivo.aspx?np=3505302942238940000139481142>
 Assinado eletronicamente por: PEDRO FONSECA SANTOS JUNIOR - 3505302942238940000139481142

Num. 150275428 - Pág. 2

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
 Quadra- B, Galeria Fiore
 Sala 20

e-mail:edujradvogado@hotmail.com



(098) 2222-0080



(098) 98229-9590

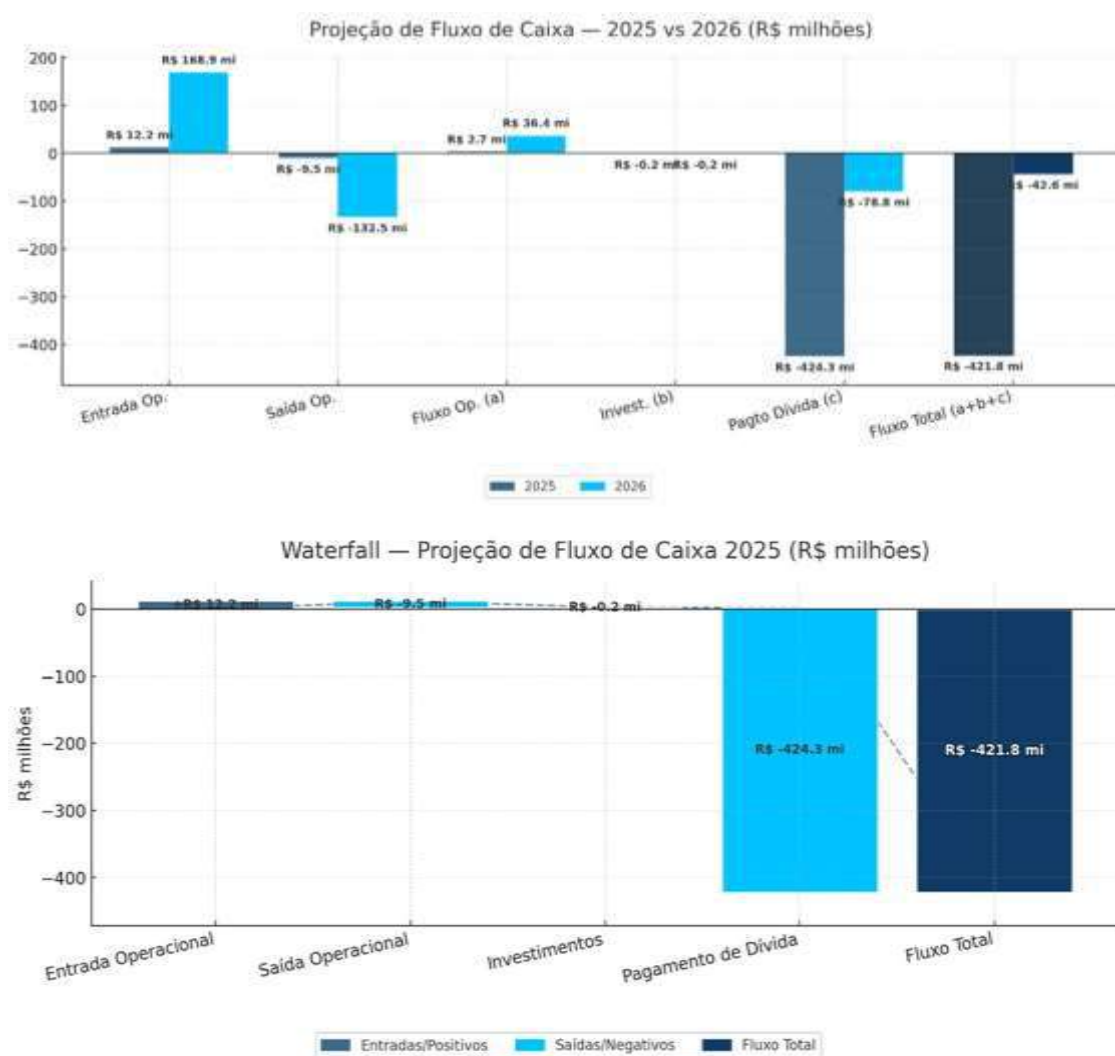
www.ejadvconsujus.com.br

A projeção estima um fluxo operacional positivo para 2025 de R\$ 2,7 mi (entradas R\$ 12,2 mi vs. saídas R\$ 9,5 mi) e investimento residual de R\$ 0,2 mi.

O serviço da dívida concentra o consumo de caixa R\$ 424,3 mi, incluindo dívida corrente, despesas financeiras e atrasados, resultando em fluxo total de –R\$ 421,8 mi no ano.

Para 2026, o plano indica escala operacional plena: entradas R\$ 168,9 mi e saídas R\$ 132,5 mi, gerando fluxo operacional de R\$ 36,4 mi. Mantidos investimentos mínimos (R\$ 0,2 mi) e serviço da dívida reduzido (R\$ 78,8 mi), o fluxo total melhora substancialmente, para –R\$ 42,6 mi.

8.1 Representação gráfica da projeção



São Luís- MA

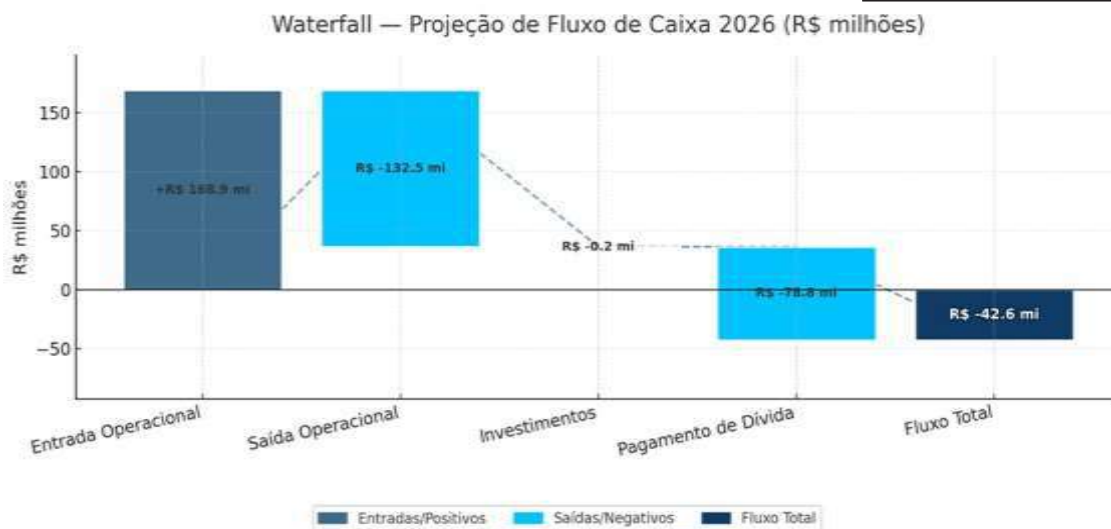
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

📠 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br



Em termos práticos o fluxo projetado pelos recuperandos revela que em 2025, o déficit de caixa decorre quase integralmente do serviço da dívida R\$ 424,3 milhões). Atendido o planejamento a operação ainda gera um pequeno saldo positivo, aproximadamente R\$ 2,7 mi, e investimentos mínimos- R\$ 0,2 milhões, o que ainda não compensa o volume das parcelas e juros, resultando em um saldo anual negativo em torno de R\$ 421,8 milhões.

Em 2026 a operação melhora (mais entradas, menos saídas) e a conta da dívida reduz aproximadamente R\$ 78,8 milhões. O ano permanece negativo (\approx R\$ 42,6 mi), porém, bem mais próximo do equilíbrio do que em 2025.

9. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DOS DEVEDORES E DE SEUS ADMINISTRADORES DURANTE O PROCEDIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Importante lembrar que no curso do processamento da recuperação judicial, os sócios e administradores da sociedade empresária permanecem na condução de sua atividade empresarial, bem como, os órgãos sociais e conselhos da pessoa jurídica continuam a funcionar de acordo com a disciplina preconizada no estatuto social, assim como os termos do empresário individual, seja de responsabilidade limitada ou ilimitada, sob a fiscalização, tanto da administração judicial (art. 22 da Lei n.º 11.101/2005) como, quando constituído, do Comitê de Credores (art. 27 da LRF).

Todavia, em contrapartida a manutenção do gestor na condução dos trabalhos da atividade empresarial, a legislação vigente estabelece determinadas providências, veda práticas específicas e estabelece penalidades na hipótese de sobre-exceder os limites traçados pela norma regulamentadora.

São Luís- MA

Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

☎ (098) 2222-0080

■ (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Sobre o tema, Marcelo Sacramone² leciona que:

“[...]

As hipóteses de afastamento são taxativas na Lei. Estabelece o art. 64 que o devedor ou os administradores

poderão ser afastados se tiverem sido condenados em sentença penal transitada em julgado por crime cometido em recuperação judicial ou falência anteriores ou por crime contra o patrimônio, a economia popular ou a ordem econômica previstos na legislação vigente; houver indícios veementes de terem cometido crime previsto nesta Lei; agiram com dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores; efetuaram gastos pessoais manifestamente excessivos em relação a sua situação patrimonial; efetuaram despesas injustificáveis por sua natureza ou vulto, em relação ao capital ou gênero do negócio, ao movimento das operações e a outras circunstâncias análogas; descapitalizaram injustificadamente a empresa ou realizaram operações prejudiciais ao seu funcionamento regular; simularam ou omitiram créditos ao apresentar a relação de credores; negaram-se a prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelos demais membros do Comitê; ou tiverem seu afastamento previsto no plano de recuperação judicial. Esse afastamento poderá ocorrer a qualquer momento no processo de recuperação, antes da Assembleia Geral de Credores que deliberará sobre o plano de recuperação, ou durante a fase de fiscalização judicial. Exceto se estabelecido de modo diverso ao plano de recuperação judicial apresentado aos credores, o afastamento poderá até o encerramento do processo de recuperação judicial

[...]”.

Nesse diapasão o art. 64 da LRF disciplina que, *in verbis*:

Art. 64. Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial, salvo se

² (SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. Saraiva JUR. 5ª Edição – 2024, página 341).

qualquer deles:

I – houver sido condenado em sentença penal transitada em julgado por crime cometido em recuperação judicial ou falência anteriores ou por crime contra o patrimônio, a economia popular ou a ordem econômica previstos na legislação vigente;

II – houver indícios veementes de ter cometido crime previsto nesta Lei;

III – houver agido com dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores;

IV – houver praticado qualquer das seguintes condutas:

a) efetuar gastos pessoais manifestamente excessivos em relação a sua situação patrimonial;

b) efetuar despesas injustificáveis por sua natureza ou vulto, em relação ao capital ou gênero do negócio, ao movimento das operações e a outras circunstâncias análogas;

c) descapitalizar injustificadamente a empresa ou realizar operações prejudiciais ao seu funcionamento regular;

*d) simular ou omitir créditos ao apresentar a relação de que trata o inciso III do **caput** do art. 51 desta Lei, sem relevante razão de direito ou amparo de decisão judicial;*

V – negar-se a prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelos demais membros do Comitê;

VI – tiver seu afastamento previsto no plano de recuperação judicial.

*Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses do **caput** deste artigo, o juiz destituirá o administrador, que será substituído na forma prevista nos atos constitutivos do devedor ou do plano de recuperação judicial.*

A propósito, Daniel Carnio disciplina o seguinte sobre cada hipótese de afastamento, a saber:

“[...]

I - Afastamento dos administradores por condenação criminal definitiva.

O administrador deverá ser afastado da gestão da empresa em recuperação quando ocorrer a sua condenação, por sentença penal transitada em julgado por crime cometido no âmbito da recuperação judicial ou falências anteriores; por crime contra o patrimônio (CP, arts. 155 a 180); contra a economia popular (Lei 1.521/1951); ou contra a ordem econômica (Leis 8.137/1990 e 12.529/2011).

A conduta verificada nesses tipos penais é incoerente com o que se espera de um administrador social em situação de fragilidade, como na crise econômico-financeira que a recuperanda busca superar. Todavia, em respeito ao princípio da presunção de inocência, garantida pelo inc. LVII do art. 5º da CF/1988, o afastamento do devedor com base nessa hipótese só pode ocorrer se houver o trânsito em julgado da sentença condenatória (TOMAZETTE, 2019, p. 66).

Marlon Tomazette (2019, p. 272) afirma que, no que tange à condenação por crimes falimentares em processos anteriores, há de se separar duas situações: (i) se a condenação definitiva é anterior ao pedido de recuperação judicial, o processo sequer poderá ter andamento, porquanto a ausência da condenação do devedor, dos administradores e dos

controladores por crime falimentar é requisito para o próprio pedido de recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 48);

(ii) se a condenação definitiva se deu posteriormente ao pedido de recuperação, aí sim haverá o afastamento do devedor ou de seus administradores. Há consequências bem distintas, portanto, a depender especificamente do momento em que se tornou definitiva a condenação do devedor pela prática dos crimes acima mencionados.

II - Afastamento dos administradores pela existência de indícios veementes de crimes falimentares.

Os crimes falimentares estão previstos entre os arts. 168 e 178 da Lei 11.101/2005 e, no contexto da recuperação judicial, a constatação de indícios das condutas tipificadas nesses dispositivos já é motivo suficiente para requerer o afastamento do gestor. Sendo assim, no

caso dos crimes falimentares, não há o requisito da condenação, mas, simplesmente, de que os indícios da ocorrência sejam contundentes.

Trata-se, segundo Mamede (2019, p. 196), de provimento acautelatório fundamentado em elementos subjetivos, os quais, quando considerados em conjunto, podem apontar a existência de risco aos interesses dos credores, em razão da presença de indícios veementes da ocorrência desses crimes. Sendo assim, para que ocorra esse afastamento não se exige que o magistrado demonstre que um crime efetivamente foi cometido, mas apenas que tenha a aparência de que tenha ocorrido, ou seja, a verossimilhança da ocorrência de crime.

III - Afastamento dos administradores em virtude de dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores.

O dolo é a conduta de levar alguém a praticar um ato que não praticaria normalmente, visando a obter vantagem, geralmente com vista ao enriquecimento sem causa (TARTUCE, 2020, p. 473). A simulação ocorre quando há um desacordo entre a vontade declarada ou manifestada e a vontade interna, ou seja, há uma discrepância entre a verdadeira intenção e a declaração (TARTUCE, 2020, p. 505). Na simulação, as duas partes contratantes estão combinadas e objetivam iludir terceiros. Por fim, a fraude contra credores caracteriza-se quando o devedor age maliciosamente, em estado de insolvência ou na iminência de tomar-se insolvente, para dispor de maneira gratuita ou onerosa do seu patrimônio, afastando a possibilidade de ter que deles se desfazer para satisfazer as obrigações por ele assumidas em momento anterior à transmissão (TARTUCE, 2020, p. 409).

A omissão ou simulação de créditos representa uma incúria ao dever de colaborar com o bom andamento do processo. Ao omitir créditos, o devedor pode estar dissimulando a gravidade da crise e, ao simular a existência, o valor ou a classificação de algum crédito, pode estar beneficiando um credor em detrimento dos demais, seja pelos direitos de voto, pela classe (natureza do crédito) ou qualquer outro aspecto que afronte o tratamento isonômico dos credores.

Para ensejar afastamento do administrador social, é preciso comprovar que a omissão ou a simulação de crédito foi dolosa, de má-fé, ou seja, com a intenção de prejudicar os demais credores.

Quando se trata de erro escusável e de boa-fé, justificado ou comam- paro de decisão judicial, não estará configurada na hipótese.:

V - Afastamento dos administradores em virtude de negativa de prestação de informações.

A negativa de prestação de informações (razoáveis e lícitas) que tenham sido solicitadas pelo administrador judicial ou pelos demais membros do Comitê de Credores também é hipótese legal de afastamento do devedor ou de seus administradores sociais da empresa em recuperação, por falta de cumprimento dos deveres de cooperação e transparência, essenciais para o bom desenvolvimento do processo.

[...]”.

(CARNIO. Daniel Costa. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. 5ª Ed. Curitiba: Juruá Editora, 2004. Páginas 360/363).

O mecanismo jurídico deste procedimento recuperacional tem o objetivo precípua de assegurar à sociedade empresária condições para que promova a negociação com seus credores e meios de manter e soerguer sua atividade empresarial.

Como consectário lógico deste princípio basilar e norteador do instituto jurídico, a legislação regente veda à devedora a realização de distribuição de lucros ou dividendos aos sócios e acionistas, já que, na esteira deste preceito, os recursos auferidos devem ser inteiramente empregados para este fim.

Eis a norma positiva no art. 6º-A, da Lei n.º 11.101/2005:

Art. 6º-A. É vedado ao devedor, até a aprovação do plano de recuperação judicial, distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas, sujeitando-se o infrator ao disposto no art. 168 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)

O art. 6º-A da LRF remete à disposição ao art. 168, que disciplina que constitui crime o ato fraudulento de que resulte ou possa resultar em prejuízos aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem.

A finalidade desta previsão, repita-se, é justamente preservar os ativos do devedor para a satisfação das obrigações perante os credores, sendo vedada, portanto, a distribuição de lucros ou dividendos a sócios e acionistas, até a aprovação do PRJ, consoante, inclusive, o magistério de Sacramone³:

“[...]

De acordo com o art. 6º-A, inserido pela Lei 14.112/2020, é vedado ao devedor, até a aprovação do plano de recuperação judicial, distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas, sujeitando-se o infrator ao disposto no art.168. Trata-se de dispositivo que direciona os esforços do devedor para o soerguimento da sua atividade econômica e a destinação dos eventuais recursos daí resultantes à superação da crise até a aprovação do plano pelos credores - na verdade, a limitação deve se estender até a homologação judicial do plano:

Está correta a percepção do legislador. Não faz sentido que o devedor, remunerar o capital investido na empresa em crise antes de aprovar o plano de recuperação judicial aprovado pelos seus credores e homologado judicialmente. Porém, essa vedação perdura tão-somente até a homologação do plano de recuperação judicial, sendo possível, portanto, distribuir dividendos durante o processo desde que ultrapassada essa fase, mesmo sem previsão expressa no plano.

Resta claro que não apenas a distribuição formal de dividendos está vedada, mas, também, qualquer forma simulada de se atingir o mesmo fim, como a concessão de mútuo ao sócio e a distribuição de juros sobre o capital próprio. Esse é o espírito que subjaz essa previsão legal.

[...]”.

Desta forma, cômico destas premissas regimentares estatuídas na Lei de Recuperação Judicial, esta administração judicial informa não ter vislumbrado, até o presente

³ (SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. Saraiva JUR. 5ª Edição – 2024, página 341).

momento, a partir das informações, dados e documentos disponibilizados pelos devedores, quaisquer práticas vedadas pela norma vigente, acima relatadas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS — GRUPO ARCO-ÍRIS

O processo de recuperação judicial do Grupo-Iris encontra-se em fase de tramitação, à luz da Lei n.º 11.101/2005, com as devidas publicações da decisão de deferimento com primeira relação de credores, estando no aguardo do protocolo do Plano de Recuperação Judicial, para apresentação do Relatório desta Administração Judicial sobre o PRJ (art. 22, inciso II, alínea “h”, da LRF), bem como, por conseguinte, com a vindoura publicação da 2ª Relação de Credores, apresentação e aviso aos credores do recebimento do PRJ, com desencadeamento dos prazos, intimações dos credores, Fazendas Públicas e Ministério Público.

Outrossim, conforme já relatado alhures esta administração judicial mantém interação permanente com as devedoras para aperfeiçoamento do fluxo de informações e assegurar a entrega tempestiva dos documentos contábeis e financeiros indispensáveis às análises deste relatório e aos próximos marcos processuais, nos termos do art. 22, II, da LRF.

Quanto aos indicadores, com base nos dados disponibilizados e nos painéis apresentados neste RMA (Lucratividade; Receita × Custo; Receita × Resultado; demais gráficos auxiliares), constata-se preservação de atividade empresarial, ainda que com assimetria de desempenho entre as controladas, e apurou-se o seguinte quadro para o Grupo Arco-Íris nos três exercícios:

Ano 2022. Receita líquida R\$ 207,3 mi; CPV ~R\$ 67,4 mi (CPV/Receita ≈ 32%); Lucro bruto R\$ 139,8 mi; despesas operacionais ~R\$ 52,7 mi e não operacionais ~R\$ 0,8 mi;

EBITDA: ~R\$ 89,3 mi; caixa consolidado ~R\$ 5,2 mi.

Ano 2023. Receita líquida R\$ 187,0 mi; CPV ~R\$ 143,1 mi (CPV/Receita ≈ 77%); Lucro bruto R\$ 43,9 mi; despesas operacionais ~R\$ 41,8 mi e não operacionais ~R\$ 11,3 mi;

EBITDA ~R\$ 5,1 mi; caixa consolidado ~R\$ 6,5 mi.

Soja: 16.400 hectares planaltos (~68 sc/ha).

Pecuária: ~616 cabeças vendidas (soma das categorias informadas).

Ano 2024. Receita líquida R\$ 139,6 mi; CPV ~R\$ 124,1 mi (CPV/Receita ≈ 89%); Lucro bruto R\$ 15,6 mi; despesas operacionais ~R\$ 32,0 mi e não operacionais ~R\$ 8,1 mi;

EBITDA- consolidado ~-R\$ 8,0 mi; resultado líquido consolidado ~-R\$ 52,1 mi;

caixa consolidado ~R\$ 8,4 mi.

Soja: 16.400 ha plantados (~66 sc/ha).


São Luís- MA


Av. dos Holandeses nº01, Lt-02

Quadra- B, Galeria Fiore

Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com

 (098) 2222-0080

 (098) 98229-9590

www.ejadvconsujus.com.br

Pecúária: ~684 cabeças vendidas.

Nesse contexto, e pelo conjunto dos elementos e documentos até então analisados, constatamos a presença de evidência fática de preservação da atividade empresarial, com estímulo à atividade econômica, no ensejo dos objetivos da recuperação judicial preconizada no art. 47, da Lei n.º 11.101.2005, de 9 de fevereiro de 2005.

Diante dessas circunstâncias, requer-se:

1. Juntada do presente Relatório Mensal de Atividades, em apenso incidental, para facilitar o acesso sem tumulto ao feito principal;
2. Intimação do grupo devedor para atender integralmente às diligências apontadas neste RMA (itens de informações contábeis, financeiras, bancárias e operacionais), nos termos do art. 22, II, da LRF;
3. Intimação do grupo devedor para apresentar mensalmente, em incidente processual específico, contas demonstrativas mensais de suas atividades empresariais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de incidirem nas consequências legais do art. 52, IV, da LRF;
4. Intimação dos recuperandos para apresentarem comprovação de comunicações aos Juízos respectivos acerca do processamento da presente recuperação judicial e da suspensão das ações e execuções determinada; e
5. A intimação do Ministério Público, Fazendas Públicas e dos credores, para conhecimento deste relatório.


Por fim, este Administrador Judicial informa que os documentos que foram entregues pelos Recuperandos e que embasaram a elaboração do presente RMA, estão disponíveis mediante solicitação escrita à esta Administradora Judicial, que se coloca a inteira disposição do Juízo recuperacional, dos Credores e do Ministério Público para fornecer eventuais informações complementares ou adicionais que se façam eventualmente necessárias.

Diante do exposto, o Administrador Judicial submete este relatório para apreciação, colocando-se à disposição deste juízo para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários ao bom andamento do processo de recuperação judicial.

São Luís-MA, 17 de setembro de 2025

Administrador Judicial

São Luís- MA
Av. dos Holandeses nº01, Lt-02
Quadra- B, Galeria Fiore
Sala 20

e-mail: edujradvogado@hotmail.com
 **(098) 2222-0080**
 **(098) 98229-9590**
www.ejadvconsujus.com.br